

Comité Central marca

Resolução
da reunião do CC
de 11 e 12 de Maio
nas Páginas: 3, 4 e 5

XIV Congresso para 4, 5 e 6 de Dezembro



Álvaro Cunhal no Barreiro:

«A não haver uma séria resistência às orientações e às medidas antidemocratas do Governo, caminhar-se-á rapidamente para uma degeneração e preversão do regime democrático»

Págs. 16, 17 e 18



Dos EUA para Cuba *Em nome da liberdade*

Págs. 22 e 23



Balanços balancinhos e balancetes

— crítica da TV
por Francisco Costa

Pág. 26

ESTRASBURGO — a cidade dos caminhos e das diferenças culturais

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 e 25

EDITORIAL

A «coesão nacional»
a luta e o debate democráticos

Decididamente as palavras andam a traír as íntimas concepções políticas e ideológicas dos governantes do PSD, revelando com cruzeza os propósitos profundos que habitualmente disfarçam.

Há dias atrás foi o subsecretário de Estado da Cultura que disse a propósito do último livro de Saramago enormidades no pior estilo das excomunhões inquisitoriais.

Mais recentemente é o Primeiro-Ministro, no seu discurso aos TSDs, que pretende calar as oposições políticas e sociais acusando-as de «tentarem dividir os portugueses», de «quererem contrariar o desenvolvimento do nosso país» e invocando como supremo argumento para as condenar a de porem em perigo a «coesão nacional».

O contexto em que o Primeiro-Ministro usou esta última expressão tem inquietantes conotações com o discurso que os portugueses ouviram durante o quase meio século de ditadura. A gravidade destas conotações pode ter escapado à incipiente cultura política de Cavaco Silva, mas não escapou ao finório Pacheco Pereira, novo director do «Povo Livre», que suprimiu pura e simplesmente a expressão «coesão nacional» do texto publicado no órgão oficial do PSD.

Na verdade, foi em nome da «coesão nacional» que se fez a proibição dos partidos políticos, a censura, a polícia política todo-poderosa e se reduziu a nada os direitos de associação, reunião e manifestação. A «coesão nacional» foi invocada para justificar a perseguição aos comunistas e outros democratas, as prisões, a tortura, a que Salazar chamava os «safões a tempo».

A experiência dolorosa desses anos mostra que a terapêutica do fascismo para a «coesão nacional» não uniu, mas dividiu e dilacerou o país, cavou trincheiras de ódio e confrontação entre os portugueses, é responsável pela acentuação do anquilosamento e do atraso de Portugal em relação aos outros países da Europa.

As palavras de Cavaco Silva preocupam por tudo isto, mas preocupam ainda mais por serem associadas a planos legislativos redutores das liberdades e da democracia (revisão de todas as leis eleitorais, alteração limitadora da lei da greve) e coincidem com actuações concretas que emocionaram a opinião democrática pelo seu carácter repressivo, censório, de denegrimiento do 25 de Abril e de recompensa a ex-pides, servidores destacados da ditadura fascista.

sentam no dealbar do novo milénio é o pleno respeito pela diversidade das suas opções políticas e ideológicas. Será no confronto e no debate democrático destas diversas posições, no decidido combate às desigualdades e por uma crescente justiça social que Portugal encontrará as chaves do seu futuro.

O que divide os portugueses, agudiza a conflitualidade social e política e desestabiliza a vida no país é a política de direita seguida pelo Governo de Cavaco Silva, nomeadamente, o processo de restauração do capital monopolista (com a reposição dos privilégios de velhas famílias beneficiárias da ditadura), a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais e culturais, o agravamento das desigualdades, o autoritarismo e os abusos do poder.

Foi a intensificação desta política após as eleições de 6 de Outubro que provocou a explosão do descontentamento popular a que se assistiu nos primeiros meses de ano com um

«Seria absurdo que o processo de ratificação de um Tratado que comporta tão graves implicações para a vida e o futuro do nosso país não fosse objecto de um prévio e profundo debate nacional.»

movimento grevista e outras lutas dos trabalhadores, dos estudantes e de sectores das classes médias, de raras proporções.

É esta vasta contestação da sua política (que o chamado acordo de rendimentos e preços assinado pelo Governo, o patronato e a UGT não conseguiu conter) que provoca as iras e as acusações e ameaças antidemocráticas que o Primeiro-Ministro dirige agora à CGTP e às forças políticas da oposição.

Em face dos veementes apelos do Chefe do PSD à «concertação social», importa dizer que era difícil encontrar um processo mais esclarecedor do que o acordo de rendimentos e preços de 1992 para desmascarar a má-fé com que o Governo agiu e a burla que está subjacente aos seus apelos e, de caminho, o papel de instrumento do patronato que tem sido desempenhado pela UGT.

Longe de revelarem força e serenidade, as acusações de Cavaco Silva às oposições, em especial a invocação da «coesão nacional», revelam dificuldades e nervosismo.

to até agora qualquer grande debate nacional, com informação objectiva, sobre a natureza das opções e das suas implicações futuras.

É imperioso que isso não volte a acontecer quando se avizinha o processo de ratificação da adesão do nosso país ao Tratado da União Europeia.

Como assinala o Comité Central do PCP, na sua Resolução de 12 de Maio:

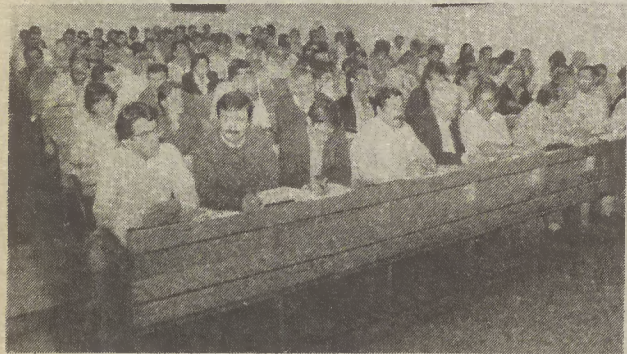
«O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992, comporta importantes transferências de soberania (política monetária única, com a criação de uma moeda única, e de um Banco Central Europeu, política externa e de segurança comum...) e acrescidos constrangimentos a um mais rápido desenvolvimento e maiores exigências à frágil economia portuguesa, ao mesmo tempo que subalterniza a dimensão social do desenvolvimento e acentua o chamado duplo défice democrático. Importantes matérias deixam de ficar sujeitas ao controlo democrático, porque são subtraídas aos poderes de fiscalização da Assembleia da República e não são objecto de apreciação pelo Parlamento Europeu. Algumas normas do Tratado da Maastricht colidem frontalmente com o texto constitucional.»

Noutros países comunitários está em curso uma intensa discussão, dispõe-se de vasta informação proporcionada pelos próprios governos, realizam-se debates, mesas-redondas e outros confrontos de ideias na televisão e noutros órgãos de comunicação social. Há alguns em que, nos termos das respectivas constituições, se vão realizar referendos.

Em Portugal, o Governo oculta a informação, desincentiva o esclarecimento, foge ao debate e desencoraja que este se realize sem a sua presença na comunicação social. Tendo governamentalizado completamente o processo de negociação do Tratado com graves prejuízos para o peso negocial do nosso país, parece querer governamentalizar também o processo de ratificação embora neste tenham que intervir obrigatoriamente os outros órgãos do poder político - a Assembleia da República, primeiro, e finalmente o Presidente da República.

É por tudo isto que «o Comité Central do PCP entende que o Governo português deve ao país uma ampla e objectiva informação sobre as graves incidências do Tratado e reclama que os acordos de Maastricht sejam objecto de um amplo e profundo debate nacional, que envolva os sindicatos, associações empresariais, autarquias e o povo português».

Há leis da República que exigem um prévio debate público e só depois se inicia o processo de discussão, elaboração e apreciação final. Seria absurdo que o processo de ratificação de um Tratado que comporta tão graves implicações para a vida e o futuro do nosso país não fosse objecto de um prévio e profundo debate nacional.



O Comité Central do PCP marca a data do 14º Congresso do Partido

RESUMO

6
Quarta-feira

Na AR é debatida a situação política na Região Autónoma da Madeira ■ Os sapadores bombeiros do Porto manifestam-se por melhores salários, direitos e regalias ■ São divulgados planos dos EUA para reduzir a utilização e o pessoal da Base das Lajes ■ A Comissão Europeia propõe um aumento de 2 por cento no Orçamento para 1993 ■ O Presidente da Albânia solicita no Conselho da Europa ajuda de emergência para o seu país ■ Após confrontos que fizeram 20 mortos desde ontem, a oposição ocupa o palácio presidencial e a TV do Tadjiquistão ■ No dia em que começam negociações para um cessar-fogo na região, os confrontos entre arménios e azeris fazem 43 mortos no Nagorno-Karabakh ■ O governo britânico anuncia, ao divulgar o seu programa, que vai prosseguir as privatizações iniciadas há 13 anos ■ No primeiro dia de uma greve geral que deu origem a um movimento de revolta popular, demite-se o governo libanês ■ Grupos de guerrilheiros da região de Cabul estabelecem um acordo de cessar-fogo ■ O governo cubano denuncia a realização de manobras militares dos EUA na base de Guantanamo ■ Marlene Dietrich morre em Paris, com 90 anos, no dia em que se inicia o 45º Festival de Cannes.

7
Quinta-feira

Três projectos do PCP e um do PS suscitam na AR o debate sobre prevenção de fogos florestais ■ O Governo declara a requisição civil dos trabalhadores do Metropolitan de Lisboa ■ Inicia-se no Funchal o 7º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses ■ Mário Soares, em visita oficial à Dinamarca, presta homenagem à Resistência e alerta para o reaparecimento do fascismo ■ O actor João Grosso é absolvido de alegadas ofensas a símbolos nacionais ■ Inicia-se o 3º Congresso (extraordinário) do MPLA ■ Realizam-se eleições autárquicas na Inglaterra, País de Gales e Escócia ■ A oposição muçulmana derruba o presidente tadjike Nabiev ■ Enquanto no enclave prosseguem os confrontos, os líderes da Arménia e do Azerbaijão assinam em Teerão uma declaração comum apelando ao cessar-fogo no Nagorno-Karabakh ■ Milhares de pessoas exigem nas ruas de Banguecoque a demissão do governo tailandês.

8
Sexta-feira

O dia da Segurança Social é assinalado com uma conferência de imprensa dos sindicatos do sector denunciando os problemas que o afectam em Portugal ■ Realiza-se a terceira chamada da PGA ■ Com um total de 600 participantes, termina em Setúbal uma conferência internacional sobre higiene, segurança e saúde no local de trabalho, organizada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses ■ Trabalhadores da Viegas e Lopes interrompem a circulação ferroviária em Setúbal, exigindo o pagamento de salários em atraso ■ A presidência jugoslava anuncia substituições e passagens à reserva nas hierarquias militares ■ Ao 11º dia de greve os sindicatos alemães aceitam aumentos de 5,4 por cento.

9
Sábado

Realiza-se nos Penicheiros a 5ª Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro do PCP, com a participação de Álvaro Cunhal ■ Santana Lopes anuncia será o Instituto do Livro e da Leitura a liderar o processo das candidaturas ao Prémio Literário Europeu ■ Em Aveiro têm lugar as Jornadas Parlamentares do Partido Ecologista «Os Verdes» ■ Realiza-se em Lisboa o encontro fundador da associação política Plataforma de Esquerda ■ No Porto reúnem os ministros das Finanças dos doze ■ Termina na Alemanha uma reunião dos sete países mais industrializados e de estados do Leste europeu ■ Num acidente de autocarro no País Basco morrem 16 portugueses.

10
Domingo

Os magistrados do Ministério Público decidem convocar uma greve para dia 19, contra o projecto do PSD para alterar a Lei Orgânica dos Tribunais ■ O Conselho de Reitores afirma em Chaves a necessidade de uma lei sobre o financiamento das universidades ■ Em Achkhabad reúnem os presidentes do Turquemenistão, do Cazaquistão, do Uzbequistão, do Quirguizistão, da Turquia, do Irão e do Paquistão ■ «Se não houver outro remédio, recorra-se à greve», afirma na Alemanha o bispo de Setúbal.

11
Segunda-feira

O Comité Central do PCP inicia uma reunião de dois dias ■ O Conselho de Assuntos Gerais da CE reúne em Bruxelas, com o Pacote Delors II na agenda, enquanto no Alvor os ministros do Comércio debatem o Uruguai Round ■ Nas Filipinas realizam-se eleições presidenciais, regionais e municipais; decorre já a campanha para as legislativas de 9 de Junho ■ Depois de confrontos armados que fizeram uma dezena de mortos, a oposição e o presidente Nabiev decidem formar um governo de coligação no Tadjiquistão ■ As conversações de paz sobre o Médio Oriente iniciam-se sem os principais interlocutores.

12
Terça-feira

Termina a reunião de dois dias do Comité Central do PCP, que anuncia o 14º Congresso para os dias 4, 5 e 6 de Dezembro ■ O cardeal legado do Papa chega a Fátima ■ A nova lei sobre a objecção de consciência hoje publicada é contestada pelos objectores que consideram ser agora mais difícil obter o estatuto ■ O ministro do Ambiente propõe à Associação Nacional de Municípios um pacto ambiental, que prevê investimentos na ordem dos 439 milhões de contos ■ O CDS entrega no parlamento um projecto sobre a Lei da Greve, contra o qual apenas se pronunciou claramente o PCP ■ Helmut Kohl e François Mitterrand acordam na formação de um corpo militar franco-alemão, considerado um embrião das futuras Forças Armadas europeias ■ O Comité dos Altos Funcionários da Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia decide suspender a Jugoslávia de todos os trabalhos que se relacionem com a situação no país.

que assegurará a unidade dos portugueses perante os desafios internos e externos que se lhes apre-

nosso país tem mergulhado profundamente no processo de integração europeia sem que se tenha fei-

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricule: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.066\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Resolução do Comité Central do PCP

O Comité Central do PCP, reunido a 11 e 12 de Maio, analisou a situação política nacional e debateu as tarefas do Partido, designadamente as relativas a questões de organização e à preparação do XIV Congresso.

Traços fundamentais da evolução da situação política

Examinando os acontecimentos e a evolução no País, ocorridos nos primeiros quatro meses do ano, nomeadamente nas suas componentes política, económica social e cultural, o Comité Central destaca como principais traços característicos:

1. Um intenso **recrudescimento da ofensiva da direita, conduzida especialmente pelo Governo de Cavaco Silva**, prosseguindo, como objectivo essencial, a restauração do capital monopolista e do seu poder sobre a economia nacional e visando, ao mesmo tempo, a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais e culturais, a limitação dos direitos dos trabalhadores, a perversão da democracia política, a governamentalização das instituições, da política externa e do processo de integração europeia, a partidização da comunicação social, tudo se traduzindo numa desestabilização da vida do País.

2. Um grande surto de **descontentamento popular**, provocado pela actuação do Governo, contrária às suas promessas eleitorais, que se traduziu num vasto movimento de greves, manifestações, concentrações e diversas lutas dos trabalhadores, de outras camadas laboriosas, de estudantes e de sectores das classes médias, a par de uma maior tomada de consciência nos meios democráticos das perversões autoritárias que ameaçam a democracia portuguesa, tudo confluindo para o êxito das jornadas do 25 de Abril e do 1º de Maio.

3. Uma importante **dinamização da actividade do PCP** e da sua intervenção na vida nacional, que se manifesta tanto num profundo envolvimento na luta popular onde assume destacado papel, como nas frentes parlamentar e autárquica e nas acções e realizações de natureza partidária, com saliência para as que assinalaram o 71º Aniversário e as que se inserem na primeira fase dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso.

O Comité Central do PCP alerta para os graves perigos que a situação comporta para o presente e o futuro de Portugal, as condições de vida do nosso povo, nomeadamente das camadas de menores recursos, e para o regime democrático nascido com o 25 de Abril.

É imperioso que todos aqueles que estão contra a política da direita e são lesados por ela sejam capazes de se unir numa vasta resistência democrática. A força do movimento de massas fez recuar o Governo, mesmo nos últimos meses, em alguns dos seus propósitos mais gravosos para o nosso povo. Isto mostra que a luta pode conter a política de direita e criar as condições para que se lhe faça frente com uma alternativa credível e mobilizadora.

Intensificação da ofensiva antipopular e restauracionista

1. O Comité Central do PCP alerta o País para a nova escalada contra as liberdades e a democracia política e os planos para a institucionalização do autoritarismo e da governamentalização prosseguidos pelo PSD desde que chegou ao poder.

É a esta luz que devem ser apreciados alguns factos recentes que emocionaram a opinião democrática como, entre outros: a atribuição a dois ex-inspectores da PIDE de pensões vitalícias por «relevantes serviços» prestados ao País em diploma subscrito pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, tanto mais chocante quanto é certo que uma pensão com tais fundamentos foi recusada a Salgueiro Maia, um dos heróis do 25 de Abril, recentemente falecido; a censura por parte do Governo do último livro de José Saramago - «O Evangelho segundo Jesus Cristo» - da lista de candidatos ao Prémio Europeu de Literatura; as «operações de vigilância» exercidas pelos serviços de informações, a mando do Governo, sobre trabalhadores e estudantes em luta e sobre comunidades africanas residentes no nosso país; a requisição civil dos trabalhadores do Metropolitano, tendo o Governo pesadas responsabilidades no arrastamento do conflito; a proibição de expressões públicas da actividade associativa dos profissionais da PSP; a «lei dos feriados»; as diversas operações de denegrimento do 25 de Abril, incluindo a de fazer o seu julgamento e o da descolonização num infame processo contra o Marechal Costa Gomes.

As linhas profundas da ofensiva contra a democracia política compreendem os planos de revisão antidemocrática das leis eleitorais, incluindo pressões para uma revisão antecipada da Constituição, uma chamada «reforma do Parlamento» para acentuar ainda mais a «colonização» da Assembleia da República e a sua dependência do Governo e da maioria do PSD, uma reestruturação das forças de segurança, no quadro e a pretexto do Acordo de Schengen, tendo em vista a centralização de comando e um maior controlo policial da sociedade portuguesa, uma reestruturação das Forças Armadas que subverte e altera a sua natureza e o quadro constitucional em que se inserem. Inscrevem-se nesta mesma ofensiva os novos planos redutores dos direitos dos trabalhadores com destaque para as manobras visando a alteração da lei da greve, bem como as ingerências e atentados ao Poder Local, confirmados no discurso de encerramento do Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses do Ministro do Plano e Administração do Território. Tem estreita ligação com o ataque às liberdades, as tentativas de ingerência na independência e autonomia dos magistrados e do poder judicial, a reestruturação levada a cabo na Secretaria de Estado da Cultura, através da qual se pretende liquidar estruturas fundamentais e colocar sob o controlo sectário do PSD as alavancas do Estado que podem influenciar a vida cultural do País, como já está a acontecer nas chefias da administração pública e das Forças Armadas.

Inscreve-se ainda nesta ofensiva a guerrilha institucional com o Presidente da República, através da qual o Governo pretende paralisar e neutralizar qualquer intervenção eficaz do Presidente da República.

Com a ofensiva em curso o PSD visa criar as condições para a sua eternização no poder e moldar o regime às conveniências

do capital monopolista em processo de restauração e a influência crescente do poder económico sobre o poder político.

A consumir-se o processo de restauração do capital monopolista, a democracia portuguesa veria destruídas muitas das principais características constitucionais e torna-se-ia um regime condicionado e vigiado pelo poder económico, onde os principais poderes de Estado e os mecanismos jurídicos acabariam por ser controlados, no fundamental, pelos grandes grupos económicos dominantes associados às transnacionais.

2. No plano económico a ofensiva da direita tem como eixo estratégico a aceleração das privatizações, o leilão das empresas altamente rentáveis do património público que tem vindo a verificar-se através de uma sucessão de processos escandalosos (conluio para o aparecimento de um único comprador; avaliadores que ficam com o que avaliam; ex-ministros e gestores públicos que lideram grupos compradores; acordos secretos com antigos donos a quem são entregues milhões de contos). Daqui decorre a consequente concentração da riqueza e a banalização do negociocismo, do tráfico de influências e da corrupção.

O Comité Central do PCP chama também a atenção da opinião pública para o facto de a economia portuguesa manter, no essencial, as suas vulnerabilidades estruturais e um frágil padrão de especialização, facto preocupante num quadro em que se aproxima o Mercado Único e em que é manifesta a quebra das taxas de crescimento e de investimento e o agravamento das assimetrias regionais.

A adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME), medida política para esconder os fracassos da Presidência Portuguesa da CEE, desencadeou, tal como era de prever, novas especulações contra o escudo, sobrevalorizando-o artificialmente e criando dificuldades acrescidas às actividades produtivas e exportadoras - agricultura, têxtil, calçado, metalomecânica -, já sobrecarregadas com as elevadas taxas de juro.

O Comité Central do PCP alerta os trabalhadores e os sindicatos para as posições do ministro das Finanças português na reunião da Ecofin, realizada este fim-de-semana no Porto, onde foi particularmente notada a sua insistência na «desregulação» do mercado de trabalho como medida necessária para o relançamento das economias comunitárias.

O PCP, que tem apresentado na Assembleia da República e fora dela um vasto e importante conjunto de medidas alternativas, opõe-se firmemente à política económica seguida, assente em baixos salários e na precarização do emprego, na intensificação de exploração e na primasia dada à chamada convergência nominal (proximidade dos défices públicos e dívida pública...), com prejuízo da convergência real (aproximação dos índices de desenvolvimento económico e social).

3. No plano social, a política do Governo tem sido deliberadamente orientada para provocar um acentuado agravamento e desestabilização das condições de vida da população, o reforço da exploração dos trabalhadores e da insegurança no emprego, uma crescente e descarada desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais, a extensão e aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais.

São aspectos particularmente gravosos desta política o aumento do custo de vida por força da elevação geral dos preços dos produtos, bens e serviços, o aumento dos impostos, as medidas visando a contenção dos salários, a intensificação de despedimentos e os planos para uma drástica redução dos efectivos da função pública, o desprezo pela aflitiva situação de reformados e pensionistas, a ampliação e revoltante encarecimento das taxas moderadoras nos serviços de saúde, o anunciado pagamento dos internamentos e intervenções cirúrgicas, a grave diminuição das participações do Estado no custo dos medicamentos, os projectos para um muito grave aumento das propinas no ensino superior público, a denúncia da Convenção da OIT sobre a proibição do trabalho nocturno para as mulheres na indústria, a indiferença perante a dramática situação que vive a maioria dos agricultores gravemente atingidos quer pelos efeitos da seca, quer pelas consequências da política agrícola do Governo e das imposições da CEE.

Estas orientações e medidas acompanham uma séria degradação e aprofundamento das situações de crise e de rotura nas principais áreas sociais - ensino, saúde, habitação, transportes, segurança social - que testemunham patentes fracassos da política governamental e constituem concludentes confirmações da sua incapacidade de enfrentar e dar solução aos mais graves problemas nacionais.



Ascenso da luta popular

1. Pela sua expressão imediata, mas também pelo seu significado e potencialidades, reveste-se da mais alta importância o dinâmico, combativo e diversificado movimento de descontentamento, protesto e luta contra a política do Governo, dando corpo a um dos maiores surtos de lutas populares dos últimos anos e espelhando uma crescente redução de base social de apoio do Governo.

Neste quadro, são de destacar, nomeadamente, as lutas da classe operária, dos trabalhadores dos mais variados sectores económicos e serviços públicos, empresas e categorias profissionais, dos estudantes, dos professores, dos intelectuais e artistas, dos eleitos das autarquias, dos reformados, dos agricultores, de numerosas outras camadas e grupos sociais, expressas num imenso conjunto de greves, paralisações, concentrações, desfiles, tomadas de posição pública que atestam uma grande combatividade, determinação e firmeza na defesa dos seus interesses duramente atingidos pela política e pelas medidas do Governo do PSD, que adquiriram grandiosa expressão nas manifestações do 1º de Maio promovidas pela CGTP-IN.

Entre outros êxitos alcançados, o facto de os trabalhadores, em muitos sectores, terem arrancado do patronato aumentos salariais superiores aos que o acordo Governo-UGT-patronato visava impor, e os recuos impostos ao Governo pela extraordinária movimentação estudantil contra a PGA, constituem uma indicação clara de que a luta é o insubstituível caminho para derrotar uma política profundamente injusta e assegurar a satisfação de prementes reivindicações populares.

2. O Comité Central do PCP salienta, como traço característico emergente da movimentação social em curso, o descrédito e isolamento de orientações de cumplicidade e cedência face ao Governo - como as protagonizadas pela Direcção da UGT e por alguns dos sindicatos nela filiados - e o crescente apoio dos trabalhadores e de outras camadas da população a orientações coerentes, consequentes e combativas, como se testemunha, designadamente, pelo reforço das posições unitárias nas eleições para as Comissões de Trabalhadores e no acrescido prestígio e influência do movimento sindical unitário organizado em torno da CGTP-IN.

3. No plano mais estritamente político, a acção do Governo tem sido facilitada, em muitos aspectos, pelo estilo e pelas orientações adoptadas pelo PS.

Enquanto fecha os olhos e guarda silêncio perante questões centrais para o povo, o País e regime democrático, como o processo das privatizações e os sucessivos escândalos que o rodeiam, ou aprova o Acordo de Schengen de graves implicações para a soberania nacional e os direitos, liberdades e garantias dos portugueses, o PS esforça-se por criar uma aparência de oposição activa à política do Governo, apostando sobretudo nos efeitos mediáticos de iniciativas que se revelam pouco consistentes e que têm proporcionado duelos oratórios com o Governo e o PSD, de que estes têm tirado real partido.



4. O Comité Central do PCP alerta para os esforços e para a tática que indiscutivelmente o Governo tem vindo a desenvolver no sentido de procurar proteger a imagem e ocultar as responsabilidades do Primeiro-Ministro, de dificultar que o descontentamento social evolua para atitudes de abandono de apoio eleitoral ao PSD e para novas opções de apoio político e eleitoral às forças democráticas.

São elementos centrais desta tática, a fuga ao debate sobre refúgio do Primeiro-Ministro e da maioria dos ministros em actividades e intervenções relativas à Presidência Portuguesa da CEE, a tentativa de aplicar e impor gravosas decisões sem qualquer divulgação oficial (como aconteceu com as taxas moderadoras).

Neste sentido, é essencial revigorar a luta pelo pluralismo e contra a governamentalização da comunicação social, e impulsionar uma vasta acção de esclarecimento que conduza à responsabilização directa do Governo e do PSD, à condenação global da sua política, ao apoio a uma nova política e a uma alternativa democrática.

5. O prosseguimento da luta popular por objectivos concretos, designadamente em torno das questões que mais afectam os portugueses no plano social, económico e político, bem como as iniciativas que conduzam ao fortalecimento da resistência democrática, são factores determinantes para a contenção e a derrota da ofensiva da direita.

Impedir um gravíssimo retrocesso nacional

O Comité Central do PCP apela aos trabalhadores, aos democratas, a todos os cidadãos, incluindo aos que tendo votado no PSD em 6 de Outubro se sentem agora defraudados nas suas expectativas e lesados nos seus legítimos interesses, para que reflectam e tomem consciência dos perigos que o prosseguimento e avanço da política do PSD projectam sobre o regime democrático-constitucional e das consequências profundamente negativas que teriam no curso da vida nacional e na fisionomia e perspectivas de evolução da sociedade portuguesa.

Com efeito, é imperioso que mais e mais portugueses compreendam que, tendo em conta a lógica implacável dos objectivos estratégicos do PSD, se os aspectos centrais da sua política não forem travados e derrotados, se chegaria ao fim do actual mandato com o poder do grande capital sobre a economia e a vida nacional plenamente reconstituído; com a democracia política consagrada na Constituição gravemente desfigurada, mutilada e empobrecida; com o sistema político dominado pela hegemonia de um único partido; com as possibilidades de uma alternativa democrática poderosamente dificultadas por leis eleitorais propositadamente concebidas para favorecer a eternização do PSD no poder; com os direitos dos trabalhadores drasticamente diminuídos; com os actuais factores de coacção social, de intimidação e de condicionamento de opinião gravemente reforçados; com as injustiças, marginalizações e exclusões sociais dramática e desumanamente acentuadas; com os principais problemas de fundo da sociedade portuguesa agudizados; com a soberania e a independência nacionais seriamente afectadas.

O Comité Central do PCP salienta que a concretização destes objectivos estratégicos do PSD representaria, no plano político, económico, social e nacional, um gravíssimo retroces-

so, contrário aos valores e objectivos consagrados na Lei Fundamental do País, contrário aos avanços, conquistas e esperanças emergentes da revolução do 25 de Abril, contrário às aspirações populares e às necessidades nacionais.

Está ao alcance do povo português e da sua luta, está ao alcance das forças democráticas e da sua acção convergente, está ao alcance do funcionamento das instituições democráticas, e de uma sua intervenção mais decidida, poupar Portugal a um tal retrocesso e assegurar para a sociedade portuguesa um caminho de liberdade, democracia, bem-estar, justiça social, progresso, desenvolvimento e independência nacional.

Por um grande debate nacional sobre as questões de integração na CEE

O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 7 Fevereiro de 1992, comporta importantes transferências de soberania (**política monetária única, com a criação de uma moeda única e de um Banco Central Europeu, política externa e de segurança comum...**) e acrescidos **constrangimentos a um mais rápido desenvolvimento** e maiores exigências à frágil economia portuguesa, **ao mesmo tempo** que subalterna a dimensão social do desenvolvimento e acentua o chamado duplo défice democrático. Importantes matérias **deixam de ficar sujeitas** ao controlo democrático, porque são subtraídas aos poderes de fiscalização da Assembleia da República e não são objecto de apreciação pelo Parlamento Europeu. Algumas normas do Tratado de Maastricht colidem frontalmente com o texto constitucional.

É reconhecido que a União Económica e Monetária entre regiões e países com níveis diferentes de desenvolvimento tende a agravar o fosso que os separa, o que confere particular importância ao Pacote Delors II. Mas o seu nível de financiamento está a ser posto em causa por vários países, em posições de recuo em relação aos compromissos assumidos em Maastricht, como ficou claro na recente reunião no Porto dos ministros das Finanças da CEE.

Acresce que, na reforma da PAC, o Governo tem deixado cair o princípio da especificidade da agricultura nacional, nas negociações do GATT, a defesa dos têxteis portugueses está longe de ser assegurada e não tem desenvolvido qualquer iniciativa séria para concretizar as medidas necessárias à dimensão social da CEE.

O Comité Central do PCP entende que o Governo português deve ao País uma ampla e objectiva informação sobre as graves incidências do Tratado e reclama que os acordos de Maastricht sejam objecto de um **amplo e profundo debate nacional**, que envolva os sindicatos, associações empresariais, autarquias e o povo português.

O Comité Central do PCP alerta a opinião pública para a manobra do Governo que, abdicando de incluir quantitativos monetários no Pacote Delors II, pretende aprovar na Cimeira de Lisboa um mero acordo político, uma mera declaração de intenções, com poucas cifras e sem compromissos concretos, apesar de ser conhecida a posição do Reino Unido, contrária ao aumento dos fundos comunitários e que atribui ao Pacote Delors II a última prioridade da sua presidência.

Independentemente da apreciação global dos acordos de Maastricht, o PCP insiste em que os interesses nacionais e o poder negocial português exigem que o processo de ratificação não deve ser iniciado - não há qualquer razão para pressas - sem que hajam garantias bastantes acerca da aprovação do Pacote Delors II com níveis financeiros suficientes.



PCP

PCP: A caminho do XIV Congresso, sempre com o povo, voltado para o futuro

1. O Comité Central examinou a actividade que o Partido está desenvolvendo em todo o País.

Por um lado, múltiplas reuniões, Assembleias e Plenários de organização, Encontros de quadros, seminários, colóquios, debates sobre os problemas da actualidade, iniciativas de confraternização e convívio.

Por outro lado, uma intensa actividade voltada para as massas e para a vida nas principais frentes de intervenção: nos movimentos, organizações e lutas sociais, na Assembleia da República, nas Autarquias, no Parlamento Europeu.

A larga participação nas iniciativas e a intensa actividade desenvolvida, confirmam a vitalidade, a democracia interna e a unidade do Partido, o grande colectivo militante, a estreita ligação com os trabalhadores e as massas populares, o papel necessário e insubstituível do PCP na democracia portuguesa e na vida nacional.

2. O Comité Central salienta existirem promissores sinais e indicações de que graças à intervenção combativa e coerente do Partido em defesa dos interesses populares e nacionais e à atitude de fidelidade aos seus valores, projecto e identidade comunistas, se está registando um novo movimento de interesse em torno da sua acção e propostas e de reforçada confiança no seu papel na vida do País.

O Comité Central considera ainda que, numa conjuntura internacional e nacional tão fortemente marcada pela ofensiva política e ideológica contra os ideais do socialismo e contra os partidos comunistas, assume um significado muito positivo o movimento de novas adesões ao Partido (750 entre Outubro de 1991 e Março deste ano).

3. Desmentindo as profecias de um rápido enfraquecimento, apagamento e paralisia do PCP e da sua inexorável subalternização num quadro partidário dominado por uma pretensa «bipolarização» entre o PS e o PSD, inistentemente veiculada tanto no plano institucional como nos meios de comunicação social, o PCP tem confirmado na acção ser simultaneamente a força política mais activa e mais corente na resistência e oposição ao Governo do PSD e a força política que defende, promove e apresenta um projecto, propostas e soluções realmente alternativas à política de direita.

4. O Comité Central sublinhou a importância e significado do encontro de Secções Internacionais de Partidos Comunistas, realizado a 4 e 5 de Maio último, na Quinta da Atalaia, em que, por iniciativa do PCP, participaram representantes do AKEL (Chipre), do Partido Comunista de Espanha, do Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista Português e, como observador, o Partido da Refundação Comunista (Itália), o que possibilitou um amplo, franco e fraternal intercâmbio de experiências e opiniões sobre questões de grande actualidade na Europa e no mundo.

O Comité Central considera muito positivo que os participantes no encontro, no respeito pela autonomia e independên-

cia de cada partido, consideraram importante desenvolver as relações de solidariedade e cooperação entre si e com outros partidos comunistas e forças de esquerda, democráticas e progressistas, com o desenvolvimento de eventuais iniciativas e encontros bilaterais e multilaterais.

5. O Comité Central analisou aspectos da situação orgânica do Partido e debateu algumas das principais questões que se colocam actualmente à organização partidária.

Nesse debate avaliou-se o que foi realizado para dar cumprimento às decisões do XII e do XIII Congressos em relação à organização, analisaram-se as adaptações da estrutura e do funcionamento do Partido às modificações sociais, económicas e políticas e apresentaram-se experiências em diversos aspectos organizativos.

Apesar das actuais dificuldades objectivas, a organização tem mantido um muito elevado nível de iniciativa política e de intervenção em muito diversas áreas de actividade, tendo sabido avançar em relação à responsabilização de novos quadros, ao aproveitamento de diferentes níveis de militância e ao aprofundamento da vida democrática interna. Foi prestada particular atenção à importância de reforçar o trabalho nas células de empresa e entre a juventude.

Foi salientada a necessidade de prosseguir com persistência o trabalho de organização e aprofundar a discussão destes problemas nesta fase preparatória do XIV Congresso.

6. As iniciativas muito diversas, nomeadamente os debates realizados e a realizar, a dinâmica geral da actividade e a reflexão colectiva e individual das organizações e militantes sobre os problemas existentes e as orientações e tarefas do Partido, assim como opiniões expressas oralmente ou por escrito por numerosos militantes, constituem desde já valiosa contribuição para a preparação do XIV Congresso.

Na continuação de um trabalho preliminar que está a ser realizado por grupos de trabalho ao nível da Comissão Política e das Comissões junto do Comité Central, trabalho que será aprofundado por outros grupos de trabalho seguir-se-á a elaboração, sob a responsabilidade da Comissão Política e com activa participação dos outros organismos executivos do Comité Central, da proposta de Teses, alterações ao Programa e Estatutos e eventualmente de outros documentos a apreciar e aprovar pelo Comité Central a fim de serem finalmente submetidos ao debate em todo o Partido a partir de princípios de Outubro - momento em que se iniciará também a eleição dos delegados ao Congresso.

Está também em curso o estudo e estão desde já a ser iniciadas consultas que serão alargadas, relativas à constituição, renovação das estruturas orgânicas e à composição de organismos de direcção.

Além da contribuição que, pelas mais variadas formas dão os membros do Comité Central, a contribuição colectiva deste órgão será concretizada em várias reuniões, a primeira das quais se realizará na primeira quinzena de Julho, seguindo-se outras, designadamente para debate e aprovação dos projectos a submeter à discussão no Partido e para aprovação final das propostas a levar ao Congresso.

O Comité Central decidiu que o XIV Congresso se realizará nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro do ano corrente.

**O Comité Central do
Partido Comunista Português**

Lisboa, 11 e 12 de Maio de 1992

O Militante

Maio - Junho 1992 • Nº 198 • Preço 170\$00

Mesa-redonda

DECQ MOTA • LEONEL NUNES
ARMINDO MIRANDA
PAULO VALADÃO

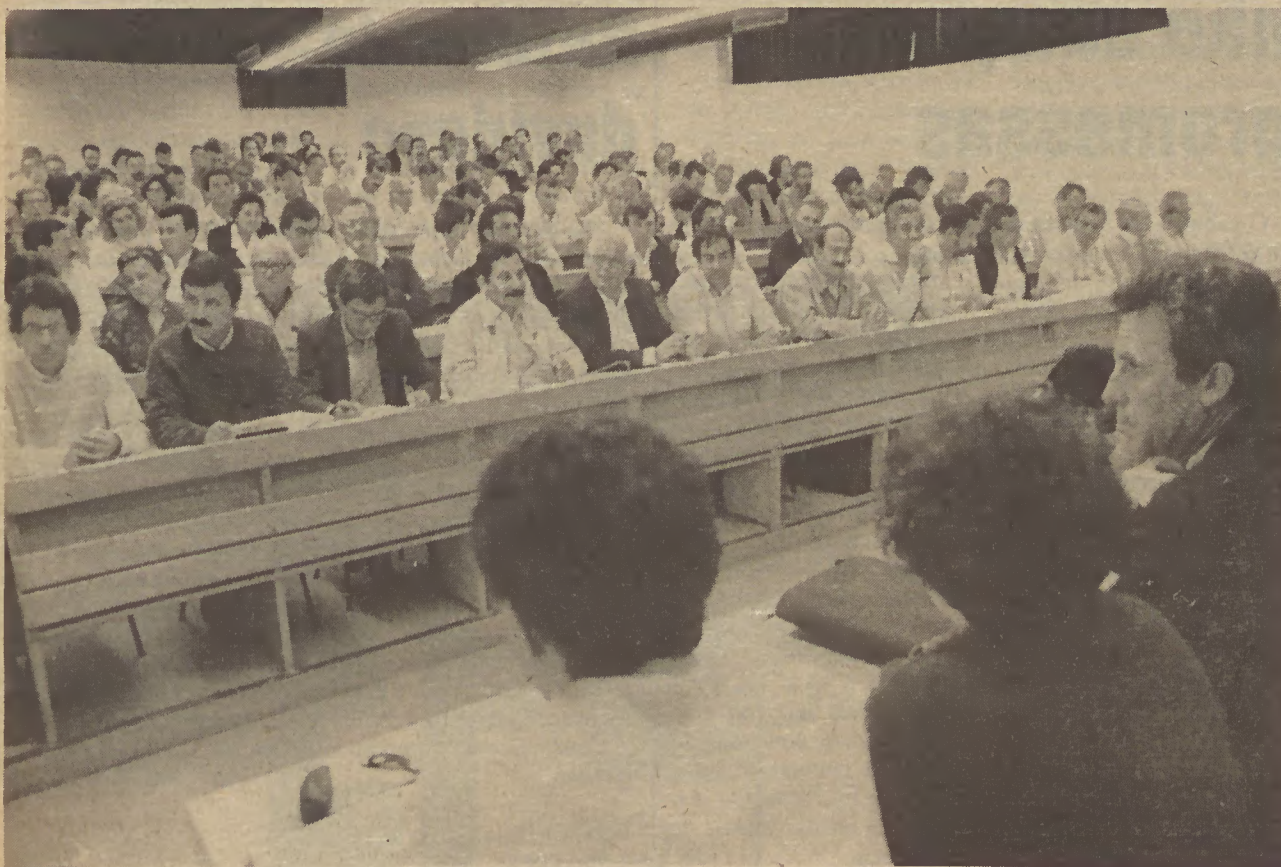


Eleições Legislativas Regionais



O Partido e a Juventude

Entrevista com FRANCISCO LOPES



1.ª Assembleia dos têxteis, vestuário e calçado

Com o objectivo de analisar a situação económica e social dos sectores Têxtil, Vestuário e Calçado e eleger um organismo de Direcção, realizou-se no sábado, na Escola Preparatória de Pevidém, Guimarães, a 1.ª Assembleia da Organização dos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado do PCP, que contou com a presença de mais de meia centena de membros do Partido ligados aos diferentes sectores.

Os sectores Têxtil, Vestuário e Calçado representam 40% das exportações totais do nosso país. As vendas para

o exterior são superiores a 800 milhões de contos e dependem destas indústrias mais de 1 milhão de pessoas. O peso económico destes sectores é de extrema importância para o distrito de Braga, pois é aqui onde está instalado um número bastante significativo destas empresas e onde labora o maior número de trabalhadores.

É também nestes sectores onde se praticam os mais baixos salários, onde se trabalha o maior número de horas semanais, a repressão atinge níveis elevadíssimos e de várias formas, o trabalho

infantil está enraizado, etc. Mas é ainda nestes sectores que são criadas riquezas fabulosas.

O Governo tem procurado minimizar os problemas e dificuldades existentes e esconder o factor determinante dessa situação — a sua política ao serviço dos interesses do grande capital. O prosseguimento desta política conduzirá, inevitavelmente, ao agravamento da crise e das suas consequências mais drásticas: continuação de encerramento de empresas, despedimentos, salários em atraso, etc.

A Assembleia dos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado, ao analisar esta situação, concluiu que é necessário e indispensável que os trabalhadores se unam para a defesa dos seus legítimos interesses.

Só com unidade e determinação é possível obrigar o patronato e o Governo a reuarem nas suas pretensões.

Por fim, a Assembleia elegeu, com grande sentido de responsabilidade pelo que lhe vai ser exigido, um Organismo de Direcção dos trabalhadores têxteis, do vestuário e do calçado.

Esclarecimento

Inquirido por órgãos de informação sobre «a suspensão» de Luísa Amorim, o Gabinete de Imprensa do PCP está condições de esclarecer:

1. É completamente falsa uma tal «suspensão», dado que não foi aplicada qualquer sanção àquela militante do PCP.

2. No quadro de alterações na composição de organismos que são um facto normal e natural na vida partidária, apenas não foi considerada a manutenção da sua participação numa Comissão junto do Comité Central, facto que não representa a lesão de qualquer direito de um militante, uma vez que a participação num organismo desse tipo não é nem vitalícia nem necessariamente duradoura.

Gabinete de Imprensa do PCP
7.Maio.1992

CAMARADAS FALECIDOS



VASCO DA CONCEIÇÃO

Faleceu, no passado dia 7 de Maio, com 78 anos, o escultor Vasco da Conceição. Um dos mais notáveis escultores e medalhistas portugueses, foi por diversas vezes premiado, nomeadamente com o prémio de escultor da Exposição Internacional de Bruxelas.

Vasco da Conceição foi o autor, entre outras peças, da escultura a José Dias Coelho do Cemitério de Benfica e do projecto da campa de Manuel Rodrigues da Silva, em Moscovo.

Tendo aderido ao PCP em 1930, esteve preso várias vezes no Aljube, Peniche e Angra, num total de três anos e três meses.

MARÍLIO MOLEIRO

Faleceu recentemente Marílio Guerreiro Moleiro, que contava 62 anos de idade e estava organizado na freguesia de Pechão, no concelho de Oihão.

MANUEL SOARES

Faleceu no passado dia 24 de Abril, Manuel Alminha Soares, militante na Organização da Freguesia de Amora do PCP. Era Director da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Amora.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifestou sentidas condolências.

Três ofensas

O professores de Coimbra do PCP condenam e exigem a revogação das decisões do Governo que consideram como «três ofensas graves aos mais elementares princípios democráticos». Concretamente, esta organização do PCP refere que «enquanto o tenente-coronel Sagueiro Maia, um dos principais responsáveis pela revolução de Abril, viu recusada pelo Governo a atribuição de uma pensão, o mesmo executivo resolveu conceder pensões a dois ex-responsáveis superiores pela polícia secreta do regime fascista, por *serviços excepcionais e relevantes prestados ao País*».

Igualmente criticada é a decisão da Secretaria de Estado da Cultura, na pessoa do subsecretário Sousa Lara, de «censurar, colocar num novo *index*, o mais recente livro de escritor José Saramago (*O Evangelho segundo Jesus Cristo*) - evitando a sua integração na lista das obras literárias portuguesas candidatas ao Prémio Europeu da Literatura».

Os professores comunistas comentam que «imaginando-se provavelmente nos tempos da Inquisição, no Portugal de Salazar, no Irão de Khomeini, confundindo literatura com vivência religiosa, Sousa Lara chegou mesmo a afirmar, referindo-se ao livro de Saramago, que a obra atacou princípios que têm a ver com o *património religioso dos cristãos. Longe de unir os portugueses dividiu naquilo que é património religiosos*».

Ao exigir a revogação destas decisões, a organização afirma que são «demasiado semelhantes às que caracterizaram o Estado Novo em termos de discriminação dos cidadãos que se destacam pelo seu empenhamento na defesa dos valores democráticos, de bonificação de comportamentos autoritários e repressivos e de penalização dos intelectuais e artistas que não aceitam a ortodoxia cultural e ideológica desejada pelo poder».

SOVIP não cumpre promessas

O gabinete de imprensa da DORVIR do PCP emitiu uma nota em que acusa o Grupo Vidago-Pedras Salgadas-SOVIP de não cumprir promessas feitas. A crítica remonta a um concurso para a concessão da área de jogo das Pedras Salgadas ganho por aquele grupo, em 1986.

O PCP afirma que «desde dessa data Sousa Cintra e a SOVIP estão obrigados à recuperação da estância termal das Pedras Salgadas, tendo na altura anunciado investimentos que nunca chegaram a ser realizados». Aliás, continua o comunicado, «o repetir de promessas e compromissos que depois não cumpre tem sido a prática deste grupo que vai enriquecendo à custa de

uma riqueza natural da região».

Assim, a DORVIR salienta que sob a administração da SOVIP, os hotéis Palace, em Vidago, e o Grande Hotel, em Pedras Salgadas, foram desclassificados para a categoria de pensões e a recuperação do Hotel Avelâmes, prometida para 1 de Outubro de 1986, nunca se concretizou.

Neste período, a exploração das águas foi levada ao máximo sem que se verificasse qualquer investimento na região.

Face a esta situação, e no seguimento de uma visita do deputado comunista Vítor Ranita, o PCP levantou já o problema na Assembleia da República.



Em foco no sábado Toxicoddependência em Portugal

O PCP irá realizar no próximo sábado, no Hotel Zuriq, em Lisboa, um debate subordinado ao tema «toxicoddependência e narcotráfico em Portugal».

Ao promover este debate, o PCP pretende actualizar e aprofundar o conhecimento sobre esta problemática bem como avançar na definição de medidas políticas que permitam o estabelecimento de uma estratégia coordenada e eficaz de combate a este flagelo social e ao tráfico de droga.

No entender do PCP, a gravidade da situação exige medidas sérias, persistência e coordenação de acções.

Entre os temas em análise consta a situação e combate do tráfico de drogas, nomeadamente a coordenação dos

meios, a política do Governo e a acção do MAI para enfrentar tal fenómeno, bem como a questão das estruturas para prevenção da toxicoddependência e combate ao narcotráfico. Outros temas a abordar serão a toxicoddependência, suas causas e o papel da prevenção primária, tratamento e reinserção social e o aparelho judiciário e prisional face ao problema da droga.

A iniciativa conta com uma participação alargada a um vasto leque de especialistas, estando prevista a presença de técnicos de saúde, juristas, dirigentes sindicais, autarcas, deputados e membros de estruturas ligadas a esta problemática.

Referendo duvidoso

As próprias formulações usadas pelo CDS para definir o objecto do referendo que tenciona propor não permitem uma imediata e completa avaliação da sua viabilidade e conformidade do ponto de vista constitucional e legal.

Sem prejuízo de uma posterior ponderação de todas as implicações desta proposta, é de salientar ser pelo menos muito duvidoso, face ao n.º 3 do art.º 118 da Constituição, que se possa suscitar um referendo sobre questões integrantes de um Tratado que contém disposições que colidem com normas da Constituição Portuguesa. Por outro lado, é necessário ter presente que nos termos do art.º 3.º da Lei do Regime do Referendo são excluídas do seu âmbito as matérias previstas nos art.ºs 164.º e 167.º da Constituição, entre as quais se inclui a aprovação de um vasto conjunto de tratados internacionais.

Entretanto, o PCP, como tem salientado, considera ser absolutamente indispensável um amplo debate nacional sobre as sérias implicações e consequências do Tratado de Maastricht que rompa com a cortina de silêncio e de falta de informação que o Governo propositadamente tem lançado sobre esta questão.

Gabinete de Imprensa do PCP
7.Maio.1992

Jovens debatem mercado de trabalho

Delegações da JCP, do MJCF (França), do JD/CDT (Bélgica) dos CJC e da UJCE (Espanha) estiveram reunidas no Encontro Internacional sobre «Direitos dos Jovens Trabalhadores e a Carta Social Europeia», realizado durante o fim-de-semana, em Lisboa.

A iniciativa, organizada pela JCP, no âmbito da Coordenadora da Juventude Democrática, debateu a situação dos jovens no mercado de trabalho, a precarização do emprego, os direitos dos jovens e a protecção social, bem como questões ligadas à formação profissional.

A conclusões dos trabalhos apontam várias reivindicações e orientações de luta, destacando-se a exigência da «redução do horário de trabalho, sem perda de regalias e direitos, e sem perda de remuneração; o fim do trabalho infantil e das discriminações das mulheres e das jovens trabalhadoras; a efectivação do princípio de para trabalho igual, salário igual; o fim do desemprego e dos contratos a prazo; a redução do período experimental e a criação de um organismo de apoio à aplicação da legislação sobre os trabalhadores-estudantes.

O encontro exigiu ainda que todos os cursos profissionais ou programas ocupacionais sejam remunerados acima do salário mínimo nacional; a criação de alternativas de formação profissional aos jovens que não concluíram a escolaridade obrigatória; a concessão de créditos de tempo de licença para obtenção de formação profissional



não promovida na empresa e a defesa na formação profissional inicial de todos de que os jovens tenham acesso a um programa de formação não inferior a um ano.

As organizações presentes decidiram apresentar as suas conclusões à presidência da Comunidade Europeia, ao

Forum da Juventude, ao Parlamento Europeu e à Federação Mundial da Juventude Democrática. Os presentes comprometeram-se ainda a divulgar publicamente os resultados do encontro e apresentá-los às comissões parlamentares dos respectivos países.

Foi também manifestado interesse em aprofundar a discussão sobre as questões relativas aos jovens trabalhadores e à Carta Social Europeia, bem como encontrar formas de acção e reivindicação no âmbito da Comunidade Europeia.

Ministério não garante fim da PGA

A JCP divulgou um comunicado em que «alerta a opinião pública e, em primeiro lugar os estudantes do ensino secundário, para o facto de que, apesar de já ter sido várias vezes referido que esta seria a última PGA, o Ministério da Educação não deu quaisquer garantias de que assim fosse».

Na opinião dos jovens comunistas «mais uma vez este Governo desiludiu os estudantes», uma vez que «122 mil foram de novo obrigados a sujeitar-se à PGA». A organização condena o Governo por não ter acabado já

este ano com aquela prova, «como milhares de estudantes o exigem».

Por outro lado, na nota distribuída, considera-se «fundamental que os estudantes participem activamente com as suas propostas e opiniões para se encontrar um novo regime de acesso ao ensino superior».

A JCP sublinha, entretanto, que «qualquer novo regime deverá contemplar a supressão do *numerus clausus* no ensino superior público e não considerar a existência de uma prova geral de acesso ou de outra prova do género».

Eleito executivo do sector público da ORL

O Organismo de Direcção do Sector Público da ORL do PCP reuniu pela primeira vez depois da sua 3ª Assembleia de organização, para eleger os órgãos executivos, definir medidas e acções imediatas para concretizar algumas das decisões da assembleia.

Por unanimidade, foi eleito o executivo, que conta com

12 membros, bem como o secretariado, com quatro membros. Foram definidas as principais funções de cada organismo, fixando-se a periodicidade das reuniões de mês e meio em mês e meio.

Entretanto, estava marcado um plenário de militantes para ontem, quarta-feira, no

CT Vitória para debater as conclusões da reunião do Comité Central. Entre outras iniciativas, são ainda de destacar a realização de um convívio no próximo dia 12 de Junho, no Terraço do Vitória, e reuniões específicas com comissões de trabalhadores do sector energético e com o sector das

comunicações.

O Organismo de Direcção foi ainda informado dos recentes resultados das eleições para o STTLP e saúda todos os trabalhadores pela confiança expressa na lista de unidade e convergência que concorreu sob o lema «restituir o sindicato aos trabalhadores».

Ilibação da PSP preocupa estudantes

A Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP, veio recentemente a público manifestar-se relativamente às decisões tomadas na sequência dos «comportamentos excessivamente violentos» tomados pela PSP durante uma acção de protesto de estudantes contra o atraso no pagamento das bolsas de estudo e o aumento do preço das refeições nas cantinas universitárias, que decorreu junto do Serviços Sociais da Universidade do Porto, em 20 de Novembro de 1991.

Os estudantes comunistas lamentam a «coincidência havida entre a data do termo do inquérito instaurado pela Provedoria de Justiça e o período de férias lectivas da Páscoa, altura em que a maioria dos estudantes se encontrava longe do Porto vendo-se assim impossibilitados de qualquer reacção ou de obterem os devidos esclarecimentos sobre o final do inquérito e das suas conclusões».

A organização considera que «o facto da manifestação não ter sido convocada junto do Governo Civil do Porto não constitui argumento válido que possa ilibar a PSP das atitudes tomadas».

Também a alegação de insuficiência de provas que pudessem provar com clareza as acusações feitas contra a PSP, «é ilusória uma vez que, para além das inúmeras testemunhas oculares, há imagens recolhidas pela câmara de um vídeo-amador, que acompanhou desde o início o desenrolar dos acontecimentos, e bem como inúmeras fotografias, muitas delas publicadas em órgãos de comunicação social».

Por fim, a JCP manifesta a sua «preocupação face às conclusões que ilibam a PSP da violência praticada, na medida em que não fica assegurada a não repetição de tais actos no futuro».

Bairros ilegais desprezados

A Comissão Concelhia de Cascais do PCP distribuiu um comunicado à população chamando a atenção para uma proposta dos deputados comunistas, entregue na AR durante a discussão do Orçamento de Estado, que visava a recuperação dos bairros ilegais no concelho.

O projecto pretendia «amenizar as grandes dificuldades que se colocam aos moradores destes bairros e suprimir a ausência de ajudas por parte da Câmara Municipal». O montante proposto era de 75 mil contos que seriam empregues no saneamento básico, em arruamentos pavimentados, criação de espaços verdes e equipamentos sociais, hoje inexistentes.

O PCP defende que a recuperação destes bairros terá de passar por uma articulação estreita entre o Governo, Câmara e moradores, ao contrário da autarquia que imputa a estes últimos as custas das obras necessárias.

Contudo, como se afirma na nota da Concelhia, «o PSD/CDS e PS assim não entendem e rejeitaram a proposta do PCP», o qual apesar de tudo continuará «a exigir que a recuperação dos bairros ilegais tenha início rapidamente para bem-estar dos moradores e benefício do concelho».

Mais atenção ao desporto

Em recente conferência de imprensa a Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP alertou a opinião pública e a Câmara Municipal para a «necessidade de ser implementada uma gestão na área do desporto, que corresponda aos interesses de Matosinhos e da população».

O conjunto dos equipamentos desportivos municipais construídos está longe de corresponder ao volume propangandeado pela Câmara. «Nos últimos 12 anos o investimento municipal nesta área foi apenas de 4 por cento das despesas de capital, o que é manifestamente pouco num concelho com mais de 150 mil habitantes», sublinha o PCP que defende a construção de vários polidesportivos descobertos em todo o concelho.

O PCP chamou ainda a atenção para a «necessidade de respeitar os critérios para a atribuição de subsídios, que após muita insistência da CDU foram aprovados pela Câmara», com vista à construção de equipamentos e instalações, bem como para a promoção de iniciativas e apoio a colectividades.

Indefesa perante os fogos

Floresta necessita de uma política adequada de prevenção e protecção

O problema dos fogos florestais voltou a centrar sobre si a atenção do Parlamento, colocando na ordem do dia a questão das soluções e medidas capazes de os prevenir e combater. Foi na passada semana, com o debate a incidir em quatro diplomas (três do PCP, que acabaram por passar, baixando à Comissão Parlamentar respectiva, e um do PS que viria a ser chumbado pela maioria PSD) destinados em substância a inverter o curso dos acontecimentos neste domínio, cujo saldo, como é sabido, atinge proporções dramáticas. Disso é testemunho, numa tendência

que se tem traduzido na progressiva destruição da floresta, o facto de, na última década Portugal ter sido pasto de mais de 100 mil incêndios que percorreram mais de um milhão de hectares.

Números que conferem sem dúvida a este problema um cariz de dimensão nacional e que exigem por conseguinte o contributo empenhado das mais variadas forças e entidades no sentido da sua resolução. Foi com esta perspectiva, na sua habitual postura construtiva, que a bancada do PCP partiu para o debate, avançando com um diagnóstico que no essencial

mereceu o acolhimento generalizado da Câmara e com um quadro de soluções que, pode considerar-se, constitui uma base de trabalho útil e indispensável para a definição de linhas de acção futura capazes de dar resposta ao flagelo dos incêndios.

Passando ao lado do episódio que consistiu no facto de o Governo ter assumido em despacho de meados do ano passado uma parte essencial de um dos projectos rubricados pelo PCP (recorde-se que dois dos diplomas agora apresentados pela bancada comunista foram debatidos e chumbados pelo PSD na anterior Legislatura), o que importa reter do debate de quinta-feira passada é que se registou um largo consenso sobre as causas fundamentais apontadas pela formação comunista para a situação criada em matéria de incêndios florestais.

Causas que de acordo com as palavras de Lino de Carvalho podem agrupar-se em quatro grandes grupos, a saber: uma política agro-florestal errada responsável pela liquidação das comunidades rurais, pelo abandono de terras agrícolas e pelo estímulo à floresta industrial que alimenta as celuloses; a inexistência de uma política de defesa e ordenamento florestal com a perpetuação de grandes manchas monoculturais de resinosas; a ausência de uma política de prevenção séria e eficaz que promova a limpeza equilibrada da floresta; uma política de combate assente no improvisado, sem coordenação nem planeamento.

Quanto às soluções preconizadas pelos parlamentares do PCP, consubstanciadas

nos projectos de que são autores (ver caixa), partem todas elas da realidade estrutural em que assenta a propriedade florestal, isto é, levam em linha de conta a existência de 500 000 proprietários florestais, mais de 70 por cento dos quais têm menos de quatro por cento, num País onde a

floresta do Estado ocupa menos de três por cento do território.

Duas conclusões, neste contexto, como observou Lino de Carvalho, devem ser retiradas: «uma, a de que nada se conseguirá sem a mobilização e o envolvimento dos produtores florestais

nas próprias soluções a adoptar; a outra, que com tal estrutura minifundiária, o Estado tem de assumir necessariamente uma papel enquadrador estratégico para superar um dos obstáculos mais difíceis à modernização, protecção e desenvolvimento do sector florestal.

Um desastre nacional

A ausência de uma adequada política de prevenção aliada à falta de educação e sensibilização para a floresta encontram-se sem dúvida entre as razões que explicam um certo alheamento das populações e o alastrar de ano para ano do número de incêndios que de forma crescente consomem este valioso património nacional.

As consequências desta situação assumem proporções cada vez mais dramáticas e aí estão, à vista, os prejuízos de ordem ambiental, económica e social, cuja dimensão é difícil de calcular, como é o caso do perigoso processo de galopante desertificação, simultaneamente «factor e consequência dos fogos», como assinalou no debate Lino de Carvalho.

Mas mais ainda do que as palavras são os números, levados à Câmara pelo deputado comunista, que verdadeiramente permitem obter a exacta dimensão do desastre que todos os anos assola vastas áreas do País: desde 1980 ocorreram mais de 100 mil incêndios que percorreram mais de um milhão de hectares, o correspondente a um terço da área florestal nacional. Só em 1991, o pior ano de sempre em matéria de fogos florestais, deflagraram mais de 22 mil incêndios que queimaram uma área de mais de 160 mil hectares, o equivalente a 20 vezes a cidade de Lisboa.

PCP propõe soluções

Aliar uma política de prevenção eficazmente definida e articulada com as comunidades locais com uma melhoria das condições de ataque aos incêndios constituem, no essencial, dois dos princípios básicos que caracterizam as soluções preconizadas nos projectos de lei do PCP que baixaram, após discussão em plenário, à Comissão Parlamentar especializada.

O Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa, definido num dos diplomas, permite que no prazo de seis meses após a publicação da lei seja instituído um programa de acção numa área de 120 mil hectares, correspondente às zonas mais críticas a norte do Tejo.

Nos seus objectivos, entre outras medidas, este programa aponta para a construção de estradões e pistas florestais, a eliminação de matos e desperdícios lenhosos, o estabelecimento de uma rede de aceiros de mato e de faixas de protecção às áreas urbanas, a construção de pontos de tomada de água e de pistas de emergência para helicópteros e o reforço do número de postos de vigia.

Quanto ao projecto de lei que estabelece um Programa de Rearborização para Áreas Percorridas por Incêndios, nas suas linhas gerais,

o diploma tem como objectivo impedir que os produtores florestais arruinados pelos fogos que lhes destroem a exploração caiam nas mãos das celuloses e dos intermediários, procurando simultaneamente evitar o abandono puro e simples ou a mera regeneração natural que repete os povoamentos anteriores.

No seu articulado, com vista a um equilíbrio entre a floresta de protecção e a floresta de produção, o projecto de lei propõe que a Direcção-Geral de Florestas em articulação com os produtores florestais elabore ou promova a elaboração, no prazo de um ano, de projectos de rearborização que tenham em conta os condicionais regionais de natureza ecológica, económica e social.

A realização de um Seminário sobre Fogos Florestais e defesa do Ordenamento da Floresta Portuguesa e do Espaço Rural, proposta num projecto de resolução igualmente da iniciativa dos parlamentares comunistas, encontra a sua razão de ser, por seu lado, no facto de o problema dos incêndios - uma questão nacional - exigir o contributo e a participação de todos os que se encontram envolvidos neste processo, num espaço de diálogo que a Assembleia da República está em condições privilegiadas de organizar.

Situação política na RA da Madeira

O «quero, posso e mando»

As ilegalidades, os arbítrios, os abusos de poder e os atentados à democracia que se verificam na Madeira resultam da preferência do PSD de governar «por uma legislação costumeira, formada na sua vontade do *quero, posso e mando* da sua maioria absoluta», alcançada mais cedo na Região Autónoma, mas que, «conquistada no Continente, permite ao PSD tentar abrir também os caminhos iniciados» no arquipélago. A acusação foi feita durante o debate sobre a situação política na RA da Madeira, no passado dia 6, por Odete Santos.

Extravazando a matéria da polémica gerada pelo PS e PSD em torno do défice democrático (a que o centrista Narana Coissoró sugeriu que se chamasse antes abuso de poder), a deputada comunista citou factos que mostram como «a inexistência de uma política de desenvolvimento deixa a Madeira à mercê de crises incontroláveis» e recordou que «à democracia inacabada da Região corresponde também, a nível de todo o País, uma democracia confiscada», situação que «existe desde que o PSD conseguiu e alicerçou a maioria absoluta». Odete Santos recusou *fulanizar* a discussão, apontando as responsabilidades à «aplicação, por parte do

PSD, do seu conceito de democracia vigiada».

Jardim Fernandes, dirigente do PS/Madeira, pôs a tónica da sua intervenção no facto de que «o regime de autonomia está descaracterizado e desfigurado, face ao modelo que decorre da Constituição e do Estatuto», uma vez que «de regime parlamentar passou-se a regime presidencialista, com Governo de plenos poderes e Parlamento submisso à sua vontade».

Apesar dos inúmeros casos de atropelos à democracia relatados durante o debate, o PSD bateu o pé, afirmando que «não existe défice democrático nem abusos de poder em qualquer das regiões autónomas» (pela voz de Guilherme Silva - o qual chegou a dizer à Lusa que «tem havido mais democracia na Madeira do que no Continente»).

Duarte Lima admitiu a possibilidade de o PSD solicitar uma audiência a Mário Soares «para ouvir a opinião do Presidente da República». O líder parlamentar social-democrata desafiara pouco antes o PS a solicitar ao PR a demissão do Governo Regional da Madeira, ao que o socialista Alberto Martins respondeu com outro repto: que o PSD aceite a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à situação política na Madeira.

Casos antigos e recentes

Odete Santos referiu na sua intervenção alguns casos concretos de limitação e mesmo violação de direitos, liberdades e garantias na Região Autónoma da Madeira, lembrando que «a questão não é de hoje nem de ontem», como o PCP «há muito vem denunciando». Vários outros casos foram citados no plenário, nomeadamente em perguntas do PS a Duarte Lima.

Há mais de ano e meio, a deputada do PCP verificou, «lá na Região Autónoma, que uma professora tinha sido punida por ter cedido a sala de aula para as comemorações do 25 de Abril; que uma outra solicitara chorosamente a um sindicato que rasgasse a sua ficha de inscrição, porque receava perder o lugar por via daquela inscrição; que uma escola fora obrigada a comprar pão a um determinado fornecedor, ainda que as condições de higiene não fossem as melhores, apenas porque ele era militante do PSD e se fora queixar à Secretaria Regional. Pude constatar que continuava a ser difícil o trabalho organizativo do PCP, porque alguns dos militantes vivem quase em clandestinidade, por puro receio de perder o emprego».

A deputada comunista referiu depois «alguns *flashes* recentes da vida política madeirense», que dão «a medida exacta dos objectivos gerais do PSD».

A Assembleia Municipal do Funchal aca-

bou de aprovar um regulamento sobre afixação de propaganda em que, além de, abusivamente, fixar o período de campanha eleitoral, faz depender a propaganda política de prévio parecer da Câmara Municipal; para Odete Santos, «a imposição de mais esta forma de censura ajudará a completar o sistema de manipulação da opinião pública, no qual assume papel fundamental o controlo da informação difundida pelos órgãos de comunicação social».

Para lá da «apertada vigilância» de que o trabalho dos jornalistas e dos directores é alvo (notícias e reportagens passadas a pente fino na Quinta da Vigia, *puxões de orelhas* a directores, encerramento do «Jornal da Madeira», pressão para recusa de publicidade num jornal, recusa das tipografias a imprimirem um novo jornal em projecto, financiamento dos órgãos conforme os serviços prestados), o PSD pretende ainda que seja necessário o parecer do Governo Regional para a nomeação do director da RTP/Madeira.

O médico Carlos Abrantes foi suspenso do regime de dedicação exclusiva e deslocado do Cural das Freiras para Câmara de Lobos... depois de ter sido candidato nas listas da CDU. Outro cidadão que se candidatou no Machico em lista de oposição ao PSD teve como paga a transferência da mulher, professora, para outra escola.

João Amaral alerta:

Actos contra direitos e liberdades exigem intervenção do Parlamento

A forma como se têm vindo a multiplicar ultimamente os casos em que de um modo ou outro são postos em causa direitos fundamentais dos cidadãos ou traços distintivos do regime de liberdade emanado da Revolução de Abril está a suscitar legítimas preocupações em vastos sectores da opinião democrática.

Os exemplos abundam, tendo como denominador comum entre si o facto de estar presente a chancela do Governo, seja por actos, comportamentos ou intenções da sua inteira responsabilidade.

Na passada semana, em declaração política proferida no período antes da ordem do dia, o deputado comunista João Amaral chamou a atenção da Câmara para alguns desses factos, concluindo pela necessidade de que a Assembleia da República intervenha, assumindo a discussão desta matéria, «antes que o regime democrático e as liberdades sejam efectivamente ameaçados».

Referia-se João Amaral - e estes são apenas alguns dos testemunhos mais recentes - às pensões por «serviços excepcionais» atribuídas a dois destacados agentes da extinta PIDE, ao anúncio da alteração do feriado do 1º de Maio e da intenção de limitar o direito à greve, ao acto inquisitorial promovido pela SEC contra José Saramago e a diversas actuações dos Serviços de Informações

Sobre esta última questão, designadamente quanto a sucessivas notícias que apontam para a ultrapassagem dos limites de lei por parte dos referidos Serviços, o deputado do PCP considerou ilegítima e insatisfatória a resposta dada pelo ministro da Administração Interna, dias antes, na Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, quando afirma que quem fiscaliza os Serviços de Informações não é a Assembleia da República mas o Conselho de Fiscalização eleito pela Assembleia e a quem esta conferiu um mandato de confiança.

E a resposta não serve, na perspectiva da bancada comunista, porque ficam por esclarecer questões tão importantes como sejam o recrutamento e direcção de grupos de «terrorismo anti-terrorista» (caso GAL) por parte dos Serviços de Informações, a detenção de figuras políticas de países estrangeiros, e, mais recentemente, os casos noticiados de vigilância de cidadãos (sindicalistas, estudantes, agricultores e

comunidade africana) que no uso dos seus direitos constitucionais se manifestavam contra a política do Governo.

Abordada na mesma reunião pelo ministro, a questão dos acordos de Schengen foi igualmente comentada pelo deputado comunista, tendo a este respeito defendido que aqueles não devem ser remetidos à Presidência da República sem que muito coisa se «esclareça», e sem que sejam feitas as previstas audições a especialistas e a responsáveis políticos e administrativos, realizado o debate público necessário e concretizado o colóquio parlamentar.

«É preciso não esquecer que Schengen institui um sistema de contornos policiais sem controlo parlamentar ou judicial assegurado; institui mais um sistema de informações e mais um banco de dados pessoais; aplica uma política restritiva de vistos e de concessão do direito de asilo; marca uma Europa xenófoba e avessa aos valores e tradições humanitárias; permite a intromissão de polícias estrangeiras em território nacional; aliena

parte da soberania nacional em matéria de segurança interna», observou João Amaral.

O anúncio da alteração de feriados, por sua vez, foi interpretado pelo parlamentar comunista como «uma tentativa de fragilização do valor e significado das datas históricas do 25 de Abril, 1º de Maio e do 5 de Outubro», enquanto o acto de censura a Saramago, frisou, justifica que seja encontrada uma forma de exprimir ao autor de «Memorial do Convento» e «através dele ao mundo da cultura», o sentimento de «repúdio do País e da representação nacional por esse acto de anticultura, por esse atentado à liberdade».

«Um escândalo sem desculpas possíveis», assim classificou João Amaral, por

outro lado, a decisão governamental de atribuir pensões a dois altos quadros da ex-PIDE, tanto mais chocante quando se sabe, lembrou, «que o mesmo Cavaco Silva congelou a pensão devida a Salgueiro Maia». Neste contexto, dado que na «atribuição das pensões há erros nos pressupostos» e que os actos praticados por estes indivíduos «estão envolvidos numa cadeia de actos criminosos», sustentou o deputado do PCP, «as pensões devem ser anuladas com o fundamento jurídico que decorre das leis que punem a PIDE e os seus agentes, das leis democráticas que condenaram o fascismo e o terrorismo de Estado que a PIDE praticava».

A questão dos direitos fundamentais dos trabalhadores, um dos quais, o exercício do direito à greve, segundo notícias vindas a público, estaria na mira do Governo, com vista à sua limitação, a

pretexto da situação decorrente das greves do Metro, foi também objecto de análise por parte de João Amaral.

Procurou nomeadamente responder, no que acabou por se constituir numa violenta crítica ao Governo, à questão de se saber quem provoca as greves e de como é possível a um sector profissional, no caso do Metro, manter uma greve tão prolongada.

«Isso é possível - esclareceu - porque foi feita uma monumental provocação: impor à generalidade dos trabalhadores um aumento de 13 por cento e aos do quadro dar 40 por cento; é possível porque a política de rendimentos está desajustada da realidade do País e dos interesses dos trabalhadores, fixando um tecto inaceitável; é possível porque a administração do Metro, alegando ordens do Governo, não quer negociar nada, absolutamente nada».

Após o referendo em Coimbra

Governo deve desistir do aumento das propinas

Reportando-se aos resultados do referendo realizado na semana passada, na Universidade de Coimbra, em que a esmagadora maioria dos estudantes recusou o aumento das propinas no ensino superior público, o deputado comunista António Filipe, numa intervenção feita dia 7 no período antes da ordem do dia, defendeu que, face a tal «estrondosa derrota» das intenções do Governo, «não restará ao ministro Couto dos Santos outra solução digna que não seja retirar a proposta que quer impor e sujeitar-se ao cumprimento dos imperativos constitucionais de justiça social no acesso ao ensino».

O deputado do PCP começou por afirmar que o comportamento do ministro da Educação «perante o País e esta Assembleia começa a ser escandaloso e tem de ser veementemente denunciado», referindo-se ao facto de Couto dos Santos, que tomou posse há já mais de dois meses, nunca ter correspondido às insistências dos comunistas e das comissões parlamentares de Juventude e de Educação para dar conta das intenções do Governo no que respeita às orientações que pretende prosseguir em matéria educativa. Em causa estão, além do regime de pro-

pinas, o acesso ao ensino superior e o apoio social aos estudantes.

António Filipe manifestou ainda o protesto do PCP pelo facto de Couto dos Santos, «ao mesmo tempo que se recusa a responder, como lhe compete», perante a AR, vir «aos jornais afirmar que a Assembleia da República vai aprovar uma proposta que nem sequer conhece e que se traduz num aumento brutal de propinas para a frequência do ensino superior».

O jovem deputado do PCP denunciou também «o comportamento prepotente e autoritário do ministro Couto dos Santos», lendo para os parlamentares o conteúdo do «Despacho nº 18», no qual se estipula que *todos os pedidos de esclarecimentos e de informações dirigidos aos serviços do Ministério da Educação por profissionais da comunicação social ou órgãos de soberania e que estejam relacionados com os objectivos definidos pelo Governo em matéria de política educativa e de ensino devem ser encaminhados para o gabinete do ministro*. Mais se determina que *todas as declarações, entrevistas ou quaisquer outras intervenções de dirigentes ou funcionários dos órgãos, serviços ou estruturas do Ministé-*

rio da Educação estão sujeitas a prévia autorização do membro do Governo da tutela».

Referindo-se ao regime de acesso ao ensino superior, António Filipe recordou o percurso mais recente da PGA: «assistiu-se a um aumento administrativo de 10% das notas da primeira chamada, ainda a retirar mais credibilidade a uma prova que já não tinha nenhuma; à marcação de uma terceira chamada absolutamente irrelevante, e à recusa obstinada em discutir a sério qualquer alternativa (e o PCP, como se sabe, apresentou uma alternativa), ou sequer em viabilizar o agendamento para debate da proposta de lei de revogação da PGA que o PSD/Madeira, aflito em ano de eleições, aprovou e mandou para cá».

«Porém, estamos convictos de que nesta matéria o Governo acabará por ter de admitir que a solução proposta pelo PCP, de abolição da PGA e realização de provas de âmbito nacional, específicas por área de ensino, para a qual a Comissão de Avaliação parece agora inclinar-se, é a única compatível com a Lei de Bases do Sistema Educativo e que, mais tarde ou mais cedo, acabará por ser adoptada» - afirmou António Filipe.

Inquérito parlamentar à SEC

Foi agendada para o próximo dia 22, por decisão da conferência de líderes parlamentares, o debate sobre o pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo PCP relativo à reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC). A acção deste organismo responsável pela política cultural, que levou já à realização de um debate parlamentar a pedido do Executivo, volta assim a plenário numa altura em que se multiplicam prove-

nientes de todos os quadrantes as críticas à actuação governamental.

As razões que têm servido de base aos protestos da Frente Nacional para a Defesa da Cultura (FNFC), de que fazem parte, entre outros, Natália Correia e Luís Francisco Rebelo, e a exclusão do último livro de José Saramago, «O Evangelho segundo Jesus Cristo», da lista de concorrentes ao Prémio Literário Europeu são alguns dos assuntos que prometem aquecer o debate.

Pensão a pides ofende

Longe de ser um assunto encerrado, a escandalosa atribuição de pensões «por serviços excepcionais ou relevantes prestados ao País» a dois destacados elementos da extinta PIDE - DGS, continua a estar na ordem do dia e a necessitar de vários esclarecimentos.

Esta é pelo menos a opinião, sem dúvida compartilhada pelos mais variados sectores da opinião democrática, de Raul de Castro, deputado independente da Intervenção Democrática (ID), autor de um requerimento dirigido ao Governo no qual se indaga se o Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças consideraram que aqueles dois indivíduos que ocuparam postos na mais alta hierarquia da polícia política do regime fascista podiam ser galardoados por relevantes serviços, como resulta do despacho conjunto que lhes concedeu a referida pensão.

Apenas ao Governo compete, com efeito, a resposta a esta questão, uma vez que não só

os respectivos processos são instruídos pelo Ministério da Administração Interna como a decisão compete, como já se disse, ao chefe do Executivo e ao ministro das Finanças.

Em face disto, como assinala Raul de Castro, não era lícito ao ministro da Administração Interna ignorar que se tratava de «dois dirigentes da ex-PIDE-DGS com tenebrosas biografias», um deles responsável durante quatro anos pelo Campo de Concentração do Tarrafal, o outro contando no curriculum com o posto mais alto de promoção.

Já de si chocante, esta situação assume foros de ainda maior escândalo se se considerar, como recorda o deputado da ID, que tendo a Procuradoria Geral da República emitido parecer favorável à concessão da mesma pensão, em 22 de Junho de 1989, a Salgueiro Maia, este processo continue a aguardar cerca de três anos depois o despacho conjunto, tendo aquele destacado capitão de Abril falecido sem a ver concretizada.

TRABALHADORES

Requisição civil no Metro Admitido recurso a Tribunal

A requisição civil dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, que se encontravam em greve (paralisações de três horas por dia) há mais de dois meses, suscitou protestos dos sindicatos e das centrais sindicais. A CGTP, que se tinha oferecido para mediar o conflito, recordou, quinta-feira passada, que, no seguimento de uma outra requisição deste tipo imposta pelo Governo em 1988, o Supremo Tribunal Administrativo deu razão aos trabalhadores. Manuel Lopes, da Comissão Executiva da Central, admitiu a hipótese, segundo a Lusa, de a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (Festru) recorrer a tribunal, depois de analisar o teor da requisição. Enquanto o PCP tomava posição no Parla-

mento (ver Assembleia da República neste «Avante!») e João Proença, do executivo da UGT, via na requisição «um atropelo» ao processo negocial em curso na empresa, a CGTP-IN sublinhava não haver «razão alguma para recorrer a uma medida tão drástica, para não dizer prepotente e indiciadora de abuso de poder». Numa nota de 7 do corrente, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP, ao cometer a requisição civil por 2 meses, ordenada nesse dia depois de 24 horas de greve na quarta-feira, destacava que, no início da semana passada, se realizou «um encontro entre representantes dos trabalhadores do Metro e o respectivo conselho de gerência, onde surgiram alguns sinais de que as negociações e o diálogo

poderiam ser reatados». Esse foi, para a CGTP, «um dos raros momentos» que permitiu «esperanças de encontrar uma solução negociada». Na mesma nota, a Central, ao reafirmar a solidariedade que sempre manifestou aos trabalhadores do Metro, sublinha que a requisição civil não resolve o problema. «Os trabalhadores — acrescenta — estão consciente de que têm razão e não vão desistir da sua luta, mesmo que confrontados com medidas repressivas como a que acaba de ser tomada».

Função Pública reclama soluções para as escolas

Numa conferência de imprensa, quinta-feira, em frente à Assembleia da República, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que representa 75 mil trabalhadores não docentes das escolas do País, reclamou soluções para os problemas específicos desse pessoal e fez, segundo a Lusa, uma «crítica pertinente e incisiva» sobre a «degradação crescente dos serviços sociais do ensino superior», combatendo o seu desmantelamento já anunciado. A FNSFP protesta contra a falta de negociação da parte do Governo. Recebida pelo presidente do Parlamento, Barbosa de Melo, e pela comissão parlamen-

tar de educação, ciência e cultura, a delegação sindical fez a entrega de vários documentos sobre a situação nas escolas dos vários graus de ensino. Queixou-se nomeadamente de não ter sido recebida, após quatro pedidos de audiência, pelo titular da pasta da Educação. Segundo este Ministério, o assunto transitara para a Secretaria de Estado do Orçamento.

Sexta-feira foi Dia da Segurança Social. A Federação, entre os vários textos que distribuiu, fez notar que:

- Nos Centros Regionais de Segurança Social, os administrativos esperam vinte e mais anos por uma promoção profissional;

- Nas casas do Povo, os trabalhadores estão a ser despedidos por falta de dinheiro para pagar salários;

- As ajudantes de creche, vigilantes, auxiliares de ocupação e os trabalhadores da fiscalização aguardam há vários anos a publicação de diplomas que resolvam questões laborais;

- A formação profissional é desajustada, insuficiente, e não valoriza os recursos humanos existentes;

- Sete meses após a tomada de posse do Governo, os representantes dos trabalhadores da Segurança Social continuam a não ser recebidos pelo elemento do Executivo responsável pelo sector.

Depois da elevada adesão à greve de sexta-feira em vários pontos do País

O pessoal dos lanifícios mantém as reivindicações

• Greve na Vitrohm

Com um salário médio mensal de 47 mil escudos, contando já com aumentos de 13 por cento em Janeiro, os 10 000 trabalhadores do sector de lanifícios reclamam um aumento salarial intercalar de 10 mil escudos. Reivindicam também a redução do horário de trabalho. Parado a 75 por cento no distrito de Castelo Branco e a 80 por cento no da Covilhã, o pessoal aderiu em massa à greve de sexta-feira, que abrangeu também os distritos da Guarda, Viseu, Aveiro, Portalegre, Santarém e Lisboa. A média geral da participação atingiu os 75 por cento, mas houve locais de trabalho onde a paralisação foi seguida por mais de 90 por cento dos efectivos. Assim sucedeu na Nova Penteação: entre 776 trabalhadores pararam 99 por cento; dos 222 da Fiper, 97 por cento; dos 136 da J. Esteves Fiadeiro, 98 por cento; dos 251 da Moura Matos, 96 por cento; dos 103 da Laneira da Covilhã, 98 por cento; dos 103 da A. Paulo Rato, 90 por cento; dos 395 da CIL, 85 por cento. Rosa Pin-

to, da Federação dos Sindicatos Têxteis, disse à Lusa que o sector acaba de sair de um processo de reestruturação profundo, «mas o aumento da produtividade não se reflectiu nos salários, que são muito baixos».

Na Vitrohm, empresa de componentes eléctricos (Trajouce, Cascais) os trabalha-

dores (mão-de-obra feminina, principalmente) pararam 24 horas na segunda-feira.

Por períodos de tempo iguais, estavam marcadas greves para 12 e 13 do corrente. A reivindicação principal tem a ver com os salários. O pessoal não aceita aumentos inferiores a 14 por cento. O horário de trabalho deve passar para

40 horas semanais (42 presentemente). Segundo o SIE-SI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), a adesão foi superior a 93 por cento no primeiro dia de greve, concentrando-se o pessoal junto ao portão da empresa. É a terceira série de paralisações que ocorre este ano na Vitrohm, com adesões superiores a 90 por cento.



Convocados plenários

Despedimentos na Crisal são políticos e repressivos

A Crisal, com mais de mil trabalhadores, pretende efectuar 18 despedimentos. Nos visados, que já receberam cartas nesse sentido, estão incluídos «os mais destacados membros da estrutura sindical e da comissão de trabalhadores». A Concelhia do PCP em Alcobaça, sede da empresa, afirma que, tendo esta «uma situação financeira estável» e não vendo dificuldade em «absorver ou reconverter» 18 postos de trabalho, se trata claramente de despedimentos com «carácter político e repressivo». A Comissão Concelhia, solidarizando-se com os visados pelo despedimento, sublinha a sua «total rejeição» deste processo que «visa destruir as organizações dos trabalhadores e permitir acumular cada

vez maior riqueza nas mãos de uns poucos, mesmo que para isso todos os outros tenham que viver «amordaçados e com salários de miséria».

A Concelhia das Caldas da Rainha veio por seu turno protestar contra o agravamento da situação social no concelho.

Para esta Comissão do PCP, a origem «está na crise que começa a grassar no sector cerâmico», afectando «quase todas as empresas». A Concelhia, que reclama medidas contra «falta de encomendas, despedimentos, encerramento de empresas», refere ainda outras situações difíceis como é a da EPAL e da Rodoviária Tejo.

As duas Concelhias apon-tam a luta em unidade contra estas situações.

Despedimentos nas Lajes são parte de redução global

Confirmou-se a semana passada, através da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, a extinção de «várias centenas» de postos de trabalho na Base da Lajes. Aquela Embaixada assegurou à agência Lusa em 6 do corrente que se desconheciam à data os números defi-

nitivos dessa redução. Serão extintas também várias centenas de «posições militares», acrescenta a Lusa, no âmbito da redução global da presença norte-americana nas numerosas bases armadas que dispõe em varios pontos do Globo. O impacte

que os despedimentos de trabalhadores portugueses terá a nível local está a ser discutido com as autoridades de Lisboa e dos Açores.

Ainda segundo a Lusa, que se refere a informações da embaixada, mais de mil instalações militares america-

nas, localizadas tanto nos EUA com no estrangeiro, serão afectadas pela aplicação das reduções de pessoal. Até 1995, o Pentágono reterá do activo 500 mil funcionários, 250 mil reservistas e 250 mil funcionários civis do Departamento de Defesa.

CGTP exige renovação das taxas moderadoras

A política de saúde do Governo e a aplicação recente das taxas moderadoras são fortemente contestadas pela CGTP-IN, que lançou a semana passada em Lisboa uma recolha de assinaturas, pedindo a revogação daquelas taxas afectadas por um «aumento brutal». A CGTP, que decidiu mover uma «campanha de protesto» entre 25 e 30 do corrente com os mesmos objectivos, disse também que a iniciativa sindical se dirige contra o aumento dos medicamentos e a diminuição das comparticipações de Estado. Lembrou a Central que, apesar

das isenções, nas taxas moderadoras, a partir de 44500 escudos mensais, tanto incidem no utente com esse rendimento como no que tem mais de 1000 contos por mês. A CGTP protesta ainda contra o encerramento de hospitais, como o de Arroios em Lisboa, de serviços de atendimento permanente no interior do país, e contra a diminuição do número de efectivos das equipas de urgência nos hospitais. Um «SOS em defesa da saúde pública» será outra das iniciativas da CGTP, esta a lançar em Junho.

PODER LOCAL

Explicando porquê, em declaração do voto PCP vota contra protocolo com a EDP no Porto

A Câmara Municipal do Porto assinou um protocolo com a EDP, relativo aos SMGE. A CDU votou contra e explicou porquê, em declaração de voto.

Na declaração de voto apresentada pelo vereador da CDU, Oliveira Dias, começa-se por historiar a questão das tarifas da electricidade, no Porto:

«A história do Porto registará, de forma equiparada com outros acontecimentos de relevo da vida da cidade, a luta contra a elevação brusca das tarifas de energia eléctrica, decretada pelo Governo sem ter em conta as especificidades próprias da cidade, desde o seu papel na electrificação do país, aos elevados índices de consumo praticados, resultantes da opção generalizada pelo equipamento eléctrico, durante longos anos encorajada por uma política de tarifa degressiva.

«Foi uma luta exemplar — prossegue o documento —, conjugando as deliberações nas instituições com o movimento e a força da população, ferida nas suas expectativas e interesses legítimos. Iniciada em 1977, isto é, há 15 anos, e mantida firmemente durante dez primeiros através da recusa do cumprimento das sucessivas portarias relativas ao tarifário, abrangeu, nos seus efeitos, mais de 300 000 pessoas e envolveu valores materiais hoje estimados em dezenas de milhões de contos».

E acrescenta o documento: «É dispensável inserir aqui todas as razões, já repetidas à exaustão, que justificaram e

validaram os acontecimentos. Mas é pelo menos indispensável afirmar que essa luta não teria sido possível, tão importante, tão prolongada e tão consensual, se não fosse justa».

Assim, «o PCP assumiu, através dos eleitos autárquicos que o representam, no Conselho de Administração dos SMGE, na Câmara e na Assembleia Municipal, as posições mais decisivas e coerentes em todo o processo», tal como assumiu «no movimento popular, as posições mais consequentes e combativas de toda a luta».

Até hoje, nunca a Câmara Municipal do Porto tinha reconhecido a dívida à EDP, «nem nunca aceitou a humi-

lhação que o Governo lhe dirigiu com a inadmissível invasão, pela força, dos SMGE. Aliás, mantêm-se em tribunal processos em que a Câmara do Porto recorre das injustiças sofridas», recorda a declaração de voto.

Por tudo isto, «o PCP considera que o seu voto no Protocolo agora proposto não pode ater-se essencialmente à consideração técnica e contabilística da solução do problema, numa perspectiva de hoje, enquadrada e resultante de uma sucessão de acontecimentos que nunca aceitou».

O porquê dum «não»

E o documento esclarece: «O PCP defendeu, em

finais de 1987, a aprovação de um outro Protocolo, justo e rigoroso, que só não chegou a ser assinado por todos os interessados em consequência de acontecimentos infelizes que culminaram com o recuo do Governo e da EDP relativamente aos compromissos assumidos e à invasão dos SMGE.

«É certo que, apesar disso, e devido à força da razão contida nesse Protocolo, muito do seu conteúdo tem sido até hoje aplicado, nomeadamente a recuperação, em cinco anos, das tarifas para o consumo doméstico de energia. perdeu-se o alargamento da recuperação, em mais cinco anos, para cerca de 24% da

população, a mais carenciada, e o património, agora cedido a troco da alegada dívida».

O PCP «considera, ainda hoje, que esse é o Protocolo que o Governo devia aceitar a esta posição política deverá ficar clara, mesmo nas actuais condições do problema. Assim, «o PCP vota contra o protocolo agora proposto».

«Finalmente — acrescenta a declaração de voto — o PCP exprime ainda a sua preocupação quanto à resolução final dos problemas do trabalhadores dos SMGE, cujos direitos adquiridos na sua condição de funcionários do município, deverão ser acatados com atenta observância da lei».

Açores

CDU apresenta candidatos no Faial

Os candidatos da CDU na ilha do Faial apresentaram o seu Manifesto Eleitoral às próximas eleições na Região Autónoma dos Açores, onde se considera que estas eleições se desenvolvem «num enquadramento político e partidário ainda mal definido e algo confuso mas, do qual a CDU é encabeçada por Luís da Costa Rosa Bruno e integra Maria Manuela Menezes da Rosa, Luís Manuel Cardoso Chaby Lara, Hélder Manuel Medeiros Escobar, Maria Leonor Corvelo Ávila Dutra, João Alberto Bicudo Decq Mota, Miguel Ávila Pereira de Freitas e Francisco José Norte de

Sousa Espinola, sendo mandatário da lista António José Macedo de Medeiros.

—No PSD/A, «que há 16 anos é conduzido por Mota Amaral é governo na Região Autónoma dos Açores, torna-se manifesto aquilo que era pressentido desde há anos — a incapacidade de gerir e projectar para o futuro dos Açores, diferentes sectores económicos, sociais e culturais», acusam os candidatos da CDU no Faial.

A crescer a isto, «constata-se um estilo governativo, reconhecido no dia-a-dia, que assenta no dirigismo, autoritarismo, compadrio e favores vários, que assentam

no pressuposto de que o poder se manterá com jogos e jogadas obscuras, remetendo os eleitores para o mero papel de peões destes jogos».

É a esta luz, «que deverá ser analisado o último congresso do PSD/A, cuja imagem de unidade interna é uma ilusão de óptica para os eleitores, pois esta pretensa unidade do PSD/A não se fundamenta em princípios de ordem política, mas antes na necessidade de manter o poder e as benesses e cargos que este lhes proporciona, a todo o custo».

Mas as outras forças políticas em presença também são alvo de críticas:

«O Partido Socialista, até agora o partido mais votado da oposição, e que por isso — acrescentando ainda o seu passado, poderia e deveria estar numa ampla convergência democrática possível, como a actual Assembleia

Regional comprova, parece estar antes apostado (talvez por tanto esperar e desesperar para ser governo e poder), sem estabelecer contratos a prazo que já lhe estão a fazer definir a “alma socialista”, carregando assim o CDS às costas e levando o PDA na sua sombra — tudo isto em nome do acesso ao poder», consideram os candidatos da CDU no Faial, que explicam depois as razões e objectivos da sua candidatura:

«A CDU apresenta-se como uma força política limpa, não comprometida com grupos de pressão que reflectem os interesses políticos, sociais e económicos nebulosos, antes comprometida exclusivamente com os interesses dos Açores e dos açorianos.

Gostaríamos de realçar que, o nosso aparecimento nesta altura — somos a primeira candidatura completa nos

Açores — resulta de compromisso assumido publicamente. Pensamos que a assunção desse compromisso, é tão só, mais uma garantia dada aos eleitores, de que a CDU procura cumprir o que promete — independentemente dos ventos e marés eleitorais.»

«No momento em que se procura confundir as questões — prossegue o documento —, a CDU gostaria de lembrar o seguinte: não se elegem governos (estes são expressão da vontade parlamentar), elegem-se, sim, deputados para a Assembleia Legislativa Regional — órgão, onde de facto estão representadas as diferentes opiniões e os diferentes interesses regionais, e que tem, como função não menor, a fiscalização e a aprovação dos actos do Governo.»

E conclui-se:

«Postas as questões assim, claramente, trata-se tão-só de

os faialenses votarem para a ALR em candidatos que, conhecidos de todos, dão garantias de vir a desenvolver um trabalho sério e honesto, contribuindo como sempre (ver o excelente trabalho de José Decq Mota e Paulo Valadão enquanto deputados da CDU) para que a ALR seja um órgão revitalizado, prestigiado e dignificado e não um simples coro de «amens» ao partido maioritário — seja ele qual for!»

«Assumimos aqui, também, o compromisso de após as eleições, mantermos uma relação estreita com as pessoas. Não nos refugiaremos nunca, no estatuto daqueles que após eleitos, passam a «desconhecer» os eleitores e a «esquecer» que são deputados por força e vontade — expressa através do voto — daqueles que, posteriormente passam a ignorar», sublinham, finalmente, os candidatos da CDU no Faial.

CDU visita Arranhó

Os eleitos da CDU de Arruda dos Vinhos visitaram recentemente a Freguesia de Arranhó.

Em contacto com as populações inteiraram-se das carências da Freguesia, nomeadamente o saneamento básico, a poluição dos ribeiros originada pelas pecuárias (em especial na zona da Louriceira, À-Do-Baço e Alcobelas), e a situação das estradas municipais, em bastante mau estado de conservação.

Algumas povoações da Freguesia não têm abastecimento de água ao domicílio, tais como: Às-Dos-Arcos, Camondes, Alcobela de Baixo e Carvalhal e em Alcobela de Cima existem grandes injustiças na distribuição dos ramais da rede pública.

Relativamente ao parque de sucata, os eleitos da CDU «reconhecem que é um problema de difícil resolução, mas entendem que o problema terá solução havendo empenhamento dos industriais e dos órgãos autárquicos».

Os eleitos da CDU vão também solicitar a criação de duas Assembleias de voto, uma em Louriceira e outra numa das Alcobelas, pelo facto de as mesas existentes se encontrarem a grande distâncias destas povoações.

No final da visita, os eleitos da CDU reuniram com a Junta e Assembleia de Freguesia, onde houve uma troca de impressões e foi feita uma análise dos problemas no sentido de serem tomadas medidas para a sua resolução.

Os autarcas da CDU pertencem visitar as restantes freguesias do concelho «para se identificarem com os problemas existentes, e assim poderem actuar no sentido da melhoria das condições de vida das populações», como referem em comunicado.

Câmara de Oeiras empola receitas

Em comentário à apresentação pela Câmara Municipal de Oeiras do relatório de actividades do 1º trimestre, a Comissão Concelhia de Oeiras do PCP divulgou um comunicado onde se acusa, nomeadamente, a gestão PSD de empolar as receitas do município em mais de três milhões de contos. Afirma a Comissão Concelhia do PCP: «Em torno da discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento, desenvolveu a maioria PSD na Câmara Municipal de Oeiras e o seu presidente uma linha de propaganda em que se realça os

14 milhões de contos do orçamento e as medidas que iriam ser concretizadas com a execução do plano a que o orçamento dava corpo. Na discussão do Orçamento e Plano, os vereadores do PCP/CDU provaram que as receitas estavam empoladas em mais de 3 milhões de contos, o que poria em causa a concretização do plano apresentado. De acordo com esta posição os vereadores do PCP votaram contra a receita e abstiveram-se no plano».

Entretanto, «o balanço da concretização do plano no 1º trimestre confirma, infeliz-

mente para a população de Oeiras, os argumentos do PCP e comprova que o PSD vota planos para acções de propaganda mas que não concretiza em benefício da população», afirma o comunicado, que prossegue:

«O relatório de balanço do 1º trimestre do Gabinete de Estudos da CM de Oeiras refere que o valor global das acções realizadas é de 14,73% do plano anual e aponta, numa perspectiva optimista, para uma taxa de execução no ano de 92 de 60%. Estes dados confirmam a incapacidade da maioria do

PSD e de Isaltino de Moraes em gerir ao serviço da população da CM de Oeiras e uma manifesta intenção de manipular a opinião pública que não é possível deixar de condenar.»

Finalmente, «o PCP considera que enquanto se mantiver toda a actividade centralizada na Câmara e no seu Presidente, a população de Oeiras assistirá a campanhas sucessivas de propaganda, mas não verá concretizadas as medidas que resolvam os problemas que no dia-a-dia afectam a sua qualidade de vida.»

Seis meses depois do massacre de Díli Timor numa canção e no esquecimento

Passaram seis meses depois do massacre de Díli. Em Timor há a luta e a esperança. Em Portugal canta-se «Maubere» e espera-se Alatas.

Seis meses depois do massacre de Díli surge uma canção cantada em inglês, composta e executada por músicos portugueses de título «Maubere». Depois de uma transmissão simultânea em quase todas as rádios de Portugal na terça-feira passada e a passagem na RTP do teledisco da canção, pretende-se que ela chegue às rádios e televisões de todo o mundo de forma a conseguir «despertar as consciências» da opinião pública internacional para o drama do povo de Timor-Leste.

Seis meses depois do massacre de Díli, a questão de Timor-Leste perdeu nitidamente o interesse para a comunicação social internacional e para os Governos de todo o mundo, incluindo os Governos dos países parceiros de Portugal na Comunidade Europeia.

Dada a quase unanimemente redonhecida incapacidade do Governo e diplomacia portuguesa em pressionar a comunidade internacional sobre o assunto acaba por vezes por ser a própria Indonésia que chama a atenção para o assunto quando toma posições como a de prescindir da ajuda económica da Holanda ou aplica parcas medidas disciplinares a militares envolvidos no massacre de Santa Cruz.

Entretanto em Timor a Indonésia efectua um fraudulento processo eleitoral para o lugar do Governador do território que irá substituir Mário Carrascalão. São, por

exemplo, proibidos ajuntamentos acima de cinco pessoas e os candidatos não podem fazer campanha personalizada. A resistência timorense apelou, aliás, ao boicote a estas eleições.

Portugal propôs no entretanto negociações com a Indonésia e aguarda resposta daquele país enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, poderá vir oficialmente a Portugal para participar numa conferência de ajuda aos países da CEI, sem que o Governo português o possa ou tenha sabido evitar, apesar de presidir à Comunidade Europeia.

Xanana Gusmão anunciou que vai enviar ao secretário-geral da ONU uma carta em que diz estar esperançado na possibilidade de ocorrerem mudanças no regime indonésio que conduzam à autodeterminação do povo timorense. O portador dessa carta será o representante especial do Conselho Nacional da Resistência Maubere, Ramos Horta, que em declarações à LUSA diz não compreender, por exemplo, por que é que no Palácio das Necessidades só há um diplomata, Rui Martin-Santos, com a pasta de Timor e «ainda por cima a meio tempo», já que o mesmo diplomata ocupa-se também da questão da Base das Lajes.

«Quartin-Santos é um homem muito sério, mas precisava de uma equipa a trabalhar com ele. A culpa é do ministro» disse ainda Ramos

Horta que considera ser necessário reforçar algumas embaixadas, nomeadamente nas capitais comunitárias e em Washington. O porta-voz de Xanana Gusmão é ainda mais contundente quando avalia a actuação da diplomacia portuguesa na presidência da CEE: «numa escala de zero a cinco vale um. Deus Pinheiro cada vez fala menos de Timor». Ramos Horta consideraria mesmo que o próprio presidente da República, Mário Soares, «mexeu mais» que o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros.



Seis meses depois do massacre no cemitério de Santa Cruz as imagens transmitidas em televisões de todo o mundo não foram suficientes para obrigar os governos a pressionar a Indonésia a desistir da ocupação de Timor-Leste

Estudantes de Coimbra rejeitam aumento de propinas Para já morreu a PGA

Cerca de 75 por cento dos estudantes universitários de Coimbra rejeitam «qualquer aumento» de propinas. Esta a conclusão retirada do escrutínio de um referendo realizado na semana passada por iniciativa da Direcção-Geral da Associação Académica e onde quatro mil 619 dos seis mil 222 votantes recusaram qualquer tipo de aumento das propinas.

Cerca de mil e 200 alunos pronunciaram-se contra o aumento enquanto não forem satisfeitas certas reivindicações no domínio pedagógico e da Acção Social Escolar.

«Não é com aumentos de propinas que se resolvem os graves problemas do Ensino Superior Público em Portugal», diria a comentar estes resultados o presidente da Associação Académica, António Vigário, que anunciou que os estudantes de Coimbra iriam estabelecer contactos com outras estruturas representativas de estudantes do Ensino Superior com vista «à concertação de posições».

Este referendo foi feito precisamente na semana em que, em princípio pela última vez, se realizou uma chamada da Prova Geral de Acesso (PGA) à Universidade, a terceira deste ano, realizada suplementarmente depois dos protestos dos estudantes às duas anteriores chamadas e ao anunciado aumento das

propinas, num processo que iria conduzir à substituição por Couto dos Santos do então ministro da Educação, Diamantino Durão.

O novo ministro apressou-se a anunciar o fim da PGA e do actual processo de entrada no Ensino Superior e logo nomeou uma Comissão de Avaliação do Sistema de Acesso ao Ensino Superior, para estudar uma proposta de remodelação do sistema de acesso à Universidade.

Aquela comissão vai apresentar para a semana a Couto dos Santos os resultados do seu trabalho mas, no entretanto, sabe-se já que a deve sugerir que, futuramente, a avaliação dos estudantes para o ingresso ao Ensino Superior assente em duas vertentes: avaliação curricular do Ensino Secundário e realização de provas específicas, o que no fundo coincide com as reivindicações dos estudantes.

Para esta Comissão, em termos de cálculos de médias, nenhuma das duas vertentes deveria valer menos de trinta por cento, ficando os restantes 40 por cento à disposição de cada uma das Universidades que assim definiriam o que valeria mais: se a frequência no ensino secundário se a prova específica

Estas propostas de remodelação mereceram já o

comentário do deputado comunista António Filipe que em resposta a uma pergunta da LUSA registou «a proximidade da proposta do Governo com a dos comunistas», apesar de estes defenderem que o curriculum escolar e a prova específica devam valer cada uma 50 por cento para a média de entrada nas faculdades. O PCP tem um projecto de lei na Assembleia da República que pretende também, num prazo de três anos, acabar com o *numerus clausus* e António Filipe sublinharia que o Governo deveria apresentar uma proposta de Lei sobre a matéria na Assembleia da República, pois em debate no Parlamento estão já três projectos de lei sobre o acesso ao Ensino Superior.

Governo não recebe deficientes

«Violação da Constituição, descortesia, indiferença e hostilidade» foram algumas das críticas feitas pelo porta-voz da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Joaquim Cardoso, que em declarações à agência LUSA não teve dúvidas em denunciar o comportamento dos responsáveis governamentais que na semana passada se recusaram a receber os representantes das centenas de deficientes que se concentraram frente ao Centro Cultural de Belém (CCB): «não nos receberam porque não quiseram», disse o responsável da APD.

A iniciativa daquela associação de ir ao Centro Cultural de Belém, local onde se exerce a presidência portuguesa da Comunidade Europeia, inseriu-se num conjunto de acções realizadas na terça-feira passada em mais de 100 cidades de todo o mundo pela Organização Mundial de Inadaptados, para chamar a atenção para a situação dos deficientes. O Governo esta-

va informado das intenções dos deficientes, mas preferiu ignorar os sucessivos pedidos de audiência, acabando por mandar impedir a entrada dos manifestantes no Centro Cultural de Belém, o que poderá motivar uma queixa da APD ao Tribunal Europeu a à Organização das Nações Unidas (ONU).

«Para quando o Governo assume a responsabilidade pelo factor 8 e 9 importado sem ser previamente analisado e que deu origem a contrair SIDA a grande parte dos hemofílicos que o receberam? Para quando os serviços de hemodiálise a funcionar em todos os concelhos do país?»

«No campo da reparação onde estão as prometidas próteses e ortóteses?», estas algumas questões postas ao Governo num comunicado da APD a propósito desta iniciativa.

A «insustentável situação no sector da saúde, traduzida na degradação da qualidade

dos serviços, no aumento do preço dos medicamentos, na deterioração do atendimento aos deficientes orgânicos e na aplicação das taxas moderadoras» foram algumas das razões para este «dia Europeu de protesto contra a discriminação e pela igualdade de oportunidades para os deficientes», convocado pela DPI - Disabled Peoples International - de que a APD é membro.

Para além da degradação no sector da saúde a APD destaca como outros factores

que afectam a vida dos deficientes, «a crescente vaga de despedimentos, mesmo na Função Pública», que está a atingir os trabalhadores deficientes, registando-se «uma ausência de medidas de promoção e protecção dos postos de trabalho».

A inexistência de um programa de supressão de barreiras arquitectónicas e a falta de promoção de transporte público adaptado são outras queixas dos deficientes portugueses que na terça-feira de manhã organizaram também

uma manifestação simbólica na estação da Amadora, para protestar contra a falta de acessos próprios aos comboios em Portugal.

As iniciativas tiveram a colaboração do «Grupo Europeu para a Vida Independente» e acções semelhantes ocorreram igualmente na Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Dinamarca, Alemanha, Finlândia, Grã-Bretanha, Itália, Áustria, Suécia, Rússia, Hungria, País de Gales, Camarões e Estados Unidos.

MDM critica reduzida participação de mulheres na Assembleia Metropolitana de Lisboa

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) protestou contra o facto de as mulheres representarem apenas oito por cento dos 50 membros da nova Assembleia Metropolitana de Lisboa.

Em comunicado divulgado à imprensa a semana passada, o MDM diz que só a CDU e o MDP elegeram mulheres para os representantes na Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa.

«Este exemplo ilustra bem a atenção que estes partidos atribuem à participação das mulheres em centros de decisão», afirma o MDM nesse comunicado citado pela LUSA. O Movimento Democrático de Mulheres considera que o papel das mulheres tem sido relevante no exercício do Poder Local e defende a participação feminina nos centros de decisão política como forma de reforço da democracia.

Eurodeputados visitam distrito de Setúbal

Desenvolvimento de Setúbal exige participação das forças do distrito

As questões que se colocam ao desenvolvimento do distrito de Setúbal, o aprofundamento do processo de integração europeia - em particular os aspectos relacionados com o pacote Delors II - os problemas sociais e a intervenção das organizações dos trabalhadores nas questões do desenvolvimento, foram os temas centrais abordados por Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Rogério Brito, eurodeputados comunistas, na visita que efectuaram a semana passada ao distrito de Setúbal.

No dia 5, os eurodeputados participaram numa reunião da DORS, seguida de um encontro com a União dos Sindicatos do distrito e de um almoço com a respectiva Associação de Municípios; a parte da tarde foi preenchida com contactos com entidades do Núcleo Empresarial da Região de Setúbal, com os presidentes da OIDPS (Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal) e da Região de Turismo e um jantar com a comunicação social. À noite, nos Paços do Concelho da Moita, realizou-se um debate sobre a problemática comunitária. No dia 6, os eurodeputados participaram numa iniciativa da Câmara Muni-

pal de Almada, subordinada ao desenvolvimento regional, que contou com a presença de responsáveis autárquicos, da universidade, das empresas associadas do Centro de Diversificação Curricular, da Lisnave, das empresas da Associação para o Aperfeiçoamento do Processo Produtivo, empresas têxteis e empresas do sector do turismo no concelho. A tarde foi dedicada a Sines, onde os eurodeputados foram recebidos por representantes da autarquia e reuniram com responsáveis da Frente de Luta e da Comissão de Luta contra os resíduos tóxicos.

OID sim, mas...

Esta visita, integrada no estilo de trabalho próprio dos deputados comunistas, de permanente contacto com as realidades nacionais, de forma a permitir a articulação da sua intervenção com essas realidades, constituiu uma oportunidade, como afirmou Joaquim Miranda, para analisar os problemas económicos e sociais do distrito. A propósito, o deputado referiu os discursos optimistas do Governo, que no entanto não impedem que subsistam problemas a que urge dar respos-

ta, como é o caso da precarização do emprego e mesmo do desemprego, cuja taxa continua a ser superior à média nacional; situações de salários em atraso; ausência de fiscalização quanto à não aplicação dos fundos comunitários que obrigam à criação de postos de trabalho; quase nula participação das estruturas sindicais na definição, aplicação e acompanhamento dos projectos relacionados com a OID (Operação Integrada de Desenvolvimento); ausência de uma formação profissional dirigida e definida em função dos objectivos considerados prioritários para o distrito.

Joaquim Miranda salientou ainda que, para o PCP, a Operação Integrada é, em si mesma, um instrumento que merece o nosso apoio, o que não impede a crítica aos respectivos erros de concepção e aplicação. Mas a OID, como fez notar, exige a existência e participação de fortes estruturas autárquicas, sindicais, económicas, culturais.

Insatisfação

O aprofundamento do processo de integração europeia foi também tema de reflexão nesta iniciativa dos eurode-

putados comunistas. Joaquim Miranda falou do pacote Delors II e da possibilidade de aumento das transferências comunitárias, que continuam por definir, defendendo que o Governo não deve apresentar na Assembleia da República, para ratificação, os acordos de Maastricht, sem que haja garantias absolutas da aprovação do pacote Delors, com meios adequados e suficientes. Lembrou ainda o facto de o Governo ter deixado cair a realização de uma cimeira extraordinária durante a presidência portuguesa e alertou para os «indícios sérios» já existentes de que o referido pacote não será aprovado na cimeira normal de Junho. Tudo parece apontar, disse, para um acordo político de aprovação de «linhas gerais», que salve a face dos seus mentores se «um efectivo compromisso financeiro, que é essencial».

Quanto à presidência portuguesa, cujo balanço global só poderá fazer-se no final, Joaquim Miranda lembrou as prioridades apontadas - coesão económica e social, política agrícola comum, cooperação norte-sul, Timor-Leste -, concluindo que há, desde já, «fortes razões para estarmos insatisfeitos».

Madeira

A convite do PCP/Madeira e dos deputados comunistas no Parlamento Europeu, trinta e cinco madeirenses estão de visita à sede do PE, em Estrasburgo. Os madeirenses terão encontros de trabalho com os eurodeputados do PCP, para análise de questões de interesse para a Região. Durante a visita, que decorre de 10 a 17 do corrente, o grupo visitará ainda Saragoça, Barcelona e Paris.

Ajuda

A Comissão Europeia decidiu conceder uma ajuda de 288 milhões de ecus (cerca de 52 milhões de contos) à reconversão industrial de quatro regiões da Alemanha. Segundo um porta-voz do executivo comunitário, a ajuda destina-se a melhorar a competitividade das pequenas e médias empresas e a criação ou manutenção de 15 mil postos de trabalho. A maior parte da ajuda será canalizada para a Renânia da Westfalia do Norte, que receberá 136,64 milhões de ecus do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 34,16 milhões de ecus do Fundo Social Europeu (FSE).

Alargamento

A Grã-Bretanha, que assumirá a presidência da Comunidade no segundo semestre deste ano, pretende que a Áustria, Suécia e Finlândia integrem a CEE a partir de 1995, afirmou há dias o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Douglas Hurd. Falando na Câmara dos Comuns, Hurd disse que o Reino Unido é «muito favorável» a este alargamento da Comunidade e sublinhou: «Esperamos que a nossa presidência possa preparar a via para que no próximo ano se iniciem as negociações com estes três países, para que possam ser ratificadas as disposições necessárias para cada uma das partes ainda em 1994 e que a adesão seja efectiva no início de 1995».

Visitas

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, deve deslocar-se a Moscovo no próximo dia 29 de Maio, a convite do presidente Boris Ieltsine, para analisar os acordos de cooperação futura entre a CEE e a Rússia. Delors já manifestou o seu «total apoio às reformas empreendidas na Rússia» e deseja «ver a Federação tornar-se parte inteira em todas as estruturas europeias».

Ieltsin aceitou entretanto o convite da NATO e das autoridades belgas para se deslocar a Bruxelas, em data a fixar, anunciou o vice-primeiro ministro, Guennadi Eourboulis.

Directório

O presidente do governo espanhol, Felipe Gonzalez, é partidário de um directório de cinco ou seis grandes países, em que espera esteja a Espanha, para dirigir a Comunidade Europeia a partir de 1996.

De acordo com um artigo recentemente publicado no «El País», Gonzalez considera que a CEE será ingovernável com as actuais instituições quando se produzir o alargamento a novos membros, pelo que defende uma reforma institucional. Gonzalez deseja que a Espanha faça parte do já referido directório, pelo que está empenhado em que o país esteja entre os que ascendam à última fase da União Económica e Monetária (UEM), em 1997. Por esse motivo, a aplicação do plano de convergência económico espanhol com a CEE, apresentado há pouco mais de um mês, constitui neste momento a plataforma de acção política e económica do governo de Espanha.

Cooperação

O rei Hassan II, de Marroços, e o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, presidem nos dias 4 e 5 de Junho, em Casablanca, a uma reunião sobre o futuro modelo de cooperação entre a CEE e o reino marroquino.

No encontro participam ainda, além de responsáveis políticos, empresários marroquinos e europeus e personalidades de outros Estados do Magrebe.

Imposto

Várias indústrias europeias, grandes consumidoras de energia, rejeitaram a semana passada em Bruxelas a eventual criação de um imposto sobre a energia, que a Comissão Europeia pretende implementar. Em comunicado conjunto, as indústrias química, petrolífera, metalúrgica, siderúrgica, do papel, cimento e cerâmica consideraram «inapropriada» a criação de um imposto unilateral sobre a energia.

Recorda-se que a Comissão Europeia pretende propor aos Doze a criação do referido imposto, de forma a limitar as emissões de gás carbónico, equivalente a dez dólares (cerca de 1450 escudos) por barril de petróleo.

A pobreza na Comunidade

Vinte e um milhões de desempregados, 53 milhões de pobres na Comunidade Europeia, dos quais 6 a 10 milhões vivem em estado de grande pobreza, são alguns dos números que nos obrigam a reflectir - as palavras são do Comissário Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza, Manuel de Lemos, ao anunciar na passada quinta-feira, no Porto, o seminário «Construir a Europa

pela Solidariedade» que decorrerá em Espinho de 14 a 16 de Maio.

Segundo informações da Lusa, o seminário terá como principal preocupação «dar voz aos grupos mais desfavorecidos» e contará com a presença de cerca de 200 peritos europeus.

Em debate, disse o comissário português, «vão estar questões relacionadas com a persistência das pro-

fundas diferenças nos níveis e no alcance da protecção social, que põem em evidência a absoluta necessidade de colocar a par o espaço social e o espaço económico europeu». Segundo aquele responsável, «a degradação das cidades, o aumento da distância entre os mais pobres e os mais ricos, o aumento da criminalidade, a droga e as suas consequências são alguns dos pontos que vêm impondo

a necessidade de, a par de uma política económica, se prosseguir uma política social».

Na apresentação do seminário, o responsável português lembrou que o protocolo anexo às conclusões do Concelho Europeu de Maastricht afirma que a luta contra as exclusões faz parte da política social da união e comete à Comissão, de acordo com o princípio da subsidiariedade, completar a acção dos Estados-membros, designadamente através da «integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho e nos domínios da formação, da saúde e da solidariedade».

O seminário visa ainda analisar «em que medida as políticas globais e sectoriais são elas próprias causadoras de exclusão e reprodutoras do sistema», sendo de admitir que o encontro se pronuncie também sobre os meios que os Doze têm disponibilizado para a luta contra a pobreza e os que, após Maastricht, se propõem de facto disponibilizar para uma efectiva coesão económica e social na Comunidade. Um tema particularmente pertinente num momento em que parece cada vez mais distante a possibilidade de aprovação do pacote Delors II, para além do mero acordo de posições de princípio.



Bairro de lata na Amadora, exemplo da ausência de uma verdadeira política social por parte do Governo

INTERNACIONAL

RÚSSIA

Partidos da oposição e próximos do governo russo manifestaram-se contra a recente proposta do presidente Boris Ieltsin de referendar a Constituição e contra as críticas que fez ao congresso de deputados.

O último congresso de deputados, de 6 a 21 de Abril, criticou a política económica do presidente russo e opôs-se à instauração de um regime presidencial na nova Constituição.

«Não consigo encontrar palavras para qualificar um congresso como este. Penso que é preciso submeter a Constituição a referendo popular e tudo será decidido, este Congresso deixará de existir», disse Ieltsin a 30 de Abril.

«É lamentável que uma tal declaração seja feita pelo presidente, cuja obrigação é garantir permanentemente o respeito pelas leis e a Constituição», afirmou Vassili Lipitski, responsável do Partido Popular da Rússia Livre, liderado pelo vice-presidente Aleksandr Rustkoi.

ALEMANHA

Nos três primeiros meses de 1992 a polícia criminal da Alemanha registou 600 casos de agressão contra emigrantes, anunciou o responsável pelo Departamento de Emigração do Sindicato dos Metalúrgicos (IG Metall).

Erwin Vitt sublinhou que aquele número corresponde a um aumento de 400 por cento em relação a idêntico período de 1991 e que a maioria das agressões são praticadas por jovens de 21 anos de idade, dos quais um em cada quatro se encontra desempregado.

Esses números constam do relatório apresentado na abertura da terceira conferência dos emigrantes filiados no IG Metall, este ano subordinado ao tema «A dignidade humana e os direitos humanos são inseparáveis».

Segundo Erwin Vitt, «o teste de solidariedade da organização face aos estrangeiros poderá ser feito no próximo congresso sindical, a realizar em Outubro, na cidade de Hamburgo, onde se espera que o número de delegados estrangeiros corresponda ao número de filiados, aproximadamente 9 por cento».

Erwin Vitt criticou duramente a lei de estrangeiros em vigor, afirmando que um dos objectivos da classe é a aplicação do direito de voto para todos os imigrantes residentes.

COREIA

Milhares de estudantes confrontaram-se com a polícia de intervenção sul-coreana quando os agentes pretenderam impedir manifestantes de hastear a bandeira da Coreia do Norte.

Os confrontos, ocorridos na cidade de Pusan, Sul, que provocaram 120 feridos, foram considerados os mais graves em mais de um ano. Os estudantes efectuaram também protestos em Kwangju e em Seul.

Os protestos surgiram um dia depois de os primeiros-ministros das duas Coreias terem terminado a sétima ronda de conversações sobre reconciliação e marcaram também a passagem do aniversário da fundação do Partido Democrático Liberal, no poder.

Em Seul, cerca de cinco mil estudantes, gritando «abaixo (o presidente) Roh Tae-Woo» e «Dissolução do PDL», manifestaram-se e quando a polícia tentou dispersar os manifestantes com gás lacrimogéneo estes responderam lançando pedras e bombas incendiárias.

Em Kwangju, 253 quilómetros a sul da capital, ocorreram também confrontos semelhantes entre cerca de dois mil estudantes e agentes, mas não houve feridos.

MOÇAMBIQUE

Moçambique foi distinguido pela Amnistia Internacional como «primeiro país africano» a aderir ao II Protocolo opcional e ao Pacto internacional dos direitos cívicos e políticos.

O matutino moçambicano «Notícias» refere que a distinção atribuída a Moçambique por aquela organização internacional de defesa dos direitos humanos é motivada pela abolição da pena de morte no país.

Segundo o jornal, que cita uma carta recebida na sua Redacção com a assinatura de Ella Lind-Thorser, dirigente da secção sueca da AI, ao ter abolido a pena de morte «Moçambique pode servir de modelo para outros Estados africanos».

ONU

Ministério austríaco dos Negócios Estrangeiros anunciou a realização de uma Conferência Internacional da ONU sobre direitos humanos em 1993 em Viena, que contará com a participação de aproximadamente 4000 delegados.

Será a segunda conferência deste tipo, depois da que se realizou em Teerão em 1968. A Áustria foi o único país a candidatar-se, depois da desistência, por razões financeiras, da Alemanha.



Nova Iorque. Manifestantes americanos queimam bandeiras dos EUA como forma de protesto contra o racismo

EUA

Cresce o protesto contra o racismo

O dirigente negro dos Direitos Cívicos, Jesse Jackson, convocou para 19 de Junho uma greve geral de protesto e de reconciliação para fazer frente ao problema do racismo nos Estados Unidos.

«Agora que os incêndios em Los Angeles foram apagados, devemos atear as chamas da justiça», disse o reverendo Jackson, alertando que o problema do racismo ameaça «despedaçar» o país.

«Atacaremos o racismo, o anti-semitismo, as agressões aos asiáticos e aos hispânicos», disse Jackson depois de reunir em Washington com cerca de 200 legisladores e dirigentes estudantis, religiosos, de grupos feministas e organizações defensoras dos direitos cívicos.

Na reunião, a que assistiu Coretta Scott King, viúva do líder negro assassinado Martin Luther King, foi discutida a violência racial em Los Angeles após a absolvição de quatro polícias brancas que brutalizaram um motorista negro.

Uma violência racial que se prende a profundos problemas que marcam a realidade norte-americana — o racismo e a violência (que passa também pela violência institucional, em que se destaca a prática corrente da pena de morte), e ainda o agravamento das condições de vida e a deterioração do tecido social.

Os dados falam por si.

Trinta milhões de americanos são oficialmente classificados como pobres. Vinte e três milhões de cidadãos no país mais rico do mundo — cuja economia é de facto financiada um

pouco pelos países de todo o mundo — têm que quotidianamente recorrer às senhas da ajuda alimentar.

Se 61% dos pobres são brancos, proporcionalmente, o seu número é duas vezes mais elevado entre os afro-americanos. 19% das crianças americanas (menos de 18 anos) vivem abaixo do limiar da pobreza. Esta percentagem é da

ordem de 50% para as crianças negras com menos de 6 anos.

O rendimento médio dos brancos corresponde ainda a quase o dobro do dos negros. Mas o desemprego atinge 7,2% do conjunto da população activa. Em Fevereiro passado contavam-se 9,2 milhões de desempregados, ou seja mais 2,8 milhões que em Julho de 1990.

Esta percentagem eleva-se a 14% na comunidade negra.

Em dez anos, o poder de compra do salário mínimo baixou de 24 por cento.

Uma realidade que agrava ainda os problemas vividos pelas comunidades vítimas do racismo e mais contribuiu para alimentar esse racismo.

Los Angeles

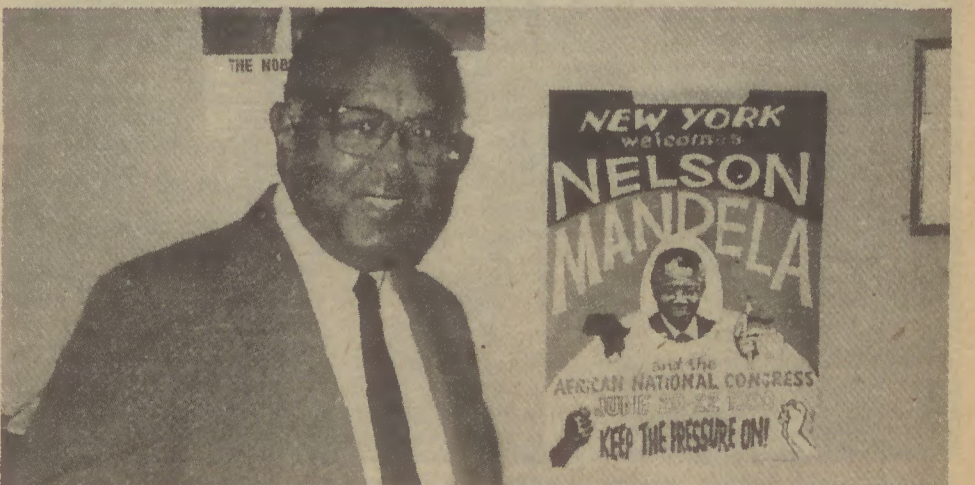
Uma advertência para todo o mundo

«O racismo sempre foi, e continua a ser, o que caracterizou a justiça americana» — esta é a opinião de Wendell Foster, eleito de Bronx para o município de Nova Iorque, e entrevistado para «L'Humanité», órgão central dos comunistas franceses, logo depois dos acontecimentos de Los Angeles.

«O que aconteceu em Los Angeles é certamente a conjugação de muitas coisas — afirmou Wendell Foster — mas todas se cristalizam no problema do racismo. É preciso saber que o processo se desenrolou numa cidade composta em 98% por brancos, protegidos por 2000 polícias. Uma cidade em que um negro que aí ousa entrar tem sérias probabilidades de

ser morto. Em tais condições, o veredicto não é surpreendente. E o que a seguir se passou em Los Angeles é uma advertência sobre o que o racismo pode fazer explodir. Um sinal de aviso para os Estados Unidos, mas também para a Europa e o mundo inteiro».

A opinião de Foster sobre a violência, é partilhada por muitos americanos, como recentes sondagens comprovam: «Compreendo-a. Não a aprovo, mas compreendo-a. (...) Quando homens em cólera estão frente a um muro, e esse muro é defendido por pessoas armadas, sem piedade, prontas a matar, então posso compreender que uma pessoa se torne violenta».



Wendell Foster, do município de Nova Iorque

Assembleia da Paz

Redobrar de energia e criatividade

Os factores de risco e perturbação da cena internacional e o aumento em dimensão e complexidade das ameaças à paz do mundo — são tónicas na Declaração aprovada pela XIV Assembleia da Paz, realizada sábado passado no Hotel Roma, e em que igualmente se sublinha a necessidade de redobrar de energia e criatividade.

Com base na análise da situação internacional, o Conselho da Paz decidiu orientar a sua actividade em todos os campos de intervenção, num triplo sentido:

«1. Afirmção da capacidade de intervenção do movimento da paz no plano nacional, junto dos órgãos de soberania, no sentido de que Portugal desenvolva, nos planos interno e externo, uma política que contribua positivamente para a construção de um mundo de paz, justiça e desenvolvimento;

«2. Esforço persistente virado para a construção de uma opinião pública nacional desperta e activa em nome dos valores da Paz, da Solidariedade, da Amizade e Cooperação entre os povos;

«3. Contribuição, na participação em foruns internacionais e na cooperação com iniciativas e movimentos congéneres de outros países, para o reforço dos movimentos de solidariedade e o alargamento constante da consciência e intervenção dos povos na luta pela Paz».

Cinco áreas de intervenção serão privilegiadas no próximo ano: desarmamento e segurança e cooperação europeia; ambiente e desenvolvimento na perspectiva que se pode ilustrar pela necessidade de convocação da Conferência das Nações Unidas; a situação em Timor-Leste; a solidariedade com os povos em luta, vítimas da injustiça e da opressão, nomeadamente com os povos da África do Sul e Palestina; solidariedade e cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa.



500 anos depois o peso da dívida

Os 500 anos da descoberta da América por Cristóvão Colombo - e as consequências múltiplas que dela advieram - é hoje tema de diferentes debates e bem diversas leituras.

Diversas organizações populares da América Latina têm vindo a realizar uma campanha com o tema - «2500 anos de resistência indígena, negra e popular».

No Brasil, a trigésima As-



Revoltas contra a miséria em África e na América Latina

Los Angeles foi um alerta das consequências do agravamento da miséria (e no caso do racismo). Um exemplo do que no mundo subdesenvolvido pode ganhar outra dimensão, face a uma bem maior degradação das condições de vida, que em muitos países, em particular no continente africano, se salda em milhares de mortes prematuras.

Ainda muito recentemente o chefe de Estado senegalês, Abdou Diouf, lançava na televisão francesa um apelo à ajuda dos países do Norte, pois a sua reduzida dimensão poderia contribuir para uma maior insegurança no mundo, provocando «motins, desordem e anarquia».

Os factos confirmam amplamente tais previsões.

Nestes últimos dias sucederam-se revoltas contra a miséria e o seu agravamento em vários países do continente africano e na América Latina.

No Malawi, muitos milhares de pessoas saíram à rua, num contexto de insatisfação pela contínua perda do poder de compra das populações, pelo julgamento do líder sindical Chafukwa Chihana, e por uma greve de cerca de três mil trabalhadores da indústria têxtil.

As manifestações assumiram mesmo o carácter de levantamento popular, quando milhares de civis desceram às ruas das duas principais cidades malawianas, Lilongwe e Blantyre.

A violência da repressão fez dezenas de mortos.

No Líbano, o governo do primeiro-ministro Omar Karamé demitiu-se, na sequência de uma greve geral contra a carestia de vida desencadeada pela Confederação

sembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos, realizada a semana passada, debateu uma proposta no sentido de perdão de dívida externa vir a ser a «penitência» dos países ricos pela «invasão» da América.

Em declarações ao jornal «O Globo», do Rio de Janeiro, o bispo de Crateus (Estado do Ceará), Dom António Frágoso, que defende esta proposta, afirmou que a descoberta da América deverá ser entendida com «a invasão desrespeitadora, que causou o genocídio de quase todos os 70 milhões de índios nela existentes».

«Queremos a história recuperada e que a Igreja peça perdão em público e se tente recuperar as culturas que foram destruídas» - disse o bispo.

Geral dos Trabalhadores do Líbano (CGTL).

A CGTL pede a formação de um novo governo que «elabore um plano rápido de defesa da moeda nacional e de saneamento económico e social».

A greve seguiu-se à drástica queda da libra libanesa, o que levou a um aumento em flecha dos preços num país que importa mais de 85 por cento dos produtos que correspondem às suas necessidades básicas.

Significativamente, os

milhares de manifestantes que exigiam a demissão do governo tinham também como palavra de ordem «Não ao dólar, defesa da libra libanesa».

Na cidade panamiana de Colon, a polícia reprimiu com violência as manifestações promovidas pelo movimento dos desempregados, que reclama uma imediata ajuda do governo para resolver os graves problemas sociais desta cidade.

Colon, a segunda cidade do país, abriga a segunda

zona franca do mundo depois de Hong Kong. Entretanto, a taxa de desemprego ronda os 60%, apesar da opulência da zona franca que em 1991 transaccionou 7000 milhões de dólares.

No Rio de Janeiro, no Brasil, registaram-se já mais de duas dezenas de saques a supermercados, no último mês. Admitindo-se embora a participação de bandos nestes saques, a miséria está sem dúvida na base da onda de pilhagens.

Polónia

Política económica e o FMI

O presidente polaco, Walesa, pediu — uma vez mais — poderes reforçados. Concretamente o direito de escolher, e demitir, quer o primeiro-ministro, quer os diferentes membros do governo.

Razão invocada — a Polónia está a perder a confiança dos seus credores ocidentais.

Dias antes do discurso do presidente polaco, o ministro das Finanças apresentou a sua demissão, na sequência de uma votação do Parlamento que vai contra a política de rigor económico do governo.

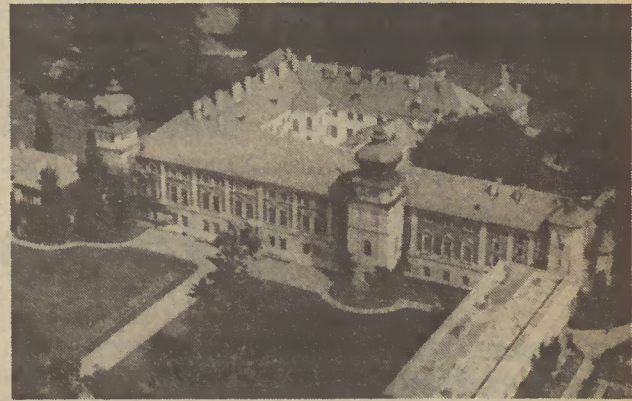
O Parlamento aprovou um parecer do Tribunal Constitucional que impõe uma revalorização dos salários no sector público.

No quadro do seu programa, o governo polaco queria limitar a progressão da massa salarial e abandonar a indexação à inflação, mas o Tribunal Constitucional considerou o projecto de lei nesse sentido incompatível com a Constituição. Uma outra decisão do Tribunal impõe uma revalorização das reformas e pensões.

Aqui também, a reacção do governo reflecte as opções dos «credores ocidentais». Assumindo uma posição contra as decisões do Parlamento e do Tribunal Constitucional, o ministro do Planeamento comentou que «nestas condições, será impossível concluir um acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Banco Mundial vai bloquear os seus créditos. Numa palavra, será uma total catástrofe política e económica».

O ministro — tal como o presidente Walesa — parecem ignorar o que ainda recentemente foi salientado pela Comissão Económica para a Europa da ONU (CEE-ONU).

Em recente documento desta Comissão sublinha-se que em 1991 foi um ano de quase generalizado agravamento da situação económica dos países da Europa de Leste, o que pode provocar



«desilusões» e «impaciência», «tanto em relação à ideia de mercado como do próprio processo democrático».

Segundo os economistas da CEE-ONU, o volume de produção nestes países continua a recuar brutalmente (-14% no último ano) e a baixa do nível de vida provocou «uma inquietação e uma decepção generalizadas».

O ano passado a baixa na produção atingiu cerca de 23% na Bulgária, entre 13% e 16% na Roménia, Jugoslávia e Checoslováquia, 8% na Hungria e Polónia.

A inflação também sofreu

agravamento em vários países. Na Polónia atingiu os 44%, em ritmo anual, em Dezembro. Na Roménia e Jugoslávia, as taxas alcançadas em Dezembro eram respectivamente de 367% e 644%. Também em Dezembro, o desemprego atingiu o nível de quase 6 milhões de pessoas (sem contar com a ex-RDA).

A Comissão teme que, na ausência de ajuda económica por parte do Ocidente, países como os que hoje integram a CEI, concentrem os seus esforços nos sectores ainda competitivos a nível internacional — os recursos naturais e a indústria de armamentos.



Encontro PCP-Frelimo

Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, encontrou-se no passado dia 7 de Maio, no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes, com Manuel Tomé, secretário do CC do Partido Frelimo para a Mobilização e Propaganda.

Durante o encontro foi confirmada a vontade de desenvolver as relações tradicionais de amizade e solidariedade entre o PCP e o Partido Frelimo.

5ª Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro do PCP

Manifestação de vitalidade e ligação ao povo do concelho

Uma grande manifestação de vitalidade, dinâmica partidária e inserção profunda na realidade social do concelho foi dada pelos comunistas do Barreiro, no último fim-de-semana, com a realização da sua 5ª Assembleia da Organização.

Os trabalhos, em que participaram 401 delegados (129 dos quais mulheres) e a que assistiram várias dezenas de convidados, sob o lema «Olhar o Futuro com Confiança», saldaram-se num sucesso, revelando sem margem para dúvidas que a organização do Partido está a responder no fundamental às

dificuldades decorrentes do novo quadro político criado no plano nacional e internacional desde a sua 4ª Assembleia, constituindo-se como uma força real - a maior força política do concelho - com perspectivas de desenvolvimento.

Disso mesmo foram testemunho quer a entusiástica

presença juvenil, que por múltiplas formas se fez notar, quer as cerca de duas dezenas e meia de intervenções produzidas ao longo das quatro sessões em que funcionaram os trabalhos, reflectindo todas elas a rica e variada experiência do trabalho partidário nas mais variadas frentes, claramente indiciadora de que os comunistas do Barreiro estão em condições de responder às tarefas e às exigências colocadas pelos problemas da actualidade.

Culminando um intenso trabalho preparatório iniciado há cerca de um mês, no decorrer do qual foram realizadas mais de 20 reuniões envolvendo todos os organismos do concelho, em que

participaram mais de mil militantes comunistas, a 5ª Assembleia contou com a presença do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cun-

hal, que proferiu uma intervenção cujas principais passagens transcrevemos nestas páginas.

Presidida por uma mesa

composta por 40 militantes comunistas, pelo seu trabalho ligados aos mais variados sectores da organização, entre os quais se encontravam

Manuel Sobral, Manuel Reis, Helder Madeira, José Abreu, Vítor Castro, Inácia Lopes e Apolónia Teixeira, a 5ª Assembleia elegeu a nova comissão concelhia (ver caixa) - um dos momentos altos dos trabalhos -, aprovou o relatório do organismo de direcção cessante e um documento contendo as principais linhas de acção e objectivos para o futuro.

Amplamente discutido no âmbito do trabalho preparatório e incorporando cerca de três dezenas de propostas de alteração, este documento final - peça fundamental para a actividade partidária a breve prazo -, está dividido em cinco capítulos. Nele se definem, nomeadamente, as acções a desenvolver em termos de objectivos sectoriais (desenvolvimento, cultura e movimento associativo e popular, ensino, saúde, direc-

tos sociais e organização dos trabalhadores, juventude); quanto à organização, seus objectivos e prioridades; no domínio das propostas e reivindicações para o futuro e no plano das eleições autárquicas de 1993.

Em relação a esta última direcção de trabalho, onde os objectivos se situam ao nível do reforço dos resultados e das posições do PCP e da CDU nas autarquias do concelho, é dada especial atenção à concepção e à prática que distinguem a gestão dos comunistas e seus aliados nas autarquias, com o estímulo à participação activa e directa de todos os cidadãos na vida política, à valorização do trabalho realizado e, por fim, à composição das futuras listas, designadamente ao nível das crescentes exigências na gestão e na preparação política dos quadros.



Comissão Concelhia tem 50 por cento de novos membros

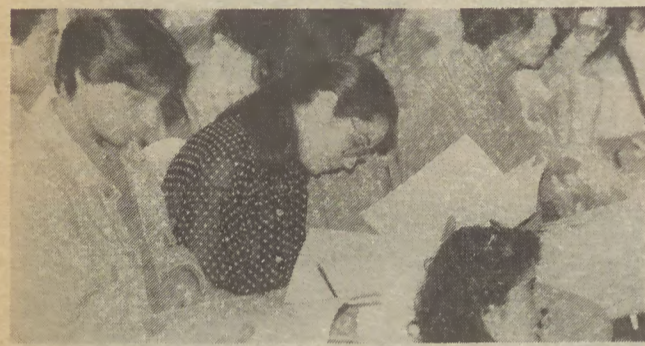
Metade dos 46 membros da comissão concelhia eleita na Assembleia de sábado entra pela primeira vez para este organismo executivo.

A lista proposta pela concelhia cessante e que foi aprovada com 6 abstenções é composta por 46 por cento de operários, 24 por cento de empregados, 18 por cento de quadros técnicos e intelectuais, e 12 por cento de outras profissões. Da concelhia do Barreiro fazem parte 9 mulheres (20 por cento). O membro mais novo tem 19 anos, enquanto 4 têm entre 20 e 30 anos. A faixa etária com mais peso é a dos

30 a 50 anos (30 elementos), e 11 camaradas têm mais de 50 anos.

A Comissão Concelhia do Barreiro ficou assim constituída pelos seguintes camaradas: Arlindo Santos, Armando Barroso, Armando Cunha Santos, Armando Teixeira, Artur Martins, Apolónia Teixeira, António Contreiras, António Alves Porfírio, António Godinho, António Vicente, António Pinho, Carlos Maurício Costa Lopes, Celestino Oliveira, Daniel Isidro Cabrita, Elizabeth Abreu, Francisco Magro, Francisco Del-

gado, Graciete Dias Camacho, Helder Loução Guerreiro, Helder Madeira, João Almeida, João Manuel Silva, Joaquim Escova, José Henriques, José Marcelo, José Antunes, José Abreu, Luís Carvalho, Maria Isabel Escova, Maria Ivone Antunes, Maria José Santos, Maria Lurdes Carvalho, Maria Lurdes Pereira, Maria Natércia Cavaco, Mário Tojinha, Miguel Lopes Ramos, Nuno Miguel Costa, Paulo de Deus, Pedro Canário, Pedro Santarém, Raul Malacão, Rui Ferrugem, Vítor Castro, Vítor Hugo Moraes e Vítor Mota.



Intervenção de Álvaro Cunhal no Barreiro

O Governo de Cavaco Silva contra a democracia política

Assim como no entender do PCP a democracia tem quatro vertentes (a económica, a social, a política e a cultural) assim também a ofensiva do Governo de direita contra a democracia tem as mesmas quatro vertentes.

O objectivo estratégico básico e eixo central da política da direita tem sido a reconstituição dos grupos capitalistas dominantes de toda a economia portuguesa, a restauração do capitalismo monopolista conduzindo a um sistema de capitalismo monopolista de Estado. (...)

Como elementos a um tempo paralelos e complementares desse eixo central, devemos considerar o agravamento da exploração dos trabalhadores e da situação social, a chamada política cultural que conta já com um fadário de medidas anti-culturais, e orientações e medidas que significam sérios golpes na democracia política.

Tem havido e há ainda quem conteste esta ligação que fazemos entre as quatro vertentes da democracia e, correspondentemente, as mesmas quatro vertentes da política antidemocrática do Governo de Cavaco Silva. Mas os acontecimentos estão mostrando dia a dia que são inseparáveis.

Os golpes assediados na democracia política, medidas tomadas, planos anunciados, mostram claramente que, a não haver uma séria resistência às orientações e às medidas antidemocráticas do Governo, se caminhará rapidamente para uma degeneração e perversão do regime democrático.

É o prosseguimento da ofensiva contra o poder local democrático, cortando verbas e passando ao mesmo tempo obrigações e responsabilidades para os órgãos locais, que com os seus recursos não estão em condições de assumir.

São novas leis eleitorais que o Governo procura impor e que, se forem efectivadas, representarão grandes distorções na democraticidade dos actos eleitorais.

É o anunciado propósito de revisão da lei da greve, coincidindo significativamente com a renovada reclamação do direito ao lock-out por parte do grande capital, e coincidindo também com a requisição civil dos trabalhadores do Metro, depois de o Governo ter arrastado a situação e fechado as portas a uma negociação possível.

É a espionagem política de serviços de informação que actuam em roda livre e sob comando incontrolável do Governo e da sua gente, do que resulta (e já corre notícia) a vigilância de carácter político e social, que estará em curso, a sindicalistas, dirigentes jovens de associações e outros. Espionagem política que se agrava e torna vultoso internacional com a aprovação dos falados acordos Schengen que concedem a instâncias supranacionais e a polícias estrangeiras aspectos importantes da segurança interna, que abrem caminho a bancos de dados pessoais acessíveis às polícias dos vários países, que impõe de facto limitações ao direito de asilo e de circulação.

É esse escândalo vergonhoso mas bem significativo do

espírito que anima os actuais governantes, da atribuição de pensões a dois destacados agentes da PIDE altamente responsáveis, com a justificação de «serviços excepcionais e relevantes prestados ao país» (que serviços? perseguirem? prenderem? torturarem? matarem?). Com um parecer não menos vergonhoso do Supremo Tribunal Militar e com a assinatura do sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva. E isto no mesmo momento em que morre um dos heróicos capitães de Abril ao qual foi recusada uma pensão e que a milhares de vítimas do fascismo e da PIDE nunca foi concedida qualquer reparação ou pensão.

E, para não alongar mais esta série negra, é esse escândalo de censura inquisitorial e eliminação pelo Governo do livro de José Saramago ao «Prémio Literário Europeu», que se diz ter sido decidido por um qualquer subsecretário mas que teve ulteriormente a cobertura timorata mas explicitada do Secretário de Estado e do próprio Cavaco Silva.

E se ontem o Secretário de Estado declarou em Madrid que hoje faria em Lisboa novas declarações sobre este caso e se hoje vier declarar que de futuro tais decisões não serão mais do Governo, é preciso ter consciência de que tal nova atitude não corresponde à verdadeira face da mentalidade e da política do Governo, mas a um recuo a que foi obrigado pela onda de indignação e protesto que a decisão provocou. Mais uma prova a juntar a tantas outras (como a prova de que a luta dos jovens pode conduzir à supressão da PGA) de que vale a pena lutar e que com a luta se alcançam resultados.

É para concluir esta matéria, camaradas, aproveitamos a ocasião, aqui, neste Barreiro dos trabalhadores, neste Barreiro democrático, e nesta Assembleia do PCP, para expressar a nossa repulsa por esse acto de censura digno dos tempos da ditadura fascista, para expressar a nossa solidariedade ao grande escritor português José Saramago, e, uma vez que estamos numa Assembleia do PCP, saudar também neste momento, o nosso camarada, o comunista José Saramago.

Por esta série de malfetorias contra a democracia política pode bem concluir-se qual a profundidade dos ideais antidemocráticos, qual a gravidade dos critérios e métodos antidemocráticos restauracionistas do Governo PSD de Cavaco Silva, quais os perigos que ameaçam a democracia se a política de direita prosseguisse e se realizasse.

Pode bem concluir-se que esta gente nunca se conformou com o 25 de Abril e as suas conquistas e que o seu espírito está pleno de saudades do 24 de Abril.

É por isso que nós assistimos a mais uma malfetoria. Precisamente nas vésperas do 25 de Abril, o Governo decidiu que o 25 de Abril passaria a ser uma festa móvel, ou seja, que poderia vir a celebrar-se numa outra data.

O 25 de Abril está vivo e viverá

Há poucos dias comemorámos o 25 de Abril e o 1º de Maio. Sabemos bem que, para as forças do passado, para o grande

capital, para o Governo de direita, o 25 de Abril e o 1º de Maio são datas malditas.

Malditas porque se comemoram datas significativas da história para o povo português e para Portugal. Porque são grandes jornadas dos trabalhadores e do povo, grandes afirmações das liberdades e direitos, grandes expressões de vontade e determinação.

Por isso as forças reacçãoárias querem fazer esquecer essas datas, querem deturpar a sua natureza, querem impedir o povo de comemorá-las com o lugar e a dignidade que lhes cabe na vida nacional.

Nas comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República até na cor das flores começaram logo a murchar. Nas primeiras foram os cravos vermelhos. Depois, em anos seguintes, mesclaram cravos vermelhos com cravos amarelos. Depois passaram a ficar só os amarelos e depois desapareceram os cravos para decorarem com flores cor de lanranja.

Este ano, a vontade de diminuir o impacto do 25 de Abril manifestou-se por outras formas.

Em vez da sessão na Assembleia da República com a intervenção de todos os partidos, fez-se uma cerimónia na Torre de

Belém com os partidos silenciados e apagando o 25 de Abril pelo brilho esplendoroso das centenas de veleiros no Tejo de partida para uma regata transoceânica.

Deslocaram-se as manifestações populares, da véspera do 25 de Abril, do centro da cidade onde tinham já tradição. Desenvolveram-se intrigas, fizeram-se declarações, noticiaram-se atitudes provocatórias que visavam comprometer, talvez mesmo inviabilizar e impedir, de qualquer forma diminuir o significado e a grandeza da manifestação de Lisboa.

E precisamente nas vésperas veio o Conselho de Ministros declarar que o 25 de Abril, tal como o 1º de Maio e o 5 de Outubro, deixarão de ser considerados feriados nacionais e passarão a ser consideradas festas nacionais.

A resposta foi dada desde já. A grande manifestação de Lisboa, pela grande massa participante, pela alegria e confiança, pelo carácter unitário, constituiu nova confiança de que o 25 de Abril (apesar das ofensivas de anos anos de governos de direita que vão destruindo as suas conquistas) está vivo nos sentimentos, nos valores assumidos, na vontade política e na determinação de liberdade dos trabalhadores e do povo português.



Helder Madeira na abertura dos trabalhos O que mudou e o que se mantém desde a 4ª Assembleia

Na intervenção com que, em nome da Comissão Concelhia, abriu os trabalhos da 5ª Assembleia, Helder Madeira, membro do Comité Central do Partido, falou sobre a preparação da iniciativa e o conteúdo dos dois documentos em debate. Publicamos alguns extractos dessa intervenção, dando particular atenção àqueles em que se faz referência às alterações verificadas no Barreiro desde Junho de 1987, quando se realizou a 4ª Assembleia da organização concelhia do PCP.

«Somos um grande colectivo partidário no Barreiro, com cerca de 6 mil militantes. Continuamos a ser o principal e determinante partido num concelho de trabalho, resistência e luta por melhores condições de vida, por maior justiça social e por transformações económicas, sociais e culturais profundas no seio da sociedade portuguesa e que resolvam os principais problemas do povo trabalhador.»

(...)

«No Barreiro os últimos cinco anos foram caracterizados por fortes alterações no tecido produtivo. O grande grupo Quimigal desapareceu, assim como outras im-

portantes empresas, e isto traduziu-se na perda de milhares de postos de trabalho. Como é evidente, a organização do Partido ressentiu-se, por deixar de contar nas células de empresa com a participação de muitos militantes. A pulverização da Quimigal obrigou a um esforço muito grande de organização e criação de novas células.

«Mas, camaradas, só um partido com raízes profundas nos trabalhadores e no povo poderia resistir a tudo e a todos os detractores, e chegar aos nossos dias com a expressão, a influência e o respeito que continua a ter na sociedade portuguesa.»

(...)

«O número de células de empresa aumentou, mas o seu funcionamento é irregular, reflectindo-se, por isso, na actividade política, na quotização e na distribuição da imprensa do Partido.

«Nas oito organizações de freguesia estão cerca de 70 por cento dos membros do Partido. Reconhecemos que a intervenção política destas organizações sobre a realidade social local não tem sido satisfatória.» (...)

«Entre as duas assembleias realizaram-se eleições para as autarquias. A CDU obteve a maioria nas oito freguesias, na Câmara e na Assembleia Municipal. A população do Barreiro continua a depositar em nós uma grande confiança. O funcionamento da nossa estrutura para as autarquias, não satisfazendo completamente, é em geral positivo. Procurou-se ter um grande equilíbrio entre o trabalho das juntas de freguesia e da Câmara, não descurando a articulação com os traba-

lhadores comunistas das autarquias.

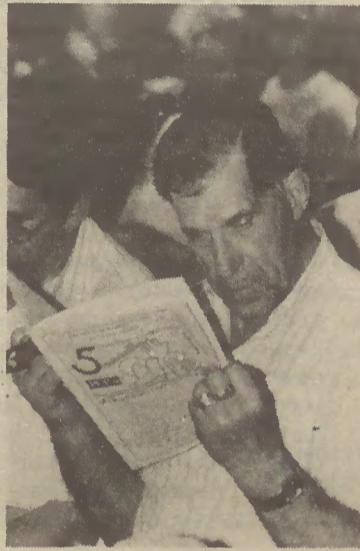
«Apesar do nosso trabalho e esforço, consideramos haver algumas insuficiências, das quais destacamos a informação e comunicação das realizações, bem como a participação organizada e em ligação às populações.»

(...)

«O nosso concelho tem

ainda carências relativamente à satisfação de necessidades e bem-estar da população. Algumas são velhas reivindicações muito sentidas, e que dependem exclusivamente do Governo (veja-se os casos do novo tribunal, a conclusão do terminal, o total aproveitamento do hospital, a construção de novos centros de saúde, por exemplo).

Há outras carências que dependem da Câmara Municipal, na qual os comunistas estão em maioria. E o que tem acontecido, como este ano, na aplicação da Lei das Finanças Locais? Ao concelho foram retirados 220 mil contos, com os quais a nossa autarquia poderia ter resolvido muitos problemas.» (...)



Intervenção de Álvaro Cunhal

(onde é que se poderiam encontrar?) a amálgama de toda a espécie de tráfugos e dissidentes que, no que sobrar dos que venham a ser admitidos nas listas do PS, **procurarão sobretudo diminuir a votação no PCP e na CDU, mostrando assim a triste missão que a história lhes está reservando.**

Mas estamos em condições de fazer frente a essas ofensivas concertadas, desenvolvendo um bom trabalho nas autarquias, resolvendo problemas, actuando em estreita ligação com as populações, corrigindo e melhorando o que houver que corrigir e melhorar.

Saudando o camarada Pedro Canário, Presidente da Câmara, que se encontra na Região Autónoma da Madeira, saudando todos os eleitos comunistas e outros democratas da CDU no concelho, creio haver razões para confiar em que, no concelho do Barreiro, **estamos em condições de cumprir as tarefas apontadas para as eleições de 1993.**

Os resultados das eleições para os órgãos da Área Metropolitana de Lisboa reforçam a nossa confiança.

Como se sabe, a Área abrange 18 concelhos. Desses 18 temos a Presidência e a maioria em 11 Câmaras Municipais, o PSD em 4, o PS em 2. Em Lisboa está a Coligação PCP-PS.

É indiscutível, em termos legais e pela aplicação de normas elementares de democracia, que o PCP, respeitando as outras forças políticas como é o seu hábito, tem legítimo direito a uma posição dirigente nos órgãos da Área Metropolitana.

Contrariando certas campanhas que foram lançadas e certas exigências e pressões que tiveram expressão pública, as eleições realizadas confirmaram essa situação e esse direito. Serão comunistas o Presidente e um vice-Presidente da Comissão Permanente da Junta e será também comunista o Presidente da Assembleia Metropolitana, o camarada Helder Madeira, Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro e da Assembleia Distrital de Setúbal, que daqui muito fraternalmente saudamos.

Temos posições, temos força, estamos determinados a trabalhar e a lutar. Temos condições para alcançar o resultado que propomos.

Sobre a Coligação «Por Lisboa»

O caso da Coligação «Por Lisboa», constituída pelo PCP, o PS e outros democratas, merece também algumas palavras.

Trata-se de uma experiência que comporta importantes ensinamentos.

O primeiro é a vitória eleitoral democrática que se alcançou contra a direita. Vencendo as eleições a Coligação conseguiu (e só a Coligação PCP-PS podia consegui-lo) afastar a direita do poder local de Lisboa que detinha há 11 anos e substituí-lo por uma gestão exercida pelos partidos democráticos. Ao contrário do que anunciavam os arautos da divisão democrática, a dinâmica unitária influenciou e ganhou o eleitorado, de forma que os votos alcançados pela Coligação foram superiores à soma

dos votos alcançados em anteriores eleições pelo PCP e pelo PS.

Lembremos que ao nível de freguesias o PCP tinha antes das eleições a maioria em 12 Juntas. O PS não tinha nenhuma e a direita tinha a maioria em todas as restantes. Com as eleições, o PCP passou a ter 21 presidências e maiorias e o PS 16, ou seja, 37 da Coligação no total de 53 freguesias.

A gestão municipal tem mostrado, apesar de diferenças de pontos de vista e por vezes de divergências, que é inteiramente possível, desde que haja vontade para isso, a colaboração de comunistas, socialistas e outros democratas, na solução de problemas concretos.

São experiências que devem estar presentes quando temos no ano próximo novas eleições autárquicas e todos os partidos começam já a preparar-se para elas.

Pela nossa parte não resolvemos ainda mas **consideramos a possibilidade de concorrer de novo na capital em Coligação com o PS.**

Verificam-se porém da parte do PS factos e atitudes que merecem alguns comentários.

Numerosas vezes a maioria na Câmara e a gestão da Câmara é apresentada como sendo uma maioria e uma gestão socialista quando se trata de maioria e gestão da Coligação. Silencia-se com frequência a participação dos vereadores e outros eleitos comunistas. Ainda não há muito um dirigente socialista falou da Câmara Municipal de Lisboa como se tivesse sido o PS sozinho a ganhar as eleições e a gerir sozinho a Câmara.

Seria mau deixar correr e cristalizar essas falsas ideias e **por isso decidimos realizar no próximo dia 19, uma sessão consagrada à acção dos eleitos comunistas na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia e nas Assembleias de Freguesia de Lisboa. É uma iniciativa que consideramos necessária e oportuna.**

Apreciamos positivamente a disponibilidade de Jorge Sampaio, Presidente da Câmara, para concorrer de novo às eleições no quadro da Coligação «Por Lisboa», ou seja, no quadro de uma Coligação com o PCP. Fazemos naturalmente o reparo de o ter feito publicamente sem consultar o PCP, uma vez que sem PCP não há Coligação «Por Lisboa». Mas deixemos passar a falta e registemos a disponibilidade.

Mais grave que esta falta são porém atitudes e declarações que têm feito alguns destacados dirigentes do PS.

Parece julgarem que podem decidir eles sozinhos como entenderem da Coligação. Avançam logo como certo que a Coligação terá que **ser renegociada para reforço das posições do PS à custa do PCP.** Avançam através da comunicação social que a vereação comunista na Câmara terá de ser aberta a **dissidentes do PCP** o que estes desde logo subscrevem. Tais declarações mais parece visarem inviabilizar a Coligação do que continuá-la.

Tais atitudes e declarações aconselham a que se ponham desde já alguns pontos nos *ii*, para evitar ilusões, equívocos e incompreensões.

Estamos dispostos a considerar, a examinar conjuntamente a possibilidade de concorrermos de novo em Coligação com o PS às eleições autárquicas de 1993. Mas no que respeita às responsabilidades e às tarefas, a base do acordo é a Coligação tal como foi acordada nas eleições anteriores e tem sido exercida desde então.

Sobre o movimento sindical

Dizemos que a luta de classes continua sendo uma realidade social objectiva mesmo que muitos neguem sua existência. Luta que os Governos do capital são os primeiros a desenvolver mesmo sem declaração. A concertação social comandada pelos Governos do capital não é a solução para os problemas laborais.

Por tudo isso dizemos que é necessário não só manter mas reforçar o movimento sindical. Que hoje mais que nunca a organização sindical é necessária aos trabalhadores. Que, no que respeita a Portugal, é necessário, mesmo indispensável para a defesa dos interesses dos trabalhadores, reforçar a CGTP, grande central dos trabalhadores portugueses, assegurando a sua identidade, o seu carácter unitário, a sua autonomia e a sua democracia interna.

Nesse quadro certamente que os trabalhadores não podem considerar como perspectiva da entrada da CGTP na Confederação Europeia dos Sindicatos, lançada quase provocatoriamente por um dirigente da UGT, que os movimentos sindicais nos vários países se virão a converter em meras secções da CES.

Tão-pouco podem aprovar a ideia segundo a qual pode ser que o homem não precise de sindicatos no ano 2000, ideia que aparece absurdamente ligada à verificação de que os sindicatos só têm 150 anos e o homem tem relações de trabalho há 7 mil anos e viveu quase sempre sem este tipo de organizações, e talvez também ligada a uma visão do triunfo mundial do capitalismo agora chamado popular e a universalização da concertação social por ele comandada.

A 5ª Assembleia muito justamente incluiu o trabalho sindical entre as prioridades da sua actividade. O Partido assim o considera em termos nacionais.

Estou certo de que esta orientação do Partido confirmada pela 5ª Assembleia **será levada a cabo com empenhamento e convicção e certamente com resultados positivos para a organização e a luta dos trabalhadores portugueses, para a defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores e do regime democrático.**

Relativamente às organizações de classe dos trabalhadores, a 5ª Assembleia deu merecida atenção à importância e papel das Comissões de Trabalhadores (CTs), nas eleições das quais no distrito de Setúbal, como no de Lisboa, como noutros distritos, as listas unitárias estão a reforçar os seus resultados.

E cabe também aqui saudar, pela sua importância e significado, a vitória de uma lista unitária no Sindicato dos Trabalhadores dos Telefones. (...)

PCP

Com a presença do secretário-geral PCP promove em Lisboa debate de artistas plásticos

Álvaro Cunhal foi convidado especial na sessão, ela própria singular até pela assistência que atraiu, cerca de 200 pessoas, que ocorreu na passada sexta-feira no Hotel Roma, em Lisboa, promovida pelo Sector de Artes e Letras do PCP: um convívio-debate com artistas plásticos. O Secretário-Geral do PCP fez uma única intervenção - que transcrevemos nestas páginas - mantendo-se como espectador no desenrolar da iniciativa, que abriu com intervenções circunstanciadas de Manuel Augusto Araújo (designer), José Luís Porfírio (crítico no «Expresso»), Tomás Maia (pintor) e Rui Mário Gonçalves (crítico no «Jornal de Letras»), seguindo-se, após a intervenção de Álvaro Cunhal, um debate com o numeroso público presente.

Manuel Augusto Araújo fez a primeira das quatro intervenções que iniciaram o debate, abordando o tema «As artes plásticas e a era das oscilações efémeras da moda». Começando por assinalar a ligação entre ideologia e produção/divulgação artística, o orador denunciou o propalado «fim das ideologias» como o discurso dominante dos dias de hoje (constituindo uma espécie de «nova ideologia»), o que se deve ler, em rigor, como um desejado fim do marxismo

pois «o fim das ideologias sempre foi a formulação envergonhada que a ideologia burguesa - que não se encara como tal - utilizou e utiliza para anunciar o fim do marxismo», na presunção de que fora dos limites capitalistas não são possíveis alterações económicas ou sociais. Após abordar, algo circunstanciadamente, o modernismo e o pós-modernismo («onde não se produzem modas e se é produto da moda»), o expressionismo abstracto, a «pintura-pintura», a poética pós-

-moderna, etc., o orador completou, mais adiante, o seu discurso inicial ao afirmar que se assiste «a um conformismo passivo com a realidade, ou melhor, com a simulação da realidade», o que indica «a aceitação do discurso multiforme do fim das ideologias», ilustrando este raciocínio com diversos exemplos.

José Luís Porfírio, o segundo orador da noite, abordou o tema «As artes plásticas e a era das oscilações da moda», começando



por considerar que «o tema da moda pode ser colocado historicamente em vários contextos», dando, como exemplos, três momentos impor-

tantes em Portugal: entre os séculos XV e XVI (Painéis de S. Vicente de Fora, etc.), a solitária e não conseguida introdução, por António Car-

neiro no princípio deste século, da moda da pintura simbolista, e outra «moda», de introdução tão conseguida no

Camaradas, amigos:

Foi anunciado este encontro como um Encontro/Debate sobre as artes plásticas.

Tendo sido convidado, pela minha responsabilidade política, gostaria de começar por algumas palavras de explicação.

1

Que vos posso dizer em nome da Direcção do PCP num debate em que artistas plásticos e críticos de arte intervêm como tal?

Posso é certo confirmar (e interessa que confirme) que o PCP não só respeita mas apoia e estimula a criatividade artística em inteira liberdade. Que o PCP sublinha o valor da arte como riqueza social, elemento integrante da alegria e da felicidade do homem. Que o PCP propõe (como sabeis porque vós próprios o decidistes também) toda uma série de reivindicações relativas aos artistas plásticos.

E que se insista em que os artistas e críticos questionem e debatam todos os problemas relativos às artes plásticas, além de todos os outros em que entendam intervir, e dêem assim uma contribuição para a definição acertada de uma política cultural.

Poderia também, fugindo ao tema anunciado, abordar questões relativas à situação nacional e internacional.

E confirmar-vos, com mil e uma razões, que os grandes temporais e terremotos que abalam o mundo e o processo político retrógrado que atravessamos em Portugal não destroem as nossas convicções, a nossa ligação ao mundo, a nossa capacidade de análise e resposta às novas realidades e as motivações da nossa luta pela solução dos problemas imediatos por uma democracia económica, social, política e cultural, por uma sociedade nova e melhor respondendo no fundamental aos objectivos mais profundos que justificaram e justificam na sociedade portuguesa a nossa existência, a nossa história e a nossa acção.

Concebistes porém este encontro de outra forma e cingir-me-ei por isso à temática anunciada.

Permiti pois que, mais questionando algumas questões gerais que dando respostas, acompanhe e inte-

Intervenção de Álvaro Cunhal

gre com algumas observações e em palavras muito simples, mesmo triviais, a vossa reflexão - melhor dito, a nossa reflexão comum.

2

Antes de mais, um ponto quase prévio. Defendemos e devemos defender a liberdade de criação artística, além do mais porque a criação artística, na sua essência, é uma expressão de liberdade. Recusamos a institucionalização de critérios, de normas, de gostos oficiais e de condicionalismos que submetam, anquilesem, imobilizem, estrangulem ou persigam a criatividade.

Neste sentido da afirmação de liberdade na criação artística tinha razão o artista que, na sua espontaneidade, dizia pintar tal como os pássaros cantam.

A definição de um estilo oficial, de uma arte oficial imposta como arte do Estado, ou afirmada como ideologia de um partido, a promoção dos artistas obedientes e servis e a discriminação, o ostracismo, a intolerância e a censura para com as obras de arte que fujam à posição oficial constituem elementos que afogam a arte e contrariam aspectos essenciais de uma sociedade de homens livres.

Como sabemos, são elementos que fizeram parte de um «modelo» que, com outros factores, e apesar de realizações notáveis, acabaram por conduzir à derrocada de regimes, que, nesse como noutros aspectos, se afastaram de elementos essenciais dos ideais comunistas.

Não se pode negar que o artista, para viver e sobreviver, tenha de aceitar e mesmo pretender a encomenda da obra. Pode mesmo dizer-se que a obra realizada por encomenda e com as condições materiais asseguradas para a sua realização tem sido através da história a concretização da possibilidade de uma obra de extraordinário valor artístico sem ela inexistente. Pode ser um estímulo e um acicate à criatividade, sobretudo se há coincidência do objectivo com o sentir do próprio artista. Mas pode também significar uma rede de condicionalismos e um colete de forças à criatividade.

É um duplo aspecto que deve ser considerado.

A história da arte, nomeadamente da pintura, tem exemplos bem conhecidos de como os artistas, respondendo impecavelmente à encomenda em termos formais, tiveram génio bastante para vencer uma intenção condicionante e eternizarem a sua marca crítica fixando para a posteridade a crueldade de altos dignatários ou a pompa idiota

de famílias reais. Outros com a beleza da figura humana retrataram a morte fazendo um elogio à vida. Outros com a marca esplendorosa da cor negaram que a esperança do homem se remetesse ao além-túmulo.

Seria ilusório pretender que, salvo condições pessoais muito particulares, o artista profissional possa dispensar aceitar condicionalismos para o seu trabalho. É porém de incentivar e lutar por condições sociais, políticas e éticas que permitam ao artista a expansão livre do seu talento e capacidade criativa. E estimular que a liberdade e a criatividade rompam as barreiras inibidoras que lhes queiram impor.

3

Não é novidade dizer-se que as artes plásticas se estão convertendo num valor de troca no mercado da economia capitalista. Não é novidade. Já Marx descobrira que o capitalismo faz da obra de arte uma mercadoria.

A questão tem duas faces contraditórias, como tem sido salientado.

Por um lado, o alargamento da procura de que é índice a multiplicação de exposições e galerias de arte, um número mais avultado de

artistas vivendo das suas obras, um considerável aumento das vendas, a subida dos preços.

Por outro lado, a par do reconhecimento e avaliação, mesmo em termos de mercado, de obras de excepcional valor estético, o peso das leis do mercado, a exigência por negociantes de obras respondendo à moda, a redução da obra de arte, por uma larga rede de negócio, «só importa o negócio» (sublinhou Rui Mário Gonçalves) a um valor de troca medido em termos monetários e determinado fundamentalmente pela procura e não pelo seu real valor artístico.

Esta situação exige um exame aprofundado nos seus múltiplos aspectos - económicos, sociais e filosóficos - relativos tanto ao estatuto social do artista, como aos próprios conceitos de valores estéticos, da criação artística e da relação da obra de arte com a sociedade.

Pode entretanto avançar-se com segurança que tal situação que rejeita objectivamente a mensagem e a ideologia na obra de arte tende a submeter um número avultado de artistas a exigências conjunturais do mercado e a caprichos e exigências da moda - na «era das oscilações efémeras da moda» de que falou José Luís Porfírio - e a multiplicar certa produção em série, esteriotepada, na qual muitas vezes a técnica e a sua exibição se tornam elemento central do engenho.

Coloca-se a questão de saber se uma tal situação, por força dos factores e da influência destes na consciência do ser humano, obriga o artista a enquadrar-se num tal sistema, a aceitar que a cultura seja propriedade e objecto de comando de classes governantes e retrógradas, a renunciar à sua imaginação, ao seu sonho e à sua mensagem, a abdicar do laço humano que a obra estabelece entre si próprio e os outros seres humanos, à sua intervenção específica na vida social através da sua obra, à contribuição directa que com a sua obra pode dar para a confiança de um povo no seu futuro e à luta por ele.

Seria absurdo exigir que o artista se pusesse à margem da realidade, entre as quais a realidade do mercado, com os condicionalismos inevitáveis que comporta. Creio porém ser possível (e a esse respei-



PCP promove debate de artistas plásticos

nosso país que se tornou «su-focante» - a da pintura naturalista «que vem do Silva Porto ao Malhoa e depois com os filhos, netos e bisnetos». Entretanto, no nosso país, em termos de arte contemporânea há uma década fundamental, a dos anos 40, de onde desabrocharam «três movimentos em sintonia com artes várias: neo-realismo, surrealismo e as primeiras experiências abstractas com continuidade».

O pintor Tomás Maia abordou «o fim anunciado das Artes na História sem fim», dividindo a sua exposição em três momentos: o que procurou «desfazer o equívoco de uma leitura que tem tanto de apressada como de oportunista no que respeita à morte da arte em Hegel», o que respondeu à questão «de qual o significado dos *Ready Made* de Marcel Duchamp no contexto das artes plásticas do nosso século, e o

que perguntou sobre «o que é que nos resta, hoje, depois da perda de toda a aura».

Finalmente, Rui Mário Gonçalves falou, de improviso e num discurso colorido, de «Mercado, dependência de outros mercados e dirigismos culturais», apontando «a dedo» os mecanismos económicos (capitalistas) que influenciam a produção artística, referindo a dado passo que «se alguém quiser

fazer uma exposição com obras de um artista, pode prescindir da autorização do autor: a lei só existe para defender os direitos do proprietário», denunciando com humor e fundamentação o mundo subterrâneo de negócios que comandam a produção e divulgação das artes plásticas, num mercantilismo onde o poder económico continua a ditar as regras, os critérios e as modas.



to tenho uma opinião mais confiante do que a expressa em algumas considerações já feitas) mesmo nessas condições, que o artista afirme a sua vontade, expresse o seu sonho e insira a sua actividade e o seu trabalho criador nas grandes correntes de luta e de transformação social.

4

A par do alargamento do mercado das obras de arte e do processo de conversão da obra de arte num valor de troca, um outro fenómeno tem sido correctamente sublinhado: a nova amplitude, intensidade e generalização do factor artístico, da marca artística na produção geral das mercadorias e na concorrência geral do mercado, não apenas como elemento de eficácia dos meios directos e indirectos da publicidade e propaganda de massas, mas como elemento da qualidade e do valor do produto.

Pesam nestas transformações numerosos factores, entre os quais são de referir o poder massivo da informação, difusão e influência dos meios de comunicação social, o alargamento e a osmose dos mercados, as portas abertas pelas novas tecnologias à intervenção dos artistas.

É aquilo que se tem intitulado «a estetização geral da vida» de que nos falou Manuel Augusto Araújo, ou a «recuperação para a categoria de arte de produtos correntes de consumo».

A marca da criatividade artística na produção de objectos correntes de consumo, assim como nas mais variadas obras realizadas por motivo de uma função que são chamados a desempenhar, é uma marca da sociedade e da natureza humana através dos séculos. Desde tempos imemoriais os objectos correntes de olaria, dos metais das armas, dos tecidos, do vestuário, têm a marca iniludível do artista. Marca tão poderosa que olhamos hoje um vaso, uma ânfora, uma adaga, um cinto, não tanto só para avaliarmos a função para que foi produzido há séculos mas para nos extasiarmos pelo valor que lhe imprimiu o artista que interveio na sua produção.

Assim não se poderá considerar que a generalização da criatividade artística nos produtos correntes de

Intervenção de Álvaro Cunhal

consumo e como factor do seu valor e da força da sua competitividade no mercado conduza ao fim da arte como por vezes se pretende.

Antes será legítimo concluir que essa generalização é uma expressão da afirmação e valorização da arte na sociedade em que vivemos. É uma vitória histórica e global da arte na vida social.

O papel do artista sai objectivamente reforçado e reconhecido o valor do que é belo para a alegria e a felicidade do ser humano.

5

Creio estarem superados os termos radicais, dogmáticos, por vezes primários com que se arrastou durante anos a querela **forma e conteúdo**.

Actualmente poucos ousarão dar valor artístico à obra de arte (não me refiro naturalmente ao valor em termos monetários de mercado) não tanto pelo valor artístico mas pelo que se entende ser um seu significado social apologético, quando não (ainda pior) pelas ideias e gostos de quem detém o poder.

A avaliação oficial e institucional do talento e mérito artístico, sobretudo em regimes políticos de poder fortemente centralizado, muitas vezes tem sido submetido a tais critérios.

Nas artes plásticas a obra pode traduzir e valorizar criativamente a beleza das coisas, expressar o sonho e fantasia do homem na visão da realidade, nomeadamente da realidade social. Traduzir uma visão, uma aspiração e uma reclamação que excede o valor estético específico. Não é um mal mas um bem que assim seja.

Mas com a consciência de que a obra de arte (a pintura, o desenho, a escultura) é ela própria, por si, uma afirmação e uma fonte própria de beleza e emoção que se pode desprender de qualquer ligação directa (pelo menos na aparência) do mundo em que se insere. A cor, o traço, a composição, a harmonia e os contrastes, o jogo dos valores e das proporções, contêm em si próprios valores estéticos com potencialidades infinitas.

Nenhum artista pode com direito depreciar outro por ser diferente. Nenhuma escola, estilo ou corrente pode com direito contestar a validade de outras escolas, estilos ou correntes.

A criatividade deve ter direito a todas e quaisquer opções, até porque a criatividade pode não ser sequer uma opção mas muito simplesmente um acto de liberdade e a expressão espontânea da sinceridade.

6

Isto não significa que, para além do apreço, da receptividade, da emoção se possa considerar a obra de arte como produto do trabalho de um ser isolado no tempo e no espaço. Continua a ser justo analisar as conexões da criação artística com a influência sobre o próprio artista (e portanto também sobre a sua obra) da sociedade em que vive.

Ajuizar-se da obra de arte pelo seu valor estético não exclui que se relacionem a obra de arte com a realidade social encontrando nesta muitas das suas determinantes.

Ou seja: que a vida social, numa diversidade de situações e valores, transita até à obra de arte através do trabalho criativo do artista. Numa obra de arte está a marca identificadora do indivíduo, a marca da criatividade individual, ou colectiva, mas podem com frequência discernir-se com clareza como que as impressões digitais da sociedade da sua época.

Não são de fazer relacionamentos e conexões de forma mecânica e simplista entre a arte e uma forma de produção historicamente determinada. Mas a produção artística numa época determinada dificilmente se pode separar do sistema de produção e do sistema de relações pessoais.

Continua assim também a ser justo discernir o que a obra de arte nos diz não apenas do artista mas da sociedade.

As artes plásticas dão exemplos riquíssimos deste conceito, tal como também os dão a literatura, a música, o teatro, a arquitectura. Há épocas históricas da sociedade que as artes plásticas expressam e retra-

tam talvez com mais vigor do que os respectivos historiadores que no-las descrevem.

De tal forma também que, em numerosos casos, as artes plásticas atingiram um valor eterno ao traduzirem e expressarem com genialidade os mais profundos sentimentos do optimismo humanista em momentos históricos de profunda transformação social.

Neste sentido é legítimo parafrasear uma conhecida observação segundo a qual, quando o artista quer fechar completamente a porta à realidade que o cerca, essa realidade espreita à janela na sua própria obra.

Esta observação em nada entra-va ou condiciona a inteira liberdade na criação artística, antes dá a essa liberdade uma mais profunda consciência tanto dos seus condicionamentos e limitações como da sua força e grandeza.

7

Se é correcto ver através da obra de arte muito da sociedade, é igualmente correcto ver na sociedade como nela intervém a obra de arte. Como a obra de arte repercute na consciência, nos sentimentos, na formação e na atitude do ser humano.

Pode o artista explicar o seu quadro, escultura ou desenho. Ou pode não explicar porque entenda que a obra é ela e não carece de explicação.

De qualquer forma talvez estejamos de acordo em que a obra de arte se desprende e foge ao artista. Que em termos sociais se torna largamente independente da história da sua criação, da vontade e da explicação que o artista possa dar. E que passa a viver fundamentalmente pelas múltiplas reacções mais ou menos consciencializadas que provoca naqueles que a apreciam.

Há inevitavelmente um diálogo entre o artista e a sua obra. O artista vê com os seus olhos a obra que cria. Mas os outros vêem-na com os seus próprios olhos e não com os olhos do artista. Além do diálogo entre o criador e a obra, estabelece-se também um diálogo entre a obra

e aquele que a aprecia. Diálogo entre um objecto que parece imóvel e inerte e um ser humano senhor de um pensamento. Entretanto nesse diálogo imaginário quem verdadeiramente intervém, fala e influencia é a obra e não quem a contempla.

É legítimo que o artista, ao pintar, ao esculpir, ao desenhar, pinte, esculpa, desenhe apenas (e este apenas não é redutor) com a tal motivação espontânea comparável à dos pássaros que cantam.

Uma obra de arte na sociedade é em si mesma, pelo seu valor artístico, uma contribuição para o bem-estar e a felicidade. Mas a influência da arte é mais profunda. A arte tem um papel activo na vida social e na sua transformação.

E por isso é igualmente legítimo que o artista, que como cidadão intervém nas lutas sociais e políticas e tem no seu ideal a transformação da vida e da sociedade, queira também considerar a sua obra como uma forma e meio de intervenção e de influência paralela ao argumento teórico, à explicação dos acontecimentos e a propostas políticas.

Ninguém negará, por exemplo, que num caso concreto da juventude em festa, se apele a que o pintor leve com a cor, não tristeza e abatimento, mas alegria, confiança e optimismo. Porque a cor também fala e também influi e não é por acaso que a bandeira negra foi através dos tempos a bandeira da fome e a bandeira vermelha a da luta e da revolta.

O Partido Comunista Português apela ao artista para que defenda e afirme a sua liberdade, para que mobilize os infundáveis recursos e potencialidades da criatividade mesmo quando as condições objectivas a condicionam. Mas falando a artistas cujo coração pulsa com o nosso ante os grandes problemas do mundo e do povo, não parece que possa ter-se por limitativo e constrangedor, antes poderá ter-se por estímulo e incitamento à liberdade e à criatividade, o apelo a que o artista viva connosco e com o povo as convicções e a luta e traga com ele, além da sua consciência e vontade do cidadão, o valor artístico da sua obra (e isso já é muito) e através dela também (com as mais variadas formas que possa assumir) uma mensagem de solidariedade humana, de esperança e de confiança no futuro.

Racismo e xenofobia - realidade a combater

1 Os recentes acontecimentos de Los Angeles e a tempestade que tem varrido várias cidades dos EUA vieram evidenciar a verdadeira dimensão do problema do racismo e de tudo o que lhe está associado.

Não são acontecimentos isolados e mostram a enorme degradação, segregação e marginalização social a que foram sujeitos milhões de homens, neste país que tanto foi apresentado como um exemplo de democracia e desenvolvimento à escala mundial. Não se preocuparam com eles, na sua maioria pertencendo a minorias étnicas (negros e hispânicos, etc) vivem em *ghettos* ou nas ruas, sem emprego, apoios sociais ou abrigo, sujeitos ao insucesso escolar e a altíssimos níveis de delinquência e toxicodependência, segregados pela justiça, cansaram-se das promessas do sonho americano que é para eles cada vez mais um pesadelo. A injustiça brutal dum julgamento foi o elemento detonador duma bomba social cuja carga explosiva não tem parado de aumentar nos últimos anos. A esperança deu lugar à revolta. Uma revolta violenta não consequente mas que traduz uma profunda crise social.

Os acontecimentos de Los Angeles e outros que se têm verificado em vários países são um exemplo da natureza do capitalismo, das suas taras e contradições e constituem de forma particular uma demonstração dos resultados da aplicação de políticas de desresponsabilização do Estado em áreas sociais fundamentais, de privatização de serviços, de lucro como valor acima de todos os outros, políticas que no nosso país tanto têm sido apregoadas pelo Governo do PSD e que tem servido de modelo para a sua actuação.

2 As tendências de evolução dos últimos anos, contrariando os festejos tolos de alguns que viam a partir da evolução do leste europeu a chegada do reino da paz, da liberdade e da democracia universal, marcam retrocessos sociais evidentes na marcha da humanidade.

Cresceram as desigualdades sociais de forma brutal, com milhões de pessoas excluídas, sem empregos, sem habitação, afastadas do sistema político, sem direito a nada. Os países da Europa de Leste sofrem problemas económicos acrescidos, a degradação das condições de vida e processos claramente antidemocráticos. No Terceiro Mundo há uma regressão económica e social, fome e proliferação de todo o tipo de doenças, numa enorme mancha de miséria. Acentua-se dramaticamente o fosso entre os países desenvolvidos e a maioria da humanidade.

Verificamos novos níveis na contradição entre as prodigiosas conquistas da ciência e da técnica e as potencialidades imensas que abrem para a melhoria das condições de vida e a satisfação das necessidades humanas, por um lado, e por outro lado a apropriação dos meios de produção e dos resultados dessas conquistas por um reduzido número de oligopólios internacionais que dominam e manipulam o poder político e as instituições internacionais, empurrando centenas de milhões de pessoas para padrões de existência infra-humanos.

Nestes brutais desequilíbrios de níveis de desenvolvimento se situam as principais causas da emigração, fenómeno incontornável no quadro actual, e apenas superável com o desenvolvimento equilibrado do mundo, com novas oportunidades para os países mais pobres.

3 As raízes do racismo mergulham no pântano da degradação social, que atinge milhões de pessoas nos países capitalistas mais desenvolvidos, desemprego, falta de habitação, degradação dos serviços de saúde e do ensino, baixa dos padrões de vida, ausência de perspectivas de futuro para parte significativa da população.

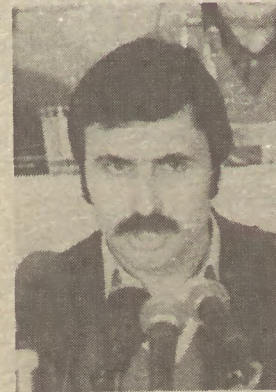
Neste quadro social da responsabilidade do sistema capitalista, com problemas de recessão económica, agravamento de tensões e conflitos, desencanto e revolta, a promoção do racismo, a instigação do ódio aos estrangeiros é um instrumento útil ao poder do capital. Assim procuram apontar culpados de modo a desculpabilizar o sistema, a atrasar a tomada de consciência de amplos sectores sobre as causas das suas dificuldades e do caminho para as superar, a criar barreiras à solidariedade recíproca nomeadamente à conjugação das lutas, a diminuir a afirmação de alternativas políticas e a menorizar a necessidade de projectos de transformação social indispensáveis à ultrapassagem da situação actual e à garantia duma sociedade mais justa e democrática.

4 Em Portugal não havendo um número de imigrantes equivalente ao que se verifica noutros países da Europa e sem o caldo de cultura que permita um desenvolvimento acentuado e imediato dos fenómenos do racismo, da xenofobia e da afirmação da extrema direita, desenvolvem-se processos semelhantes a que é necessário estar atento e dar combate.

Calcula-se em 150 000 o número de estrangeiros a residirem em Portugal uma parte significativa imigrantes clandestinos,

na sua maioria cabo-verdianos e oriundos de outros países africanos de língua oficial portuguesa. Os trabalhadores imigrantes em Portugal, mesmo os que cá se encontram há mais tempo, estão muito longe de estar integrados. Duma forma geral vivem sem condições de habitação e saúde, sem sucesso escolar e desprovidos de apoios da segurança social e os clandestinos continuam a ser mão-de-obra escrava para empresários sem escrúpulos. São cidadãos que vêm para o nosso país procurando melhores condições de vida, que com o seu trabalho contribuem para o desenvolvimento económico do país e para os quais devem ser criadas linhas de apoio e integração. As autarquias da CDU têm tido no âmbito das suas competências e possibilidades um trabalho meritório. O PCP na sua acção parlamentar, apresentou projectos de lei, nomeadamente da criação do Instituto do Imigrante, numa linha de contributo para a melhoria das condições de vida e integração social dos imigrantes.

Entretanto contrariando as características de Portugal como país aberto ao mundo, com uma cooperação muito estreita com os países africanos de expressão portuguesa e o Brasil, o Governo tem realizado uma política que nos tem



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

dicações, na oposição à política de direita, integrada na grande corrente de luta por uma alternativa democrática.

É entretanto inegável a necessidade e oportunidade dum largo movimento de opinião contra os fenómenos do

«Sem atingir entre nós a dimensão de outros países, os fenómenos do racismo e da xenofobia não podem ser menosprezados. O perigo existe e as suas manifestações têm aparecido em grau preocupante.»



empurrado, nomeadamente com a ratificação dos acordos de Schengen, para uma postura de fecho ao mundo com limitações do direito de asilo, estabelecimento de barreiras à entrada de cidadãos cabo-verdianos e de outros países africanos de expressão portuguesa e com riscos para os direitos dos cidadãos portugueses, nomeadamente a coordenação policial e utilização de meios informáticos em redes de informação a nível europeu.

Sem atingir entre nós a dimensão de outros países, os fenómenos do racismo e da xenofobia não podem ser menosprezados. O perigo existe e as suas manifestações têm aparecido em grau preocupante. São ataques e agressões a estrangeiros e outras exposições públicas de violência, é a proliferação de jornais e outros meios de propagação da extrema direita perante a passividade de várias entidades e também por vezes o destaque às suas teses em órgãos de comunicação social.

Na conjuntura actual constitui um sério problema a continuação da política do PSD. Promovendo as desigualdades sociais, os despedimentos e o aumento do desemprego, precarizando os vínculos laborais, privatizando e aumentando a selectividade do ensino, guiando a política de saúde pelos critérios do lucro, não resolvendo as carências de habitação, e reduzindo apoios sociais, esta política conduz a um forte agravamento das condições e perspectivas de vida duma parte significativa da população portuguesa e cria novas dificuldades à integração social dos emigrantes, configurando situações que podem ser favoráveis ao desenvolvimento de fenómenos racistas e xenofóbicos.

5 A acção contra o racismo e a xenofobia passa assim antes de mais pelo aumento da participação social dos jovens, pela dinamização dos movimentos sociais de massas, na defesa dos seus interesses, na luta pelas suas reivin-

racismo, da xenofobia e da tentativa de lançamento de grupos de extrema direita.

Um movimento que inserindo-se na defesa e afirmação dos melhores valores do Homem, da solidariedade, da fraternidade, da amizade e da aproximação e respeito entre homens e entre culturas, projecta na prática um conjunto de valores que em tudo se opõe aos que a direita promove e dos quais se alimenta.

Um movimento que coopere com as associações dos imigrantes em Portugal intervindo no sentido da sua integração social com condições de emprego, ensino, habitação, saúde no respeito pela sua identidade étnica e cultural.

Um movimento que combata as linhas de orientação da política actual de isolamento do país, nomeadamente em relação aos imigrantes dos PALOP e de limitação das liberdades e direitos dos cidadãos portugueses presente nas orientações dos acordos de Schengen.

Um movimento que está objectivamente inserido nos objectivos de luta dos comunistas contra a exploração e a opressão, pela liberdade, a justiça, a paz, o aprofundamento da democracia e o socialismo.

6 O sentido da intervenção do PCP tem sido este na sua luta de sempre. A sua acção recente na Assembleia da República e nas autarquias comprova uma postura activa e coerente neste campo. Esta é também uma preocupação da Juventude Comunista Portuguesa objecto de resolução própria na última reunião da sua Direcção Nacional.

A luta contra o racismo e a xenofobia nas suas várias vertentes, o desenvolvimento de um amplo movimento com este objectivo constitui assim um sentido de empenhamento crescente dos comunistas a concretizar no quadro da luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Dos EUA para Cuba Em nome da liberdade?!

«SEAWELL! SEAWELL! CU-455. SEAWELL...! Temos uma explosão a bordo, estamos a descer. Temos fogo a bordo... CU-455, podemos regressar ao campo?» SEAWELL! CU-455, pedimos autorização para aterrar imediatamente. Imediatamente!»

«CU-455, autorização para aterrar... recebido.

Fechem a porta...! Temos emergência total...! Prepara a água, prepara a água...!»

«Aqui DQ 650. Podemos ajudar nalguma coisa?»

O silêncio foi a única resposta.

Seawell é o aeroporto internacional de Barbados. CU-455 um avião comercial das linhas aéreas cubanas e DQ 650 um avião venezuelano. Podiam ser personagens de um qualquer filme. Não são.

Foi no dia 6 de Outubro de 1976. A bordo do avião cubano viajavam 73 pessoas: 24 elementos da Equipa Juvenil de Esgrima, 15 membros de outra tripulação das linhas cubanas, um grupo de trabalhadores do Instituto Nacional de Pescas, cinco representantes culturais da República Democrática da Coreia e 11 jovens guianenses (seis dos quais seleccionados para estudarem na Faculdade de Ciências Médicas, em Cuba).



Germán Blanco, embaixador de Cuba em Lisboa

Morreram todos, vítimas de um criminoso atentado bombista.

Nesse mesmo dia, o jornal The Miami Herald informa ter recebido um telefonema em nome de um grupo autodenominado «El Condor», reivindicando o atentado.

Dezasseis anos depois, os responsáveis morais do crime - Orlando Bosch e Luís Posada Carriles - continuam impunes, vivendo sob a protecção do Governo dos Estados Unidos.

Dezasseis anos depois, as autoridades cubanas continuam a exigir aos EUA a extradição dos dois terroristas e a insistir junto dos organismos internacionais para

que o combate ao terrorismo internacional não seja sujeito a «dois pesos e duas medidas». Nesse contexto, Cuba solicitou a convocação de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, através do seu representante permanente na ONU, Ricardo Alarcon, de que damos conta em separado.

Mas a história deste atentado não pode ser desligada dessa outra história, igualmente trágica, velha de três décadas, do bloqueio norte-americano a Cuba, como sublinharia em declarações ao «Avante!» o embaixador cubano em Lisboa, Germán Blanco.

Quem ordenou o crime?

As investigações ao atentado bombista de 1976 levaram rapidamente à detenção de Freddy Lugo e José Velázquez García (nome falso de Hernán Ricardo), de nacionalidade venezuelana, pelas autoridades de Trinidad-Tobago. O governo da Venezuela toma posição sobre o caso, condenando o «execrável acto de terrorismo» e oferecendo toda a sua cooperação «para o esclarecimento total dos factos e castigo dos respectivos culpados».

As informações acumulam-se em catadupa: é descoberta uma rede de conspiradores de ultradireita, com ligações em dez países próximos de Cuba, responsável por muitos outros



O DC-8 da companhia cubana de aviação sabotado a 6 de Outubro de 1976

crimes. São presas diversas pessoas na Venezuela, entre as quais Orlando Bosch, cidadão cubano, portador de um passaporte falso costa-riquenho.

Em Washington, um despacho da UPI identifica Bosch como dirigente da autodenominada Coordenação de Organizações Revolucionárias Unidas (CORU), que reivindicou o atentado e dá conta das suspeitas que ligam Bosch e a CORU ao assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier. Em Barbados, a polícia informa ter provas concretas das ligações entre os principais suspeitos. Em San José da Costa Rica, a imprensa denuncia as ligações de Bosch às organizações fascistas existentes no país.

Entretanto, em Caracas, o funcionário da embaixada dos EUA, Yale Newman, reconhece que mantinha contactos, desde há três anos, com um dos principais suspeitos como autor material do atentado - Hernán Ricardo. Posteriormente, o Washington Post escreve que a confirmação dos referidos contactos faz duvidar das declarações de Henry Kissinger, em 15 de Outubro, e segundo as quais «ninguém relacionado com o governo norte-americano tinha alguma coisa a ver com a sabotagem do avião». Levantando um pouco mais o véu de toda esta trama, a revista norte-americana New Times publica uma longa reportagem sobre as actividades de Bosch nos EUA, onde chegou em 1960 e foi recru-

É tempo de dizer — Basta!

A decisão de Cuba de pedir uma reunião do Conselho de Segurança com o objectivo de examinar as acções terroristas de que o país tem sido alvo com a conivência dos Estados Unidos, volta a trazer para a cena política internacional uma questão que muitos gostariam de continuar a eludir: o facto de a maior potência do mundo manter há mais de três décadas o objectivo de liquidar o regime cubano.

Diferentes têm sido os expedientes utilizados pelas sucessivas administrações norte-americanas; diferente tem sido também a intensidade das pressões exercidas, mas de uma forma ou de outra sempre Cuba constou nos anais da história americana como «um inimigo público».

Alterada a correlação de forças a nível mundial, Washington deve ter considerado que chegou a hora de Cuba. Por isso George Bush não hesita em vir a público reiterar a sua intenção de recrudescer ainda mais o bloqueio económico, comercial e financeiro contra aquele país.

Ao mesmo tempo que se desdobra em iniciativas em nome dos direitos humanos, da liberdade, da democracia, contra o terrorismo, Washington pratica impunemente uma política que põe em causa a sobrevivência do povo cubano.

A verdadeira cruzada contra a Líbia, a propósito de um atentado terrorista de Lockerbie, tem a sua versão cubana. A tragédia ocorrida em Barbados, em 1976, é bem o exemplo disso. Como disse ao «Avante!» o embaixador cubano em Lisboa, Germán Blanco, é tempo de a comunidade internacional em geral, e o Conselho de Segurança da ONU em particular, demonstrarem que as normas internacionais «não são um menu onde cada um escolhe o prato que mais lhe agrada». Ou seja, não se pode condenar o terrorismo num lado e encobri-lo no outro.

A história da tragédia de Barbados, que publicamos em separado, é daqueles crimes que não podem prescrever com o tempo, como pretende a administração norte-americana, num esfarrapado pretexto para impedir o seu debate. Como lembrou o embaixador G. Blanco, Cuba apresentou ao Con-

selho de Segurança documentos confidenciais do próprio Departamento de Justiça dos EUA, de 23 de Junho de 1989, assinada por Joe Whitley, em que se ordena a deportação de Bosch devido às suas actividades terroristas, incluindo a destruição de um avião cubano em pleno voo. Como afirma Whitley, **não podemos dar abrigo a Bosch e manter a nossa credibilidade a este respeito.** Ora é isso mesmo que Bush tem feito e se propõe continuar a fazer.

E que credibilidade terá o Conselho de Segurança se recusar a pretensão de Cuba?

Naturalmente que a questão cubana é muito mais vasta que o caso de Barbados, por mais dramático que tenha sido.

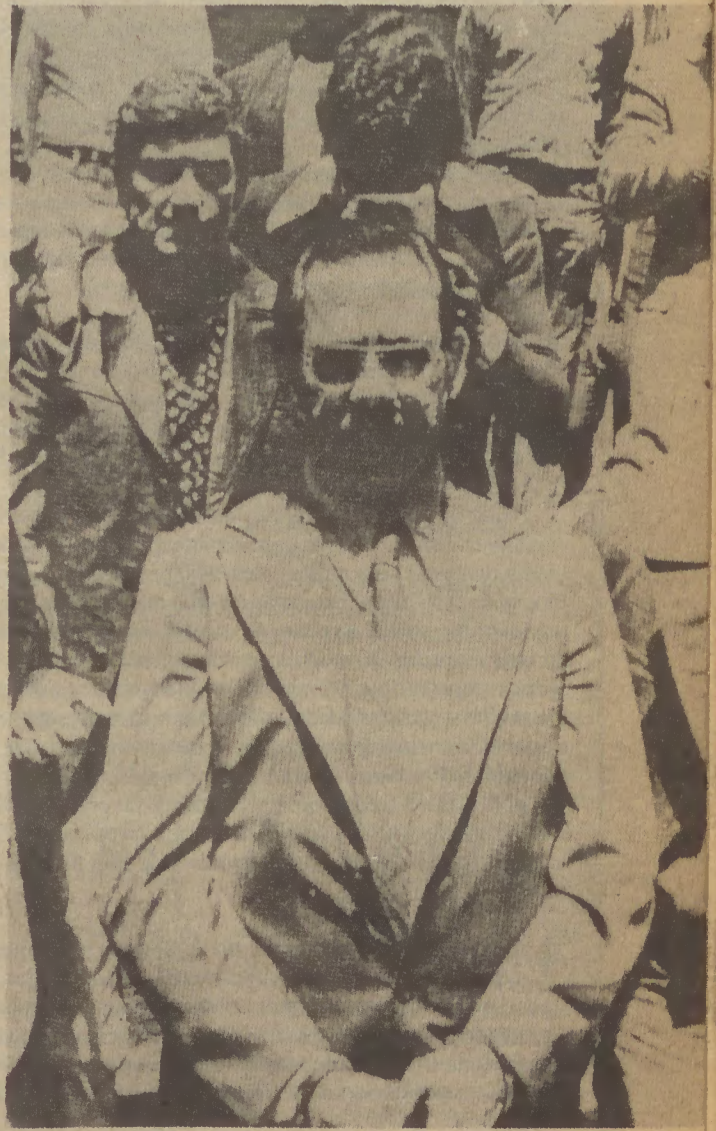
Trata-se de um processo em que está em causa o direito de um povo em escolher o seu próprio destino - Bush não esconde a sua pretensão de impor a Cuba uma ordem política, económica e social de acordo com os interesses norte-americanos -, o respeito pelas normas internacionais - Bush proclamou a sua intenção de violar o reconhecido princípio da liberdade dos mares ao afirmar que deu ordens para impedir a entrada nos portos norte-americanos dos barcos que tenham comércio com Cuba -, o direito ao livre comércio, o respeito pelos mais elementares direitos humanos - a administração norte-americana está a privar a população cubana dos bens necessários à sua subsistência, da alimentação aos medicamentos.

É este debate que Cuba quer abrir no Conselho de Segurança.

É o debate destas questões que Cuba já conseguiu impor na próxima sessão da Assembleia Geral da ONU. Embora sabendo que a correlação de forças está longe de lhe ser favorável, que as pressões políticas, económicas e militares continuam a ser um trunfo que os EUA manejam com destreza.

A seu favor conta com a solidariedade dos povos e com a sua firme decisão de resistir.

É tempo de dizer - Basta!



Orlando Bosch, responsável pelo atentado bombista que vitimou 73 pessoas, vive nos EUA sob a protecção de Bush



tado pela CIA. A 24 de Outubro, também The New York Times comenta nas suas páginas as actividades dos grupos terroristas de origem cubana, sob os auspícios da CIA, citando como exemplo Bosch e a sua organização.

O rol de informações recolhidas pelas autoridades e pela imprensa não deixam margem para dúvidas quanto às ligações dos responsáveis directos e indirectos pela sabotagem do avião cubano com as autoridades norte-americanas, mas o quadro só ficaria completo algum tempo depois.

Em 26 de Outubro, um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros venezuelano dá conta da decisão das autoridades de Trinidad-Tobago em extraditar para a Venezuela os dois suspeitos de responsáveis materiais da sabotagem do avião cubano e da sua prisão à ordem das autoridades venezuelanas. Após um longo processo, Ricardo e Lugo foram condenados a 20 anos de prisão. Bosch e Carriles, numa acção bem hollywoodesca, fugiram da prisão. Para os EUA. Onde continuam sob a protecção do tio Bush.

O mesmo George Bush que em 18 de Abril terminava uma declaração sobre Cuba afirmando: **A minha administração continuará a pressionar os governos de todo o mundo para que isolem economicamente o regime de Castro. Juntos levaremos a Cuba uma nova era de liberdade e democracia.**

Cuba pede reunião do Conselho de Segurança

... No cumprimento de instruções do meu Governo tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. solicitando-lhe a convocação, com a brevidade possível, de uma reunião do Conselho de Segurança com o objectivo de examinar as acções terroristas contra a República de Cuba, promovidas, apoiadas ou toleradas pelas autoridades dos Estados Unidos.

Durante mais de três décadas, sucessivas administrações de Washington têm sido responsáveis por numerosas actividades criminosas contra o povo de Cuba, para as quais o meu governo tem chamado a atenção dos membros do Conselho de Segurança. Tais actividades prosseguem na actualidade.

Em território dos Estados Unidos, abertamente e com grande publicidade, grupos terroristas organizam-se militarmente, treinam-se no emprego de armas e explosivos e anunciam descaradamente os seus planos de agressão contra Cuba. Nos últimos meses foram capturados no meu país alguns desses terroristas, e tanto eles como os seus mentores têm revelado como utilizam campos e instalações no Estado da Florida para levar a cabo os seus crimes. É escandalosamente fácil encontrar em meios de comunicação dos Estados Unidos provas evidentes da utilização do seu território, e contando com a cumplicidade ou a tolerância do governo de Washington, para atacar Cuba, em clara e flagrante violação do Direito Internacional.

São incontáveis os crimes que os Estados Unidos e em especial a CIA têm cometido contra o povo de Cuba, mas sem dúvida que um dos mais abomináveis, repugnantes e cruéis foi a destruição em pleno voo, perto de Barbados, a 6 de Outubro de 1976, de um avião civil cubano, ceifando a vida das 73 pessoas que nele viajavam. Apesar do tempo decorrido, aqueles que maquinaram esta atrocidade, os srs. Orlando Bosch e Luís Posada Carriles, não foram castigados e encontram-se actualmente sob a protecção do Governo dos Estados Unidos.

A comunidade internacional não pode ignorar estes factos. Fazê-lo será permitir que a actual Administração norte-americana imponha as suas intenções hegemónicas e uma

concepção das relações internacionais caracterizada, nomeadamente, pela manipulação abusiva e ilegal das Nações Unidas, pela arbitrariedade e o cinismo.

Os dirigentes norte-americanos que hoje se apresentam como opositores do terrorismo internacional são os mesmos que durante anos treinaram, armaram, pagaram e dirigiram as actividades terroristas dos srs. Bosch e Posada e de outras personagens de semelhante jaez; os que por todos os meios, desde 1976, têm tentado evitar que se faça justiça no caso do avião cubano; os que têm protegido e continuam a proteger os mentores directos desse acto de barbárie. São os mesmos que permitem aos terroristas actuar com total impunidade em território norte-americano, adquirir e usar abertamente armas e explosivos, dali preparar ataques armados contra Cuba, anunciar publicamente a sua intenção de realizá-los e alardear depois o cometimento. São os mesmos que com a sua política agressiva e ilegal contra Cuba, recentemente ilustrada com as decisões do Presidente Bush visando ampliar e intensificar o bloqueio contra Cuba - ameaçando inclusivamente com a possibilidade de um bloqueio naval -, ou com a suas arengas eleitoralistas em Miami, estimulam os assassinos e dão novo alento aos bandidos.

No decurso deste ano, o Conselho de Segurança julgou pertinente declarar a sua vontade de eliminar o terrorismo internacional. Na declaração que os seus membros, na sua maioria representados inclusive por Chefes de Estado e de Governo, emitiram no passado dia 31 de Janeiro, expressa-se profunda preocupação pelos actos de terrorismo internacional e sublinha-se a necessidade de que a Comunidade Internacional se ocupe eficazmente de todos esses actos.

Na sua Resolução 748 (1992), o Conselho reafirmou que todo o Estado tem o dever de abster-se de organizar ou instigar actos de terrorismo noutro Estado, ajudar a tais actos, participar neles ou consentir em actividades organizadas no seu território para a realização de tais actos quando estes impliquem a ameaça ou o uso da força.

É obvio que a expressão «todo o Estado» abarca também os que integram o Conselho de Segurança, especialmente os seus membros permanentes.

Portanto, o Conselho de Segurança tem a ineludível obrigação de condenar também as acções terroristas por que é responsável o Governo dos Estados Unidos, de exigir-lhe que entregue aos tribunais cubanos os srs. Orlando Bosch e Luis Posada Carriles e adopte medidas imediatas para eliminar totalmente as actividades terroristas contra Cuba empreendidas a partir do território dos Estados Unidos.

Os ataques perpetrados contra o voo 103 da Pan American e contra o voo 772 da Union de Transports Aériens têm que ser resolutamente condenados e os seus autores severamente castigados. O Governo de Cuba condena-os sem vacilação e pede que tais actos sejam plenamente esclarecidos e que se faça justiça com todo o rigor. Mas o voo 445 da Cubana era também o de um avião civil, as suas vítimas eram também seres humanos - os culpados directos deste horrendo crime, esses, continuam porém ludibriando a justiça, e conseguem-no graças à protecção do Governo dos Estados Unidos.

Com a mesma firmeza com que condenamos as sabotagens contra o avião da Pan American e o da Union de Transports Aériens, exigimos que este Conselho de Segurança condene a sabotagem contra o avião da Companhia Cubana de Aviação. Não o fazer será uma imoralidade que desonrará o Conselho e atingirá o seu prestígio e credibilidade.

Do mesmo modo que repudiamos o terrorismo internacional, exigimos que se ponha fim imediatamente ao terrorismo contra Cuba que o Governo dos Estados Unidos promove, estimula ou tolera.

São essas as razões que fundamentam a solicitação do meu Governo para que o Conselho de Segurança se reúna o mais breve possível e cumpra consequentemente com as suas obrigações.

27 Abril 1992

Ricardo Alarcon de Quesada,
Representante Permanente
de Cuba nas Nações Unidas



Carta do Canadá

25 DE ABRIL EM TORONTO

A Televisão mostrou imagens de Cavaco Silva, no Canadá, no dia 25 de Abril, mas ignorou as comemorações do 25 de Abril organizadas pela comunidade portuguesa na mesma cidade onde foram captadas as imagens do Primeiro-Ministro, isto é, em Toronto.

As comemorações deste ano, organizadas pela Associação de Democrática Portuguesa de Toronto («Portuguese Canadian Democratic CC») tiveram a participação do General Vasco Gonçalves e como ponto mais alto um jantar com 300 participantes realizado na Casa do Alentejo, desta cidade.

A carta devolvida

Entre os diversos discursos feitos no jantar causou sensação o de Martin Silva, português, vereador da Câmara de Toronto, pelo partido NDP (do Governo), que leu uma carta que quis entregar para Cavaco Silva, mas que não foi aceite pelas autoridades portuguesas. Dessa carta ficaram-nos no ouvido as seguintes passagens:

«Outras vezes somos lesados pelo governo Português como, por exemplo, quando nos obriga a vir de Sudbury, ou Kingston ou Sarnia até Toronto... só por uma impressão digital num bilhete de indentidade que agora nos obrigam a ter antes de nos darem o passaporte para irmos a Portugal depositar as nossas poupanças...»

E mais à frente: «As medalhas são tantas que perdem o valor e os organizadores das funções onde tem lugar lá ficam a ver quem é que paga ao restaurante pelos pratos dos funcionários que vieram a acompanhar. É que aparentemente a Secretaria (de Estado da Emigração) tem orçamento para as viagens e hotéis da comitiva toda, mas as refeições têm que ser pagas pelos visitantes...»

Simples verdades da vida dos emigrantes portugueses que o Primeiro-Ministro de Portugal não quis conhecer...

Homenagem ao 25 de Abril

No jantar também estiveram presentes um representante do Primeiro Ministro de Ontário e um deputado do NDP. O primeiro ao discursar prestou homenagem ao 25 de Abril e ao Primeiro-Ministro de quatro Governos Provisórios, o General Vasco Gonçalves. Este, ao encerrar os brindes, esclareceu o que foi a obra da descolonização, mostrou que não foi em 74 e 75 que a economia portuguesa foi destruída e recordou que ao cair o quinto Governo provisório, o último que chefiou, as reservas de ouro do Banco de Portugal estavam intactas.

O General Vasco Gonçalves foi entrevistado para o canal 47 da TV, num programa em língua portuguesa e para a Rádio Asas do Atlântico. Foi convidado para um beberete no «First Portuguese Club», a mais antiga associação portuguesa de Toronto, e onde dois dias antes tinha sido feita a recepção a Cavaco Silva.

Estrasburgo

— a cidade dos caminhos e das diferenças culturais

■ Miguel Urbano Rodrigues

A catedral gótica de Estrasburgo tem apenas uma torre. É uma obra prodigiosa, na aparência incompleta. O desequilíbrio aumenta-lhe a originalidade. A simetria, em arte, nem sempre significa qualidade. Naquela catedral a falta da segunda torre não reduz o choque estético e emocional; estimula-o. Não conheço outra igreja cuja frontaria expresse tão harmoniosamente o espírito da terra onde se ergue, do povo que a construiu. Estrasburgo cresceu no espaço de uma antiga fortaleza romana, Argentorate, levantada na margem esquerda do Reno para defender o Império das invasões dos Germanos.

Cidade das estradas, como o seu actual nome indica, conservou pelo tempo adiante as características de um lugar de encruzilhada e convívio e, por vezes, de conflito entre culturas diferentes. Arrasada pelos Hunos no século V, sofreu os efeitos de incontáveis assaltos, cercos, devastações e bombardeamentos. Hoje é a sede do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa. Continua a ser uma cidade de fronteira e simboliza de certa maneira as contradições e esperanças de uma Europa em busca da integração difícil.

De Roma à França

Ignoro se Cavaco Silva encontrou tempo, nas suas passagens por Estrasburgo, para caminhar, sem comitiva oficial, pelas ruas da cidade velha. Pergunto-me se terá sentido ali as pontes não visíveis que ligam o passado ao presente.

Mas quase seguramente faltou-lhe tempo (e disposição) para deambular durante horas pelo casco histórico de Estrasburgo e percorrer a pé, sem programa nem guia, a cintura monumental da cidade construída pelos alemães quando a Alsácia passou a ser território do Império dos Hohenzollern.

Admito que esse passeio talvez ajude mais a compreender aspectos fundamentais da problemática da integração continental do que a leitura de densos relatórios sobre os efeitos e contradições de Maastricht e as perplexidades e dúvidas suscitadas pelo projecto da União Europeia.

Porque Estrasburgo não é somente uma cidade muito bela. Apareceu-me desde que a visitei pela primeira vez como **introdução** ao entendimento da Europa contemporânea através da relação dialéctica França-Alemanha.

Em nenhum outro lugar do Continente o processo de atracção e repulsa entre franceses e alemães terá sido tão intenso, fecundo e traumatizante como na bimilenária capital da Alsácia.

A **Petite France**, coração da cidade velha, vale por si só como mostruário de arquitectura e painel sociológico a iluminar a história oculta daquilo que foi uma cidade de transição entre a época medieval e o Renascimento. Olhando as fachadas de elegantes mansões, à beira do rio Il e dos canais, adivinha-se, quase se sente, o que era a vida na República de Estrasburgo, no âmbito da peculiaríssima desordem política do Santo Império Romano-Germânico. Aquela **Cidade Livre** do Império funcionou por mais de um século como ilha da democracia possível naqueles tempos. Ali montou Gutenberg a sua primeira e revolucionária imprensa; ali nasceram as sociedades literárias que levaram Erasmo, entusiasmado, a saudar a cidade como baluarte do humanismo numa época de intolerância e obscurantismo. O alemão era na época o idioma local.

Abateram-se depois sobre a cidade grandes pestes, as lutas da Reforma e da Contra-Reforma, os inenarráveis sofrimentos da Guerra dos Trinta Anos. Estrasburgo hesitou. Pediu primeiro protecção a Gustavo Adolfo da Suécia, quando o seu exército era o primeiro da Europa. Mas o rei escandinavo apresentava-se como «o protector da verdade evangélica», pretensão intolerável aos olhos do muito católico Imperador, temente (no seu palácio de Viena) a

mudanças na Igreja que para ele tinham o cheiro de medonhas heresias.

Estrasburgo, devastada, arruinada, famélica, viu afundar-se no conflito religioso o seu sonho de cidade-estado independente.

A França anexou-a em 1681. Luís XIV, reconhecendo, entretanto, a sua especificidade cultural, atribuiu-lhe por capitulação o estatuto de «cidade livre do reino». Estrasburgo continuou aliás, mesmo após a revo-

gação do Édito de Nantes, a ser uma terra de tolerância onde católicos e luteranos conviveram sem hostilidade. O encontro de culturas processou-se harmoniosamente. Os palácios e casarões de estilo francês principiaram a alterar a fisionomia tradicional do antiquíssimo burgo germânico. A França era, então, o gigante da Europa, mais povoada do que a própria Rússia, muito mais rica do que a Alemanha, retalhada entre principados feudais.

Transcorrido um século, quando a Prússia de Frederico II principiou a aproximar-se timidamente da fronteira do Reno, Estrasburgo começava a sentir-se, pelo coração, francesa. Foi das primeiras cidades a aderir à Grande Revolução de 1789. A **Marseillaise** foi criada a pedido do presidente da sua Câmara Municipal, e cantada pela primeira vez na cidade.

A ocupação alemã

As relações, a nível popular, entre franceses e alemães eram boas. Os sentimentos de desconfiança e hostilidade desenvolveram-se e criaram raízes sobretudo durante o período das guerras do início do século XIX. Nas suas

A Alsácia e parte da Lorena foram uma parcela da factura da guerra perdida. Tornaram-se parte do Reich. O governo imperial alemão fez o que estava a seu alcance para germanizar a região e de modo especial Estrasburgo, pois a cidade havia sido lentamente afrancesada em dois séculos de integração. A área de Estrasburgo triplicou. Por todo o lado surgiram palácios e edifícios públicos imponentes. Mas o objectivo político e cultural não foi atingido.

Quando o exército francês, vencedor, entrou na capital da Alsácia em Novembro de 1918, após 48 anos de ocupação alemã, foi triunfalmente recebido.

A grande maioria dos habitantes sentia-se afectivamente ligada à França. O sentimento da nacionalidade fora transmitido de pais para filhos.

Hitler, em 1940, repetiu o gesto de Bismarck: anexou também a Alsácia. Por pouco tempo. A entrada em Estrasburgo dos tanques da famosa II Divisão Blindada do general Leclerc (o herói militar francês da segunda guerra mundial) ficou nos anais da cidade como a maior festa a que ali se assistira. A libertação tornou evidente que o sentimento nacional francês na Alsácia saíra reforçado do terrível período da ocupação. Isso apesar da parcela importante dos camponeses permanecer fiel, no quotidiano, ao dialecto alsaciano, muito próximo da lingua alemã.

O discurso de Mitterrand

Por motivos óbvios, falar em Estrasburgo não é a mesma coisa, para os dirigentes políticos franceses, do que falar em Marselha ou Bordéus.

O Presidente da França tem consciência disso. Escutei-o assim com muita atenção quando discursou na capital alsaciana, no dia 4 de Maio. François Mitterrand aproveitou a abertura da 44ª Sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa para responder a uma chuva de críticas suscitadas pela sua insistente defesa de uma futura Confederação Europeia.

Em Estrasburgo ensaiou um recuo. Foi ali dizer que, embora a Confederação dos Estados Europeus seja uma necessidade, será preciso esperar.

«A Europa — disse — está hoje à procura de um lugar onde possa estabelecer-se entre todos os Estados que a compõem um diálogo permanente e organizado em condições de igual dignidade. A essa construção futura, talvez ainda demasiado ideal, chamei-lhe a Confederação».

Mitterrand aludiu as críticas relativas a contornos e competências da superestrutura institucional e multinacional por ele ideada. «Para mim é muito simples: antes de nos lançarmos no labirinto dos debates jurídicos e na luta das influências, é apenas um lugar onde todos os países da Europa dotados de instituições democráticas não somente se poderiam encontrar, mas seriam capazes de criar, juntos, instituições permanentes, com igual dignidade, e com competências sem dúvida menos fechadas do que as que dependem, por exemplo, da CEE,

mas abrangendo tudo o que contribui para a vida quotidiana dos nossos concidadãos».

Acabou por misturar a anunciada e mítica Confederação com o Conselho da Europa.

Um deputado francês dizia-me no final da sessão: «Desde a unificação da Alemanha, Mitterrand desorientou-se. Não é uma excepção. Todos os partidos franceses se interrogam perante um panorama do desenvolvimento da história não previsto».

A Alemanha quer tudo ao mesmo tempo: ser o motor da CEE, ser o parceiro comercial privilegiado dos países do leste europeu e ser também a protectora e aliada do estado reaccionário russo... E não lhe chega. Sonha com a recuperação dos territórios polacos além da linha Oder-Neiss e não se mostra interessada em participar com a França na criação de uma estrutura militar que permita à UEO ser o pilar da segurança europeia. Helmut Kohl evita críticas aos EUA, corteja a NATO, mas é transparente que lhe desagra-



Memórias, Bismarck (1) afirma que a classe dirigente alemã somente começou a sentir aversão pela França após o período da ocupação francesa, posterior ao aniquilamento do orgulhoso exército prussiano por Napoleão. O revanchismo, porém, assumiu quase logo uma feição irracional, sobretudo entre o alto comando do exército que se contemplava como berço e alicerce da monarquia dos Hohenzollern.

A França, pela sua pujança demográfica e económica, sempre subestimara a Prússia. Frederico II aparecia-lhe como uma inflorescência. Para os governantes de Paris, quaisquer que eles fossem, os inimigos naturais eram a Inglaterra e a Áustria.

O desfecho da guerra franco-prussiana, em 1870, mudou o quadro. Unificada, a Alemanha passou a ser a primeira potência militar e económica do Continente. A França, derrotada, não voltou a recuperar a posição de supremacia que assumira desde a decadência do império espanhol.

EM FOCO



da a hegemonia política dos EUA no mundo. Os alemães, sem se comprometerem, querem as mãos livres em tudo...»

Pelo que ouvi, o discurso ambíguo de Mitterrand desagradou a gregos e troianos.

Do outro lado, a Alemanha...

Durante séculos, a ponte do Reno em Estrasburgo foi a ponte do medo e da guerra. Inicialmente, a poderosa França assustava a Alemanha, atomizada. Depois, a Grande Alemanha passou a preocupar uma França cada vez menos influente.

Há dias atravessei a ponte. Hoje é a ponte da Europa! Não havia controlo nas fronteiras. Viajei num autocarro dos serviços municipais de Estrasburgo que estabelece de meia em meia hora a ligação com a cidade alemã de Kehl, na margem direita do Reno. Não se deteve sequer nos postos fronteiriços. Um passeio CEE-92.

Kehl é uma pacata cidade de 60 000 habitantes, semelhante a muitas outras do Estado de Baden-Wurtemberg. O choque cultural, contudo, é imediato. O Reno separa ali dois mundos. A descontinuidade é mais transparente do que a registada pelo forasteiro que passa do Minho para a Galiza ou de uma aldeia alentejana para um pueblo andaluz.

Estrasburgo (300 000 habitantes e quase meio milhão com os subúrbios) é muito maior do que Kehl. Mas não é a desigualdade no tamanho que as separa. O fôssco foi cavado pelo caminhar histórico dos moradores.

Kehl toca o viajero latino como justaposição de imagens da modernidade com a tradição provinciana. É uma cidade que se diria submetida a um processo de assepsia diária, tão escrupulosa é a limpeza. Nas áreas residenciais não se via gente nas ruas naquela manhã ensolarada. Mas nos jardins, floridos, arranjados com gosto e originalidade, movimentavam-se crianças e pessoas idosas. Os chalets, quase todos de dois pisos, são sólidos, bonitos, de cores claras. Os acabamentos perfeitos.

As casas emergem de um mundo vegetal onde o verde das árvores e dos relvados contrasta com os coloridos de flores dispostas em canteiros assimétricos. Kehl irradia qualidade de vida, ordem, riqueza. Felicidade atrás das janelas? Não sei.

A pequena e quieta cidade trouxe-me à memória páginas de grandes poetas e romancistas alemães do século XIX. E, contudo, a contemporaneidade está nela bem presente. Um passeio pela zona comercial do centro confirma que aquela gente tem os pés fincados no limiar do século XXI. É suficiente entrar num supermercado, passar os olhos pelos produtos expostos, atravessar a porta de uma agência bancária e acompanhar o movimento, ou observar as pessoas no terraço de uma cervejaria para se captar uma evidência: a provinciana Kehl faz parte da sociedade economicamente mais avançada da Europa actual.

A desconfiança francesa

Em breve visita a Colmar, no centro-sul da Alsácia, falando com trabalhadores portugueses imigrados, registei a maneira como eles sentem a diversidade franco-alemã na fronteira.

«Olhe — ouvi de um ribatejano de Coruche — eu tenho trabalhado nos dois países. Na Alemanha ganho mais de dois mil francos mensais pelo mesmo trabalho, mas prefiro viver aqui. Na Alemanha nunca falei com os técnicos que acompanham o meu trabalho na construção civil. Não falamos a língua deles; os nossos filhos não casam com alemães nem eles com as nossas raparigas. Aqui tudo é diferente. A

integração é possível, embora não seja fácil. Basta ver a televisão, os programas, os filmes, os noticiários para se perceber como a vida é diferente dos dois lados do Reno». Em Estrasburgo o francês das camadas médias continua a olhar para o vizinho alemão com desconfiança e... alguma inveja.

«Se me perguntar porquê — disse-me o motorista de um táxi que me levou ao aeroporto — tenho dificuldade em explicar. O passado pesa, mas não é só isso. De todos os estrangeiros, os alemães são aqueles que aprecio menos. Têm mais dinheiro do que os outros, mas são também os mais forretas.

Não há piores turistas por estes lados. Poucos escolhem os bons restaurantes. Comem comida preparada com antecedência, pedem os vinhos mais baratos, contam cada marco que gastam».

Perguntei-lhe se falava alemão, pois é na cidade a língua estrangeira mais usada.

«Aprendi no liceu — informou — mas já esqueci. Não confio neles. Amanhã voltarão a rasgar os tratados como já fizeram tantas vezes. Olham para as antigas províncias alemãs que hoje pertencem à Polónia como um gato para pássaros dentro de uma gaiola. Se um dia puderem dar o bote, creia que não vão hesitar»...

A posição deste motorista não traduz, por radical, a atitude mais comum do habitante de Estrasburgo perante os alemães.

O visitante de passagem deve ser prudente nos juízos que envolvem o comportamento social dos moradores. Mas não identifiquei nas pessoas com quem falei uma atmosfera de simpatia no tocante aos vizinhos da margem direita do Reno.

Um velho comerciante, proprietário de uma pequena cervejaria da Petite France, expressou a sua reserva nestas palavras: «Quer que lhe diga? Tenho quase oitenta anos. Mudei várias vezes de nacionalidade.

Nasci numa aldeia próxima de Estrasburgo e na escola o professor disse-me que era alemão, mas o meu pai, em casa, ensinou-me que eu era francês. E francês de direito me tornei em 1918, mas em 1940, quando a Wehrmacht ocupou a cidade, a Alsácia foi anexada e deram-me um bilhete de identidade alemão. Mobilizaram-me. Quatro

anos depois voltei, com a libertação, a ser francês. Sinto-me francês. Sou velho de mais para grandes paixões, mas conheço bem esta minha terra e tenho consciência de tudo o que nos separa dos alemães. Quando ouço certos discursos e leio artigos que os jornais publicam sobre os milagres da integração europeia fico preocupado. Não porque seja contra a CEE, mas porque se andarem com muita pressa estragam tudo. Preocupo-me mais com os alemães porque os conheço melhor do que aos ingleses ou aos italianos... O general De Gaulle disse muita coisa acertada sobre a Europa que os políticos de hoje esqueceram. E fazem mal...»

Tentei também sondar a juventude. Foi mais difícil. Mas uma tarde, num autocarro, tive a oportunidade de meter conversa com um grupo de estudantes universitários. Todos foram lacónicos quando lhes perguntei o que pensavam da integração europeia e se acompanhavam com atenção os trabalhos do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa.

A maioria respondeu negativamente à segunda questão. Alguns disseram abertamente que a temática não os interessa muito. Outros expressaram com rudeza a opinião desfavorável que têm dos políticos franceses e estrangeiros.

Todos confirmaram ter estudado alemão. Mas apenas um disse que em casa usava o dialecto alsaciano com a família. Alguém logo comentou: «O meu avô falava nesse patois.»

Ontem e hoje

Fitando a agulha da torre da catedral fiz um esforço, numa noite tépida, com a praça já quase deserta, para imaginar como seria a Estrasburgo de raiz germânica do século XIV, quando a unidade alemã era hipótese absurda, quase inimaginável.

Pensei, então, no discurso de Mitterrand, proferido no plenário do Conselho da Europa e na contradição entre a **marcha para a Confederação** e as perguntas por ele próprio formuladas: «O que é a Europa», «Onde encontrá-la»? Pensei igualmente no esquematismo do discurso europeu de Cavaco Silva e dos seus ministros, no simplismo com que os tecnocratas do PSD tratam os temas da integração e comentam Maastricht como se o movimento da História fosse regulado pela vontade política de uma geração de governantes.

Não ponho em causa — sublinho — a necessidade do processo de integração europeu. Acredito mesmo na sua irreversibilidade.

Mas isso não implica a aceitação do disco das maravilhas comunitárias.

Nos últimos meses, ao escutar em assembleias europeias o discurso-padrão dos representantes dos países do Leste senti com frequência que eles se expressam, com poucas excepções, como se o Conselho da Europa e a União da Europa Ocidental fossem uma espécie de Muro das Lamentações que os separa e aproxima do Paraíso.

Não menos penoso é o sonho ocidental da integração feita a galope. Se procedermos ao inventário do que se passa no Continente, do Atlântico aos Urales, o quadro que toma forma não é luminoso, mas carregado de sombras.

A história não pode ser calendarizada; o seu ritmo, rumo e avanço independem de discursos e promessas.

Caminhar pelas ruas da velha Estrasburgo — uma cidade que é personagem da história profunda — abre-nos a porta a fascinantes viagens pelo passado. Mas chama-nos também às realidades do presente.

(1) «Pensées et Souvenirs», Otto von Bismarck, Ed. Calmann Lévy, Paris, 1984.

EM FOCO

Balanços, balancinhos e balancetes

■ Francisco Costa

Com aquele ar diligente, que tão bem lhe fica, Vasco Trigo informava-nos, no último **Jornal de Domingo**, que tinha ido entrevistar Cavaco Silva antes da sua partida para a Tunísia. Talvez porque, tendo-se este expressado em francês por terras do Magreb, não houvera grande oportunidade para os jornalistas da RTP ou ouvirem longamente em português.

Tratando-o, o apumado Trigo, por **Presidente do Conselho** - o que, valha a verdade dizer-se, nos tempos que vão correndo, não é apodo que lhe não quadre - os espectadores aperceberam-se, afinal, estarem, não perante Cavaco, **Primeiro-Ministro**, mas perante Silva, **Presidente do Conselho das Comunidades**, aproveitando embora este a oportunidade oferecida para - maioritário absoluto - decretar, na qualidade de Aníbal, **Presidente do PSD**, que «não haverá referendo em Portugal sobre Maastricht»!

Estava, assim, muito bem explicado, ao que ia Vasco.

Já na véspera, o **Jornal de Sábado** fora encontrar (quem?) Cavaco Silva!... no Centro Cultural de Belém. Para o surpreender na curta pausa de uma qualquer maratona comunitária? Não! O Professor, como que por acaso, estava ali a trabalhar, no seu gabinete! Pura mudança de ares! E, já agora, aproveitando para acrescentar - mais um - ao rol de balanços, balancinhos e balancetes com que, através da televisão, nos vem brindando semanalmente, mensalmente, trimestralmente.

É, aliás, oportuno perguntarmo-nos por que razão se terão gasto para aprontar as obras do Centro, a tempo do início da Presidência Portuguesa, tantas dezenas de milhões de contos além dos previstos no orçamento inicial, quando, até agora, apenas lá se realizou **uma reunião** das Comunidades. Mistérios certamente insondáveis.

E assim terminava, na televisão portuguesa, mais uma quinzena fértil em coberturas das actividades do Governo e da Presidência. Mas com algumas peripécias de permeio.

Barracas portuguesas

Procurando contrariar as notícias e os comentários que, na imprensa nacional e internacional, vêm qualificando de indistintamente «cinzenta» a Presidência Portuguesa, o Governo aproveita-se da RTP para, a nível interno, tentar avivar as cores de tal empreendimento. E é facto que a televisão se desdobra em esforços para corresponder às ordens que lhe são dadas. É como que um arremedo da «política espectáculo». Já que, na voragem do frenesim, nem tudo lhes corre bem.

Só nos últimos tempos, houve duas reuniões «informais» de Conselhos de Ministros da Comunidade, para onde a RTP fez deslocar uma panóplia de material, jornalistas, comentadores, para estarem à disposição dos membros do Governo. Mas a «reunião informal» de Guimarães ultrapassou, em termos televisivos, tudo o que imaginar se possa.

Desde a apresentadora do **Jornal de Sábado**, a contas com a progressiva ventania que invadia o improvisado «estúdio»

do pátio do Paço dos Duques, até às frustradas ligações directas a uma conferência de imprensa, à hora do almoço, com João de Deus Pinheiro a falar inglês sem tradução, passando pelo ridículo de um repórter de cócoras a falar para a única (!) câmara existente na sala (enquanto Balsa, o assessor mediático da Presidência, estava sentado na mesa a tomar muitos apontamentos) e pela ausência de tradução simultânea, à hora do lanche de Domingo, na cerimónia de assinatura do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu no Palácio da Bolsa no Porto - de tudo houve... muito, em termos de desorganização das estruturas de apoio à Presidência e dos próprios serviços da RTP.

Enfim, há dias em que não se pode sair de casa...

Mas não é com prazer que se escrevem estas linhas. O ridículo toca a dignidade nacional. Ao escolher isolar-se da comunidade política, social e, nalguns casos, económica, do país, numa postura arrogante, auto-suficiente e não dialogante face às instituições representativas dos portugueses, interessadas no bom sucesso de uma Presidência de consenso nacional, o Governo opta por actuar sozinho, perante as câmaras reverentes da televisão.

Ninguém estranharia que o tema «Presidência» justificasse (como justifica) uma cobertura adequada na comunicação social portuguesa. Mas o que se passa na RTP, pela própria ausência de debate plural sobre o tema, excede tudo o que seria razoável admitir-se.

Pelo andar da carruagem, a não ser arrepiado caminho por parte dos responsáveis da Presidência das comunidades e da RTP, arriscamo-nos, um belo dia, a ver Albarran, o «grande coordenador», em calção de banho, junto de um qualquer lago do Centro Cultural de Belém, a «pivotar» a reportagem da RTP. Com mais sorte com o clima do que a enregelada Judite... Lá mais para o Verão, na cimieira de Junho.

Já não há pachorra...

Junto do público e da crítica, parece ser consensual a opinião de que a programação cinematográfica da RTP é dos poucos motivos de interesse que a estação oficial tem para oferecer, em qualidade, aos seus espectadores. Lamentável é que, revelando ao mesmo tempo um profundo desprezo pela disponibilidade do imenso auditório, e, ainda, pela possibilidade de canalizar informação através da imprensa - designadamente a imprensa de frequência semanal - a RTP se permita, por vezes sem qualquer aviso prévio, alterar a seu belo prazer essa programação.

Registos Magnéticos

«/...atribuído aos Pides, quem não promove o debate sobre a integração europeia e suas consequências, quem é o responsável por acusar impunemente... /...nhoras e senhores deputados... /...ponsável pela subida das taxas de inflação... /...quem é o respons... /...a cortina de fumo da fuga para a frente... /... (distorcido, com eco e inaudível) /... ência e efectividade. Atente-se no facto de continuar a não ser... /...9 de Abril de 91, a Comissão Nacional de... /...prejuí... /... exercício do mandato por parte dos membros... /... tem a ver com isso... /... é uma intenção malévola da Oposição responsabi... /... ários, com vista a uma de... /... mais tentativa de remendo da Reforma Administrativa... /... tenta e nove, à espera de ser incrementado o princípio do arquivo aberto e do acesso livre dos cidadãos aos documentos da administração... /... dados e dos seus direitos, mas o que tem... / Jacques Delors (...)», etc., etc.

(Telejornal - 5.05.92)

Não, caro leitor. Não se trata da demonstração de um qualquer... «défice linguístico» que de súbito tenha atacado a «classe política» portuguesa, como à primeira vista poderia parecer, mas sim da reprodução exacta (a que milhões de espectadores, por entre farras gargalhadas, puderam assistir) da parte inicial da «montagem-topo-a-topo» da peça com que o Telejornal de 5.05.92 pretendeu cobrir o debate político desse dia, realizado na Assembleia da República, e em que a Oposição criticou o Governo nas áreas económica, social e cultural.

Ou seja, um hilariante momento de verdadeiro surrealismo jornalístico televisivo para o resultado do qual se podem adivinhar duas hipóteses, ambas tristes: a «montagem» realizada por «jornalistas» obviamente falhos de capacidade técnica para tal, ou a cargo de solícitos membros das «cheffias» - em ambos os casos porventura substituindo-se aos trabalhadores dos sectores técnicos, em greve.

Ou, ainda, uma terceira hipótese que, mais uma vez, releva da pura incompetência: a de que se tenham esquecido de inserir no áudio a «pista de som» relativa ao comentário off durante toda a primeira parte da reportagem.

gais e inexistentes - embora nos sejam aplicadas as matérias neles contidas. Nós estamos a tentar discutir o Clausulado Geral, estamos a tentar fazer com que sejam introduzidas na RTP coisas que nos parecem perfeitamente justas e são aplicadas noutros sítios, como sejam a aplicação da remuneração e descanso compensatório pelo trabalho suplementar, a igualização do horário de trabalho semanal, que seja incluída no subsídio de férias a média do trabalho nocturno e do trabalho prestado aos Sábados e Domingos e muitas coisas que nos interessam: os reenquadramentos (que consideramos completamente incorrectos), a definição de carreiras e de critérios de promoção que, neste momento, não existem de forma objectiva.

A Administração tem-se recusado a negociar esse Clausulado, fechou um acordo (meramente sobre questões pecuniárias) com alguns sindicatos, nós entrámos em greve às horas extraordinárias e, nessa altura, ela aplicou horários ilegais a vários trabalhadores - digo ilegais, porque os trabalhadores não foram consultados, nem a Comissão de Trabalhadores. Perante isto, em sede de conciliação, a Administração pediu que suspendêssemos a greve - que ela suspenderia os horários e responderia às nossas cláusulas mais prementes. Nós suspendemos a greve, eles não retiraram os horários e, além de não terem retirado os horários, responderam negativamente às nossas questões mais prementes, mas que estavam abertas a discutir... Perante uma resposta destas e perante a não retirada desses horários - que tinha ficado assinado em frente a um elemento do Ministério do Emprego - nós decidimos, de facto, retomar a greve (...)

Também nos levam à greve outras razões, como sejam a violação sistemática que a RTP faz em relação à Lei da Greve, indo buscar, por vezes, pessoas ao exterior, para substituir, por exemplo, jornalistas ou operadores de câmara em greve ou destacando trabalhadores do Lumiar para a 5 de Outubro para assegurarem o trabalho - coisas que, à partida, são contra a Lei da Greve. Aliás, o Sindicato dos Jornalistas vai apresentar queixa contra a Televisão em Tribunal precisamente por estas violações, que nos parecem sistemáticas e graves, da Lei da Greve. (...)

(Diana Andringa, delegada sindical dos jornalistas da RTP - RDP, Antena 1, 6.05.92)

O que se passou no passado Domingo com a substituição do filme «Os Pássaros», de Alfred Hitchcock, é sintomático da postura de uma estação pública de televisão que, ainda sem concorrência e descansando sobre o relativo prestígio que foi alcançando na matéria, subverte, ao mesmo tempo e de forma gratuita, esse mesmo prestígio.

Pretendendo (e bem!) estar «em cima do acontecimento», a televisão portuguesa, na sequência do desaparecimento de Marlene Dietrich, parece preparar-se para dedicar um ciclo a essa grande dama do cinema - a exemplo do que as grandes estações de televisão de todo o mundo naturalmente irão fazer. Mas, a ser assim, a RTP começou por fazê-lo da pior maneira, incluindo, à última hora, em substituição do filme de Hitchcock, a notável obra de Joseph von Sternberg, «A Imperatriz Vermelha».

Assim procedendo, a RTP cometeu três erros crassos:

1º. - Negligenciou a informação pública dessa alteração, chegando ao ponto de, no magazine de informação «Nós Dois», transmitido no mesmo canal minutos antes (!), manter a chamada de atenção para o filme «Os Pássaros».

2º. - Depois, terá considerado como automaticamente reservado a «cinéfilos» o espaço de cinema dos Domingos à noite - discorrendo abusivamente que, àqueles, seria indiferente tal alteração.

3º. - Finalmente, desprezou a sua função de veículo por excelência de entretenimento cultural de massas e o próprio carácter heterogéneo do público da televisão (provavelmente não interessado em ver, mais uma vez, o filme de Hitchcock) que terá, assim, escolhido antecipadamente outra alternativa de programação, perdendo irremediavelmente a transmissão de «A Imperatriz Vermelha».

Mas será que a RTP não terá, mesmo, emenda?!



Uma iluminação à Roger Corman



Uma apresentadora a contas com a intempérie



Um repórter de cócoras



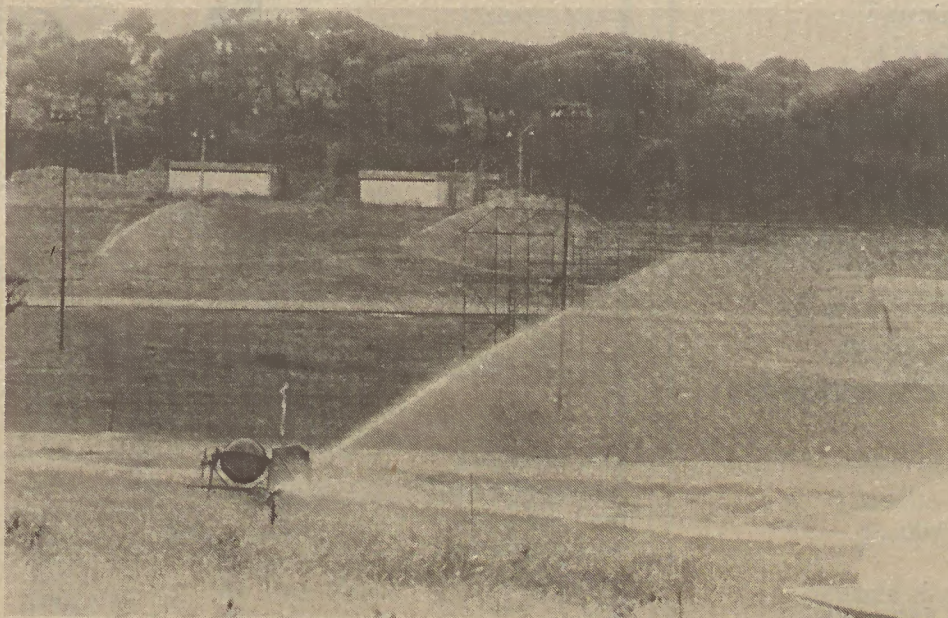
Um par de nucas entrevistando João de Deus Pinheiro

Jornada de trabalho começa no sábado

Avante! festa

A primeira Jornada de Trabalho de carácter geral, preparatória da edição deste ano da Festa do «Avante!» realiza-se no próximo fim-de-semana e à Atalaia vão acorrer carpinteiros, electricistas, serralheiros, montadores de tubo, canalizadores, pintores, ou mesmo gente sem formação específica mas com imensa vontade de ajudar a construir a «festa!».

Todos aqueles que ainda desejem participar nesta primeira grande jornada de trabalho de preparação da edição da Festa do «Avante!» de 1992 podem contactar desde as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia.



Os efeitos da seca que assola o nosso país também afectam a Atalaia. Para proteger o terreno e assegurar que os milhares de pessoas que em Setembro o visitarão não venham a encontrar algo de semelhante a um «deserto», uma das tarefas que Manuel Vicente leva a cabo dia a dia é um intenso trabalho de rega para assegurar níveis mínimos de humidade que mantenha a vegetação e evite a erosão das terras

Trabalhar todo o ano na Atalaia

«As pessoas muitas vezes perguntam o que é que nós cá estamos a fazer todo o ano. Elas nem imaginam o trabalho que uma quinta com estas dimensões dá!» Quem o diz é uma dessas «estranhas pessoas» que passa todo o ano na Quinta da Atalaia, metido em trabalhos que muitos ignoram. Chama-se Manuel Vicente e, com Joaquina Rosa, tem a responsabilidade da manutenção do terreno e das casas da Atalaia o que, como iremos ver, não é tarefa de somenos.

Normalmente existe a tendência para ligar unicamente a Quinta da Atalaia à «festa!», esquecendo que neste terreno realizam-se ao longo do ano múltiplas iniciativas de diverso tipo, desde, por exemplo, uma prova de atletismo como a do *DN Jovem* até a um encontro de secções internacionais de partidos comunistas, como o ali realizado há duas semanas. Iniciativas diversas que vão aumentar o volume de trabalho deste casal.

Para além disso há o trabalho quotidiano. Manuel Vicente enumera-nos alguns desses trabalhos diários que a conservação da Atalaia obriga: «Há três hectares de jardim e de mata que é preciso limpar, podar e tratar todos os dias para não se transformarem numa pequena selva. Há mil metros quadrados de estrada alcatroada que tem de ser varrida todas as manhãs para não ficar debaixo das terras que ali vão caindo. Há que tratar das casas da Quinta, que são antigas e exigem constantes cuidados: limpeza constante, caiar paredes, olear móveis e portas, encerar madeiras, etc.». E a lista poderia ir por aí fora!

Há que diferenciar entre a Festa do «Avante!» propriamente dita e a Quinta da Atalaia, que é um terreno que precisa de manutenção e cuidado para conservar ou

dos três dias», enquanto a Quinta da Atalaia tem a tratá-la este casal Manuel Vicente/Joaquina Rosa.

Enquanto falávamos com Manuel Vicente, este ocupava-se de um dos trabalhos que nesta altura do ano - atendendo até à situação de grave seca que vivemos no nosso país - será possivelmente dos mais decisivos para êxito da «festa!» deste ano: a rega permanente e consecutiva de toda a área onde se realiza a Festa do «Avante!».

A rega é um dos trabalhos que ocupa mais tempo. São 20 hectares para regar todos os dias e há que deslocar e mon-

tar, ao longo do terreno, cerca de 800 metros de canalização, há que dispor os vários canhões aspersores nos vários pontos estratégicos que permitem a rega de todo o terreno, há que abrir e fechar válvulas, cuidar e ligar bombas... Tudo isto debaixo de temperaturas elavadas e de um sol intenso. É um trabalho que demora todo o dia e exige um esforço físico muito violento.

Se isto não fosse feito quotidianamente, por alturas da «festa!» muito provavelmente iríamos encontrar o terreno com aspecto desértico, levantar-se-iam muito mais



poeiras e a própria degradação e erosão do terreno poderia atingir níveis irremediáveis.

«É um trabalho que fazemos com gosto, pois sempre trabalhámos com a terra. Somos de origem

agrícola, esta quinta é um bom local para trabalhar e é muito bonita», diz Manuel Vicente que conclui: «Depois toda a gente fica contente com o nosso trabalho, com o nosso esforço e isso é muito recompensador».

Comissão Nacional da «festa!» quer aumentar venda de EP's



A Comissão Nacional da «festa!» esteve reunida na passada quinta-feira

A reunião nacional da organização da Festa do «Avante!» realizada na quinta-feira passada discutiu os múltiplos pormenores a ela ligados, ressaltando a necessidade de reforçar a venda da EP e de uma melhor organização e aumento de participação dos amigos e camaradas que generosamente ajudam, como é tradicional, a construir «a cidade dos três dias», nomeadamente neste tipo de Jornadas de Trabalhos como aquela que se realiza no próximo fim-de-semana.

Aumentar substancialmente o número de EPs - Entradas Permanentes na «festa!» - vendidas antecipadamente é uma necessidade, sendo necessário que todas as organizações do PCP dinamizem desde já os militantes do Partido para dinamizarem a compra e venda de EPs. É preciso definir metas e objectivos a atingir, discutir a forma de cumprir esses objectivos.

Só um bom resultado de vendas antecipadas de EPs dará atempadamente os meios necessários ao Partido para concretizar todos os complexos e dispendiosos trabalhos preparatórios da «festa!».

A receita assim obtida funciona como *seguro de vida* da própria «festa!».

A compra antecipada da EP é também um gesto de solidariedade para com esta iniciativa que mobiliza tantos milhares de pessoas.

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país ou nas mãos de dezenas de milhar de activistas.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Autarcas
e suas arcas

São dez autarcas, dez.
Com jeitinho, talvez
viesses mais à liça.
São dez autarcas, dez,
às contas com a justiça.

Nos dez casos expostos
na grande confusão
da fraude à corrupção
há para todos os gostos...

Oito são do PSD. No entrudo
entra um do PS
outro do CDS.
Pelo visto
até nisto
o PSD pretende comer tudo...

Oito. Oito só, à beirinha do abismo?
Grande optimismo!
Eu cá, se o véu desdubro
dos pecados mortais
arranjo o dobro
ou ainda mais...

E se não querem crer
esperem só pra ver...

Pois...

Pois há dinheiro e fomento.
Pois há desenvolvimento.
Pois está farta a copa.
Pois não teime ninguém.
Vai tudo bem, vai tudo bem
nos países ricos da Europa.

Aumenta o desemprego? De facto.
Aumenta o crime? Exacto.
Maior que nunca a pobreza?
Com certeza.
Nos mais diversos pontos
nazismo ganha pontos?
E o medo? A repressão? A insegurança?
A mordada na esperança?

Compadre!, isto não são
palavras a esmo.
Para os ricos fazerem boa digestão
o desenvolvimento é isso mesmo...

«Diálogo»

Cavaco quer, já se sabe,
quer dialogar
porque o diálogo é a chave
da sua maneira de governar...

Mas se acordo não houver
quer dizer:
se o trabalhador não aceitar
o que o governo quer?
Logo entra em acção
o «diálogo» da requisição...

Cavaco não é milionário.
Por isso fica
sem poder comprar um dicionário
para ver o que a palavra significa...

Para Cavaco, dialogar
é ele a mandar.
E abusa, abusa.
Há dezoito anos que isso já não se usa...

Incrível!



«Sanduíche» Um

Cavaco Silva foi à escola, devidamente acompanhado do ministro da Educação. Ia não na qualidade de professor mas na de Primeiro-Ministro. Como também levou a mulher, Maria Cavaco Silva, poderá supor-se que igualmente se deslocou à Escola Secundária de S. Julião (o alvo da visita) na qualidade de homem casado e pai de filhos, mas isto é a gente a supor e, além disso, é irrelevante. Significado tem, isso sim, o que o Primeiro-Ministro disse aos jovens nesta deslocação que tinha por objectivo explicar como funciona o poder na Comunidade Europeia, a começar por um segredo de Estado chamado «método sanduíche» e que o visitante explicou assim: quando, nas reuniões do Conselho de Ministros os governantes não chegam a acordo, o almoço ou o jantar é servido a toda a gente menos a eles, que ficam a comer sanduíches até se entenderem. «A partir daí a velocidade para chegar a uma decisão aumenta», explicou o professor, aliás Primeiro-Ministro. Admirável coerência, que tem o mérito suplementar de explicar a eficácia da «democracia de sucesso» de Cavaco Silva: nela, até para se chegar a acordo se passa fome.

«Sanduíche» Dois

Na mesma sessão pedagógica na Escola Secundária de S. Julião, Cavaco Silva foi, às tantas, questionado sobre como era

o ensino e a juventude nos restantes países comunitários. Antecipando-se à incomodidade das comparações, o Primeiro-Ministro confortou os jovens com a seguinte resposta: «A impressão que eu tenho é que os jovens europeus não vivem mais realizados do que os portugueses pois, embora possam ter mais dinheiro na algibeira, têm muitos outros problemas». Um deles será, certamente, o de terem escolas, cantinas, equipamentos e subsídios pagos pelo Estado - além de dinheiro a mais no bolso dado por pais que enfrentam um outro problema - o de ganharem quatro e cinco vezes mais que os pais portugueses. Coitados! Ainda se conhecessem o «método sanduíche»...

Coitados dos ricos

Dizem os jornais que a pessoa mais rica do Reino Unido é a rainha Isabel II (que possui qualquer coisa como 1625 milhões de contos), a que se segue um duque e mais 155 outros, nem todos duques mas igualmente podres de ricos, constituindo uma lista de gente cuja fortuna, ainda por cima, foi herdada em dinheiro e propriedades. No entanto, há uma pequena crise nesta nata de endinheirados: a dos bilionários. Este pessoal, cujas fortunas se medem aos biliões, têm vindo a diminuir à média de dois por ano. Que horror! E, francamente, que injustiça social esta dos pequenos a serem mais que os grandes...

O Diabo à defesa

Se grande parte dos órgãos de comunicação social se desunham diária ou semanalmente a tecer loas à política geral do Governo, tanto no domínio económico como social, se grande parte se desfaz a elogiar a privatização e se inclina em frente das medidas restritivas das liberdades, justiça tem de ser feita à maioria que ainda não arranhou lata ou jornalistas para louvarem as recentes e escandalosas tomadas de posição do poder cavaquista. O caso dos pides brindados com pensões por «serviços» prestados ao fascismo só encontrou repúdio. A censura ideológica ao livro de Saramago, cuja verdadeira razão foi o subsecretário Lara quem a deu, não obteve aplausos.

Estamos a falar de órgãos de comunicação social. Não falávamos da RTP, que passou sobre os casos como gato sobre brasas, não deixando de dar as razões do Governo e da maioria em traço mais carregado e voz mais grossa, como convém à sua «isenção». Nem falávamos do Diabo. Um pasquim onde - e só ali - podemos encontrar a defesa e a voz dos pides; onde se pode ler a prosa torpe em defesa da intolerável censura governamental que terá agido por motivos «religiosos», segundo a explicação mal alinhavada de Lara. Não é de estranhar. Mesmo se é curioso aparecer um Diabo em defesa de Deus...

frases
da
Semana

«Os sapatos recordam Cinderela... e isso não é bonito»

☞ (Imelda Marcos, — «Público», 10.05.92)

«Mais tarde a Irmã Lúcia confidenciou que, falando entre si, as três crianças pensavam que Rússia era o nome de uma mulher, por cuja conversão era urgente rezar»

☞ (Fátima de A a Z, — «Semanário», 9.05.92)

«Pode classificar-me como um humanista de esquerda, não no sentido de posse da propriedade, mas no sentido da inquietação»

☞ (Carlos Pimenta — «Semanário», 9.05.92)

«Não me arrependo de nada do que fiz»

☞ (Óscar Cardoso, ex-inspector da PIDE — «O Diabo», 12.05.92)

«Eu era dos piores»

☞ (Idem — «Expresso», 9.05.92)

«As gerações que foram vítimas da PIDE continuam vivas e os pides também. Há, portanto, uma injustiça que permanece e os injustos não devem receber prémios»

☞ (José Pacheco Pereira, — «Diário de Notícias», 7.05.92)

«Sou uma pessoa com uma moral consciente e assumida, da qual nunca me dissocio»

☞ (António Sousa Lara, subsecretário de Estado da Cultura — «O Diabo», 12.05.92)

«Já informei por telefone o subsecretário de Estado Sousa Lara, que compreendeu e aceitou plenamente a minha decisão de me ocupar pessoalmente do assunto, que ganhou contornos com alguns aspectos injustificados»

☞ (Santana Lopes, «Expresso», 9.05.92)

«O poder político é também inculto, porque não compreende o valor da cultura para o desenvolvimento do país (o marquês de Pombal foi uma excepção). Quando promove a cultura não é por acreditar na sua importância real, mas apenas em virtude da sua função decorativa ou como suporte do poder. Os inúmeros exemplos da época salazarista são disso a prova mais eloquente. Muito do que se passa nos nossos dias, também»

☞ (José Mattoso, «A política cultural da SEC» — «Público», 12.05.92)

Quinta, 14

• **LEIRIA**

Sob o lema «Temos direitos - direito não defendido é direito perdido», está em curso em todo o distrito, até ao próximo dia 22, junto dos jovens das empresas dos sectores de actividade mais importantes, uma acção de informação sobre os direitos dos jovens trabalhadores promovida pela JCP/Leiria.

• **LOURES**

Reunião sobre o Movimento Associativo, preparatória do próximo Encontro Nacional do PCP, com a participação do camarada Carlos Rabaçal. No CT de Loures, às 21.00.

Debate sobre trânsito e acessibilidades no concelho, promovido pela organização local de Sacavém do PCP, com a participação de Ernesto Dinis e Eduardo Batista: às 21.30 na Quinta de S. José, em Sacavém.

• **PAREDE**

Reunião de camaradas reformados, sobre problemas dos reformados e o próximo seminário do PCP: no Centro de Trabalho, às 15.00.

Sexta, 15

• **AVEIRO**

Debate sobre a situação internacional: a partir das 21.30, no salão da Junta de Freguesia de Vera Cruz, com a participação do camarada José Casanova.

• **LOURES**

Pontinha - Cultura, Desporto e Tempos Livres: debate integrado no ciclo «Pontinha - presente e futuro». Às 21.30, na Es-

CARLOS CARVALHAS

SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO DO PCP

EM BEJA e BALEIZÃO

SÁBADO, 16 DE MAIO, DE 1992

BEJA

- 10 h — Visita ao mercado 25 de Abril
- 10h 30 — Visita à União dos Sindicatos
- 11h 20 — Visita à Coop. de Consumo "Proletário Alentejano"
- 13h — Entrevista na Rádio "Voz da Planície"

BALEIZÃO

- 15 h — Romagem à campa de Catarina Eufémia
- 15h 30 — Grupos Corais

16 h — **COMÍCIO**

Agenda

ção do camarada Lino de Carvalho.

• **REDONDO**

Encontro-convívio da CDU, com a participação do camarada Raimundo Cabral.

• **ALCABIDECHE**

Plenário de militantes para discussão do trabalho autárquico na freguesia e no concelho. Às 16.00, no Centro de Trabalho local.

• **ALENQUER**

Plenário concelhio de militantes para discussão da situação política. Às 21.00.

• **BARREIRO**

Visita ao Museu da Resistência, em Peniche, organizada pela Comissão de Freguesia da Verdadeira. Partida às 8.00 do Centro de Trabalho Concelhio, com regresso ao mesmo local cerca das 20.00.

• **MEALHADA**

Almoço-debate promovido pela Comissão Concelhia, com a participação do camarada Agostinho Lopes. Às 12.30, no Luso/Mealhada.

Domingo, 17

• **MARINHA GRANDE**

VI Assembleia da Organização Concelhia: das 9.30 às 13.00, na sede da Ordem. Participa o camarada Albano Nunes.

• **S. DOMINGOS DE RANA**

Plenário de militantes para discussão do trabalho autárquico na freguesia e no concelho: às 15.30, no CT de Tires.

• **AZAMBUJA**

Convívio de militantes da freguesia de Aveiras de Cima. A partir das 15.00.

Segunda, 18

• **LISBOA**

Reunião de reformados da freguesia de Alcântara, preparatório

do próximo Seminário do PCP: às 18.00, no CT de Alcântara

• **SACAVÉM**

Reunião sobre o Movimento Associativo, preparatória do próximo Encontro Nacional do PCP, com a participação do camarada Carlos Rabaçal. No CT de Sacavém, às 21.00.

Terça, 19

• **LISBOA**

Encontro-debate sobre gestão autárquica em Lisboa, promovido pela direcção da Cidade de Lisboa, com a participação dos camaradas Álvaro Cunhal e Luís Sá.

Às 18.30 no Hotel Plaza.

«Portugal, a integração europeia e a crise mundial» - debate integrado no ciclo «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo», primeiro da série dedicada às questões do presente e futuro de Portugal. Com a participação de Carlos Rabaçal e José Saramago.

A partir das 21.30 no Centro de Trabalho Vitória.

• **ÉVORA**

Debate sobre o futuro do Ensino Superior, com a participação dos camaradas Rui Namorado Rosa e António Filipe.

Quarta, 20

• **LISBOA**

Sessão de homenagem ao Maestro Fernando Lopes-Graça no Centro de Trabalho Vitória, às 21.00, promovida pela Direcção do Sector de Artes e Letras da ORL.

Com colóquio sobre questões actuais da música com participação, entre outros, de Álvaro Salazar e Alfredo Flores, e concerto (peças de Lopes-Graça interpretadas pelo Quarteto de Contrabaixos da Academia de Amadores de Música). Participa o camarada Carlos Brito.

O PCP "POR LISBOA"



E A GESTÃO AUTÁRQUICA

Participação de Álvaro Cunhal e Luís Sá

Portugal - o presente e o futuro

Portugal, a integração europeia e a crise mundial

Mudanças sociais e mudanças das representações

com a participação de Carlos Rabaçal José Saramago

Terça-feira, dia 19, às 21.30 CT Vitória

Concerto de Homenagem a Lopes-Graça

obras de Lopes-Graça pelo Quarteto de Contrabaixos da AAM

Debate: **Questões actuais da música**

Com Álvaro Salazar e Alfredo Flores participação de Carlos Brito, da Comissão Política do PCP

Quarta-feira, dia 20, às 21.30 no Centro de Trabalho Vitória

Sexta-feira, no CT da Boavista

Encontro com Álvaro Cunhal promovido pelo Sector Intelectual do Porto

Debate: «Os intelectuais comunistas e a sua intervenção na vida política e social» às 21.30

Jantar-convívio às 19.30

VI Assembleia da Organização Concelhia da Marinha Grande

Com a participação de Albano Nunes

Sábado na sede da Ordem

19 DE MAIO
38. FEIRA
18,30 HORAS
HOTEL PLAZA

SEMINÁRIO DO PCP SOBRE A POLÍTICA DESPORTIVA

DESENVOLVER O DESPORTO PROJECTAR O SÉCULO XXI

16.Maio.1992 Lisboa (Faculdade de Letras)

Agenda

Televisão

Quinta, 14

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Férias sem Programa
14.00 Brinca Brincando
14.35 Bandido
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Rainha da Sucata
21.35 Os Simpsons
22.10 Pós de Bem Querer
23.00 À Sombra dum Crime
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.55 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Alemão
12.40 A Porta
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.35 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.35 Aventura do Conhecimento
20.00 A Grande Música da Irlanda
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almanáco
21.35 100 Anos de Fado
22.35 Loucuras da TV
23.00 O Ídolo Caído
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 15

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Brinca Brincando
14.00 Quero Viver
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.35 Gala Prémios RTC
22.40 Por Favor Matem a Minha Mulher
(ver «Filmes na TV»)
00.30 24 Horas
01.05 Remate
01.40 O Caixão
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.40 A Porta
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Nunca Mais é Sábado

20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almanáco
21.35 Contos de Nadine Gordimer
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 Seguramente Vincent

Sábado, 16

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 O Quadro Roubado
14.20 Corações Jovens
15.10 Elton John
16.05 O Poço do Ódio
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Clives James
18.45 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.25 Desenhos Animados
21.40 Casa Cheia
22.30 Araponga
23.10 Os Gladiadores do Séc. XXI
(ver «Filmes na TV»)
01.15 Contradições
02.20 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.10 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.20 Califórnia
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 17

Canal 1

08.00 Canal Jovem
08.55 Cerimónia de Beatificação do fundador da «Opus Dei»
11.00 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.25 Top +
15.25 Batman, o Invencível
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Hooperman
17.45 ET - Entretenimento Total
18.45 As 100 Vidas do Pirata Negro
19.40 Os Golos da Jornada
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.30 Conversa Afada
00.35 No Calor da Noite
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.50 Troféu
19.15 Crónica
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.30 Nós Dois
22.35 Artes e Letras - «Norman Mailer»
23.35 Adeus Ilusões
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Tauromaquia

Segunda, 18

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas

12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Animais Selvagens
14.00 Brinca Brincando
14.35 Que é Feito da Sorte?
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 Grandes Desafios
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.40 Se...
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 O Melhor dos Mundos
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 O Brilho da Dança
21.00 Jornal das Nove
21.35 Ajuste de Contas
22.45 Bailado

Terça, 20

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Por Um Punhado de Diamantes
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.10 Primeira Página
23.10 Carol & Companhia
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Alemão
12.35 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Jóri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemagazine
20.00 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 O Acochado
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Pop Off

Quarta, 20

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Primeira Matinée
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.15 Brinca Brincando

17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 O Sonho da Califórnia
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Ao Ar Livre
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2

16.30 O Caminho das Estrelas
17.25 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.35 TV Artes
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.45 Sinais do Tempo
23.45 Madrinha Europa

Filmes na TV

Bandido

«Bandido», (EUA/1956). Realização de Richard Fleischer. Interpretação de Robert Mitchum, Ursula Thiess, Gilbert Roland, Zachary Scott. Cor, 92 minutos.

Já esteve para ser transmitido em 19 de Março passado mas, como vem sendo habitual, a RTP alterou a programação. A acção passa-se durante a guerra civil no México, em 1916, com Robert Mitchum no papel de um aventureiro que passa pelos acontecimentos com grande «fleuma» e «espírito de iniciativa», ajudando os guerrilheiros a apoderarem-se de um contingente de armas que um traficante, também norte-americano, pretendia vender aos exércitos «regulares». Famosa é a sequência inicial em que Mitchum, no meio dos combates que se desenrolam numa aldeia, chega a uma hospedaria para reservar um quarto, aproveita para beber no bar um pouco de álcool de uma garrafa «desrolhada» pelo tiroio no calor da refrega e, de passagem, ainda atira com algumas granadas aos soldados «regulares» pondo-os em debandada...

Quinta, 14.35, Canal 1

O Ídolo Caído

«The Fallen Idol», (G.Bret./1948). Realização de Carol Reed. Interpretação de Ralph Richardson, Michèle Morgan, Bobby Henry, Sonia Dresdel, Denis O'Dea, Walter Fitzgerald. P/B, 91 minutos.

A partir de um seu pequeno conto («The Basement Room»), Graham Green escreveu o argumento para este filme excelentemente realizado por Carol Reed e que contém alguns elementos que encerram um inegável interesse narrativo: uma criança de 8 anos, deixado aos cuidados dos empregados pelos seus pais, durante um fim-de-semana, é «testemunha» daquilo que julga ser o crime perpetrado pelo mordomo da casa na pessoa da sua própria mulher - embora, na verdade, se tenha tratado de um mero acidente. Um achado: Reed utiliza o «ponto de vista» do miúdo como fio condutor para a narração da história. Amigo do mordomo, e não nutrido grandes simpatias pela morta, Felipe (personagem brilhantemente interpretada pelo jovem Bobby Henry) passa todo o filme a tentar ilibar o alegado «criminoso»... A não perder.

Quinta, 23.00, Canal 2

Quero Viver

«I Want To Live», (EUA/1958). Realização de Robert Wise. Interpretação de Susan Hayward, Simon Oakland, Virginia Vincent, Theodore Bikel, Wesley Lau, Phillip Coolidge. P/B, 186 minutos.

Celebrado como um dos mais impressionantes manifestos cinematográficos de sempre contra a pena de morte nos Estados Unidos - e de visão particularmente oportuna, já que ainda está na memória de todos nós um recente desfecho



«O Acochado» em 1960, uma maneira nova de fazer cinema

semelhante - este filme baseia-se na própria narrativa de Barbara Graham, uma prostituta acusada de ter morto, por cumplicidade com dois batoteiros profissionais, uma rica viúva, não tendo conseguido apresentar um alibi em sua defesa. Condenada à morte na câmara de gás, a execução da sentença foi adiada duas vezes, mercê da campanha junto da opinião pública e das autoridades judiciais movida por um jornalista convencido da sua inocência, mas acaba por consumir-se numa das cenas mais cruas e impressionantes do cinema, meticulosamente encenada (e montada com o rigor do quase-documentário) por Robert Wise. Independentemente da notável intenção do filme (e partindo, embora, de factos verídicos), a polémica posterior não deixou de manchar de algum modo o seu impacto, já que veio a provar-se que Barbara Graham era de facto culpada do crime. Atenção, também, para a magnífica interpretação de Susan Hayward (premiada com o Oscar da Academia) e para a fabulosa banda sonora - uma partitura de «Jazz» de Johnny Mandel em que brilha, entre outros, o saxofonista-barítono Gerry Mulligan.

Sexta, 14.00, Canal 1

Por Favor Matem a Minha Mulher

«Ruthless People», (EUA/1986). Realização de Jim Abrahams, David Zucker, Jerry Zucker. Interpretação de Danny De Vito, Bette Midler, Judge Reinhold, Helen Slater, Anita Morris, Bill Pullman, William G. Schilling. Cor, 90 minutos.

Os leitores habituais já se terão apercebido que os redactores que se ocupam desta antevisão dos Filmes na TV não morrem propriamente de amores pela azougada intérprete do filme - a inevitável Bette Midler - o que é, certamente, uma manifestação de lamentável sectarismo... Abstraindo-nos, então, de mais uma vez emberrar com a senhora, digamos que esta comédia, em que participa outro frenético cómico, bem mais talentoso, aliás - Danny De Vito -, é, porventura, um divertido passatempo para anteceder o fim-de-semana, embora as referências indiquem tratar-se de um filme povoado por criaturas assaz insuportáveis e desagradáveis...

Sexta, 22.40, Canal 1

O Caixão

«The Oblong Box», (G.Bret./1969). Realização de Gordon Hessler. Interpretação de Vincent Price, Christopher Lee, Alastair Williamson, Hillary Dwyer, Peter Arne. Cor, 90 minutos.

Desagradabilíssimas, mas para os fanáticos do «género» muito mais «divertidas», são evidentemente as cenas protagonizadas pela imparável parilha Vincent Price/Christopher Lee - um verdadeiro terror! - ainda por cima baseadas (como neste filme) nos contos de um dos seus mestres, Edgar Allan Poe. Produzido por quem costuma saber destas coisas, «O Caixão» tem lá dentro um nobre inglês, horrivelmente desfigurado por uma «maldição africana», que assim encontrou uma forma de escapar à vigilância do irmão e fugir da forçada prisão domiciliar numa torre da sua mansão, para vir até à cidade dar largas aos seus sanguinários instintos vingativos. Mas a realização é pouco mais do que medíocre, e o filme não ultrapassa a mediania.

Sexta, 01.40, Canal 1

Califórnia

«California», (EUA/1946). Realização de John Farrow. Interpretação de Ray Milland, Barbara Stanwyck, Barry Fitzgerald, George Coulouris, Albert Dekker, Anthony Quinn, Frank Faylen. Cor, 93 minutos.

Dois excelentes actores principais e alguns magníficos secundários num western vulgar que relata as aventuras de um desertor do exército americano e as suas paixões por uma jogadora de poker. A acção desenrola-se em meados do século passado.

Sábado, 14.20, Canal 2

O Poço do Ódio

«Oklahoma Crude», (EUA/1973). Realização de Stanley Kramer. Interpretação de George C. Scott, Faye Dunaway, John Mills, Jack Palance, William Lucking, Harvey Jason, Ted Gehring. Cor, 107 minutos.

No centro deste algo envelhecido filme de Kramer está a luta desenvolvida por uma mulher, voluntariosa e tenaz proprietária de um poço de petróleo, contra uma

grande companhia petrolífera. Mas o principal interesse reside nas interpretações de um excelente naipe de intérpretes principais, com destaque para George C. Scott e Jack Palance.

Sábado, 16.05, Canal 1

Os Gladiadores do Século XXI «Rollerball», (EUA/1975). Realização de Norman Jewison. Interpretação de James Caan, John Houseman, Maud Adams, John Beck, Moses Gunn, Pamela Hensley. Cor, 120 minutos.

Violentíssima e ardilosa parábola sobre a agressividade de uma sociedade do futuro cujos instintos primários são canalizados, de forma totalmente alienante, para um espectáculo desportivo sinistro, onde a «realização e sobrevivência pessoal» se revelam na capacidade de aniquilar fisicamente os adversários. Uma totalmente desesperada e exasperante antecipação do futuro do homem - afinal, numa abusiva visão, igualmente desesperada, do seu presente.

Sábado, 23.10, Canal 1

Batman, O Invencível «Batman», (EUA/1966). Realização de Leslie H. Martinson. Interpretação de Adam West, Burt Ward, Lee Meriwether, Burgess Meredith, Cesar Romero, Frank Gorshin. Cor, 105 minutos.

Não confundir com o filme de Tim Burton surgido há pouco mais de dois anos. Esta produção muito mais modesta veio, aliás, aproveitar-se do êxito de uma série de televisão, na altura a fazer furor nos Estados Unidos. Igualdade baseada na «banda desenhada» de Bob Kane, por lá veremos algumas das suas fantásticas personagens - «Joker», «Riddlers», «Penguin» e «Catwoman» - para além do «herói» principal. Trata-se, no entanto, de uma versão feita em tempo diminuto, na esteira da série televisiva, ressentindo-se na qualidade final.

Domingo, 15.25, Canal 1

Adeus Ilusões «The Sandpiper», (EUA/1965). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação de Elizabeth Taylor, Richard Burton, Eva Marie Saint, Charles Bronson, Robert Webber. Cor, 113 minutos.

A velha história do triângulo amoroso, pela pena brilhante de Dalton Trumbo, filmada nos cenários naturais da Califórnia. Vincent Minelli - que nos habituámos a ver dirigir fabulosas comédias musicais - pisa, aqui, terrenos para si também não desconhecidos, como o do melodrama. Uma jovem e desinibida pintora (Elizabeth Taylor) intromete-se na vida de um casal respeitável (Richard Burton / Eva Marie Saint) representante dos «valores íntegros da comunidade», com consequências inevitavelmente dramáticas. Mas, em última análise, e independentemente das boas prestações dos intérpretes, não pode dizer-se estarmos em presença dos melhores momentos da filmografia de Minelli. Nos ouvidos dos espectadores, ficará, entretanto, «The Shadows of your Smile», o tema musical que Johnny Mandel escreveu para o filme, que alcançou o Oscar nessa categoria.

Domingo, 23.35, Canal 2

Que é Feito da Sorte? «The Longshot» (EUA/1986). Realização de Paul Bartel. Interpretação de Tim Conway, Jack Weston, Harvey Corman. Cor, 89 minutos.

Segunda, 14.35, Canal 1

Cinema

Table with 4 columns: Program (A-F), M. M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres. Rows include 'Até ao Fim do Mundo', 'Aquí d'El Rei', 'Mulheres do Sul', 'O Cabo do Medo', 'O Passo Suspenso da Cegonha', 'Veneno'.

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Wim Wenders - Amoreiras/4 (13.30, 16.30, 19.30, 21.30), King Tplex/1 (13.00, 15.45, 18.45, 21.45) - Lisboa.
B - Real. António Pedro Vasconcelos - Amoreiras/9 (14.00, 17.45, 21.30), Las Vegas/2 (15.30, 21.30), Londres (14.00, 18.00, 21.30).
C - Real. Jon Avnet - Alfa/4 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) - Lisboa.
D - Real. Martin Scorsese - Amoreiras/10 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
E - Real. Theo Angelopoulos - King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) - Lisboa.
F - Real. Todd Haynes - Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 24.00) - Lisboa.

Se... «If...» (GBR/1969). Realização de Lindsay Anderson. Interpretação de Malcolm McDowell, David Wood, Christine Noonan. Cor, 111 minutos.

É um dos variadíssimos enganos cometidos em Cannes, onde a Palma de Ouro lhe foi concedida em 1969 e vozes autorizadas o consideraram «ousado». «If...» pretende ser uma crítica impiedosa embora bem humorada ao conservadorismo reinante no interior de um colégio inglês, imune à evolução dos costumes, como se sabe em aceleração nessa década de sessenta. Nela colheira inspiração a tumultuosa revolta dos alunos, no dia da festa de fim de curso - sequência-chave do filme. Mas a narrativa é frequentemente frouxa, a crítica social também, e quanto ao humor mal dá para sorrir.

Segunda, 00.40, Canal 1

blemático da história do cinema, sobretudo pela subversão dos códigos tradicionais de narração cinematográfica. «Com as suas rupturas de tom, as suas citações, as suas provocações, com os seus décors naturais, a câmara móvel accionada do ombro, a improvisação nos diálogos» - «O Acochado» operou uma revolução estética que haveria de abrir portas a outros cinemas, feitos de muitas novas liberdades.

O espírito inquieto, a costela anarquista mas também o humanismo de Godard revelam-se na história violenta, desesperada e terna de Michel, o jovem francês, e da sua jovem namorada americana, ele «acossado» mas ela também, tocantemente interpretados por dois jovens actores: ele, Belmondo, em início de carreira; ela, a deslumbrante Jean Seberg, quase no fim.

Terça, 22.15, Canal 2

O Sonho da Califórnia «California Dreaming» (EUA/1979). Realização de John Hancock. Interpretação de Dennis Christopher, Glynnis O'Connor, Seymour Cassel. Cor, 92 minutos.

Segundo a nota de proveniência anónima a que tivemos acesso (providencial, aliás, uma vez que a RTP «não teve condições» para fornecer qualquer material de apoio à última parte da programação que anunciamos), eis um filme «refrescante». Passado em tempo de férias, com muito sol e muito surf, gente bonita que por acaso também é toda boa gente, é de crer que daria mais jeito vê-lo num destes domingos à tarde, com uma imperial ou um copo de limonada na mão. Na «Lotação Esgotada» de quarta-feira à noite é que não...

Quarta, 21.35, Canal 1

TEATRO

Por um Punhado de Diamantes «The Black Windmill» (EUA-GBR/1974). Realização de Don Siegel. Interpretação de Michael Caine, Donald Pleasance, Delphine Seyrig. Cor, 105 minutos.

Banal, apesar da eficácia do trabalho do seu famoso realizador e do talento dos seus actores, é também este policial, história de um agente secreto encarregado de identificar uma rede de contrabando de armas para o IRA a quem raptam o filho. Para o salvar, o herói «esquece a missão», rouba (diamantes, já se vê!) e mata, mas a emoção não chega verdadeiramente a transbordar para este lado da tela - no caso, do ecrã.

Terça, 14.35, Canal 1

O Acochado «À Bout de Souffle» (Fr/1960). Realização de Jean-Luc Godard. Interpretação de Jean-Paul Belmondo, Jean Seberg. P/B, 90 minutos.

É o famosíssimo primeiro filme de Godard, já então ele próprio famoso pelo papel de crítica desenvolvido nos «Cahiers du Cinéma» e que viria a ser um dos autores de primeira linha da recém-revelada «Nouvelle Vague». Associados por Godard a este projecto, dois outros críticos e cineastas franceses que são outras tantas personalidades cimeiras do movimento: Truffaut, «autor da ideia» e Chabrol, conselheiro técnico.

Em resultado, «O Acochado» ficaria como um filme em-

ESTRELA 60 Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DA VIDA DOS PÁSSAROS, de João Silva, produção de O Bando.

PALÁCIO RIBAMAR Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O MARIDO VAI À CAÇA, de George Feydeau, encenação de Fernando Gomes.

TEATRO DO BAIRRO ALTO Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. MAUSER, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DO CALVÁRIO R. Leão de Oliveira. Tel 3639974. Sáb., dom. e 3ª às 16.00. PIQUE-NIQUE NA FLORESTA, de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO CINEARTE Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão de Maria do Céu Guerra; 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente; Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MI RIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Café-Teatro: sáb. às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO VILLARET Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. QUEMMUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

Tempo



Aguarda-se durante o fim-de-semana tempo instável com chuva, aguaceiros e possibilidade de trovoadas.

PALAVRAS CRUZADAS

13x15 crossword grid with black squares indicating non-letter positions.

Horizontais: 1 - Filha de Gustavo Adolfo, rainha da Suécia; país situado na península escandinava. 2 - Rio que passa por Leiria; ferro combinado com carbónio e endurecido pela témpera. 3 - Dera gume; Título nobiliárquico que precede o nome próprio; lavar. 4 - Dinheiro (pop.); golpeava; aspecto. 5 - art.; nome feminino; ataque de paralisia. 6 - Juntei; azeitona. 7 - Acuada; apre; perfumas. 8 - Rio que banha Coimbra; discursa. 9 - Rádio (símb.); encoraja; sem companhia. 10 - Encarece; infiltração de serosidade nos tecidos produzindo inchaço; nota musical. 11 - Tutoria; condessa por quem Junot se apaixonou; sara. 12 - Composição poética lírica; agora; prejuízos. 13 - Cicatrizar; cobrir.

Verticais: 1 - Gritam; negros. 2 - Sorteias; faça alusão. 3 - Divinda de egípcia; prep.; líquido muito volátil. 4 - Nojo; escuta. 5 - Defeito mental; ilha do mar da Irlanda; impulso. 6 - Levanta; prejuízo; estão em Paris. 7 - Laço apertado; nome feminino; a mesma fórmula (fam.). 8 - Entreguei; escudo. 9 - Pássaros de plumagem e bico preto comuns em Portugal cujos ascendentes poissaram na nau de S. Vicente; letra grega. 10 - Parte do pão que fica dentro da cõdea; patroa. 11 - Antiga nota musical; tinjo de azul; prep. 12 - Já não é; cidade alentejana; óxido de cálcio. 13 - Rosto; pedra de altar; nome de dois rios da Rússia. 14 - Levantara; tratamento dado às freiras. 15 - Rio da Suíça; restante; pega de xícara.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 - Jorna; ordenado. 2 - Ob; imola; tomada. 3 - Sir; aba; pálidos. 4 - Ecoa; ua; agir. 5 - Este; Isis; aval. 6 - Aurora; em; are. 7 - Ás; modo; amai; aí. 8 - Dom; só; Egipto. 9 - Ovar; raça; aedo. 10 - Iras; lâ; mofa. 11 - Anátoma; vil; rei. 12 - Cajado; limão; Ga. 13 - Samarras; rugas.

Verticais: 1 - José; fado; Ac. 2 - Óbice; sovinas. 3 - Rosa; marajá. 4 - Ni.; atum; ratam. 5 - Ama; Eros; seda. 6 - Obá; odor; mor. 7 - Oia; iro; Alá. 8 - Ra.; ua; Eça; lá. 9 - Pai; agá; vis. 10 - ETA; semi; fim. 11 - Nola; mapa; lar. 12 - Amiga; item; ou. 13 - Dádiva; odor. 14 - Odorara; ofega. 15 - Ás; leis; aias.

DAMAS

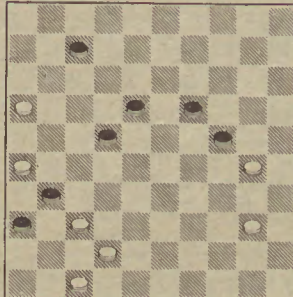
XADREZ

CCCLV - 14 de Maio de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992D039 Por: YUCHKIEVITCH - URSS, 1977

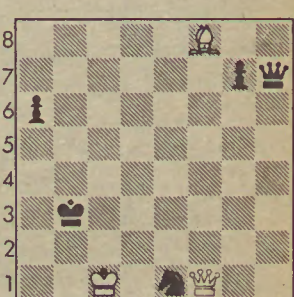
CCCLV - 14 de Maio de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992X039 Por: A. A. TROITSKI - Schach in URSS, 1935

Pr.: [7]: 7-18-19-22-24-31-36 Br.: [7]: 16-26-30-37-40-42-47

Pr.: [5]: Ps.a5, g6-C61-Dh-7-Rb3 Br.: [3]: Bf8-Df1-Rc1



Branças jogam e ganham [7T]



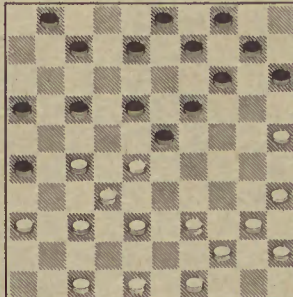
Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D040 Por: HERMAN DE JONGH - 1934 (numa simultânea)

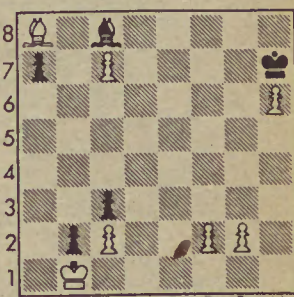
PROPOSIÇÃO N.º 1992X040 Por: ALOIS WOTAWA Schach Magazin, 1949

Pr.: [15]: 1-3-4-7-8-9-10-14-15-16-17-18-19-23-26 Br.: [15]: 25-27-28-32-35-36-37-38-39-40-44-45-47-48-49

Pr.: [5]: Ps.a7, b2, c3-Bc8-Rh7 Br.: [7]: Ps.ç2,ç7, f2, g2, h6-Ba8-Rb1



Branças jogam e ganham



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLV

N.º 1992D039 [Y.]: 1. 47-41, (24x44); 2. 16-11 (36x38); 3. 11x2, (31x42); 4. 2x27!, (22x31); 5. 26x48...+ 1. Se primeiro: (36x38) dá no mesmo. N.º 1992D040 [H. de J.]: 1. 25-20, (15x24); 2. 27-21 e 27-21 e 32x12 e 40-20, (8x17*); 6. 45-40 e 37-31 e 48-42 e 40-34 e 35x2+

SOLUÇÕES DO N.º CCCLV

N.º 1992X039 [A.A.T.]: 1. Df7+, Rc3!; 2. B:g7+, Rd3; 3. Rd1!, a5; 4. Db3+, Re4; 5. Db7+, Rd3; 6. Db1+ e g. Se; 3. Dh2; 4. Dd5+, Re3; 5. Bd4+ e g. N.º 1992X040 [A.W.]: 1. g3, a5; 2. Bg2, a4; 3. f3, a3; 4. Bh3, B:h3; 5. g4 e ganham.

A. de M. M.

A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Para todo o serviço

O telespectador conhece-os do seu quotidiano. Não ultrapassam em muito a meia dúzia. Para eles não há sábados, não há domingos. Nem folgas, nem feriados.

Para eles, na televisão, nem sequer há greves! Eles são de confiança!

Nos dias úteis e nos dias santos, eles coordenam, eles apresentam telejornais, montam RM's, alternam jornais de Sábado e de Domingo, elaboram peças de reserva para acudir às falhas, atropelam-se em inexistentes Primeiras Páginas, sucedem-se mesmo a si próprios, na leitura dos «in's» e dos «off's»! Revezam-se tanto uns aos outros que parecem muitos. Mas são sempre os mesmos.

Falando, quando estamos a jantar, de «notícias» que não são notícia, inventando crónicas da «Vida no Mundo» e da «Vida Portuguesa» quando não há mais ministros para meter no ar, eles deixam para «mais logo» «desenvolvimentos» e «enquadramentos» de notícias que, por vezes, até o são. E anunciam-nas, sem se rirem, para o Jornal das 9, quando tudo está a ver a telenovela, ou para o 24 horas, lá pela meia-noite e trinta/uma da manhã, quando quem trabalha já foi dormir.

Mas eles não dormem. São dos que, provavelmente, nem vão dar conta, se o poder chegar ao cúmulo de tirar aos portugueses os feriados do 25 de Abril e do 1º de Maio. Até porque estas duas datas não têm correspondido ao que, pela RTP, se considera notícia verdadeira, e o acento é colocado na «ignorância» das comemorações.

Se eles não dormem, se as suas caras e vozes são sempre as mesmas atrapalhando-se uns aos outros no pequeno ecrã, o telespectador ingénuo perguntará se, de facto, não haverá profissionais, outros profissionais na RTP.

Há-os, certamente subaproveitados e na prateleira. Muito provavelmente competentes, criativos e disponíveis. Mas decerto sem o espírito destes omnipresentes, sempre de serviço e ao serviço. Para todo o serviço... Estes fazem-nos lembrar a velha canção do Zeca - e cada vez mais as «velhas» melodias nos vêm à memória. «Eles sabem tudo, eles sabem tudo e não informam nada»! Indiferente a tudo isto - e aparentando, entretanto, falar dos bastidores de um mundo que acaso lhes escape - um semanário do passado fim-de-semana parecia estranhar por que razão algumas destas «figuras» da informação televisiva não figuravam na badalada «lista de transferências das estrelas da Televisão».

Será preciso recordar que esta foi a mesma estratégia que o poder engendrou para sabotar e desprestigiar as «empresas públicas», fazendo crescer o apetite pelos «privados»?

Será de estranhar que os «operadores privados de televisão» esfreguem as mãos de contentes, indo buscar à RTP os mais competentes, os menos comprometidos, e esperando arrecadar os dividendos de uma tal estratégia de informação, só aparentemente suicida?

Ó «Expresso»... mas que candura!

■ FC

Sérgio Ribeiro leva poluição do Alviela à CE

O eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro enviou um pergunta à Comissão Europeia sobre a situação ambiental nos concelhos de Santarém, decorrente da poluição do rio Alviela, que «atinge níveis, por vezes, de catástrofe e, sempre, de difícil e até perigosa habitabilidade».

Sérgio Ribeiro questiona a Comissão sobre «as possibilidades de financiamento de um estudo da situação, de onde decorram as propostas de medidas concretas que travem a degradação ambiental e quais as iniciativas a tomar para que essa eventual possibilidade se venha a concretizar».

Na resposta que obteve do

Comissário, Ripa di Meana, refere-se que «foram realizados estudos e estabelecido um calendário de acções», estando em curso «acções, co-financiadas pelos Fundos Estruturais no âmbito das medidas propostas pelo programa operacional do Vale do Tejo e pelo programa ENVIREG, relativas ao tratamento das águas residuais industriais, aos resíduos sólidos e à recuperação do solo».

O Comissário revelou estar ao corrente da implantação de uma nova fábrica de curtumes, à qual, segundo informações das autoridades regionais responsáveis pelo ambiente, foram fornecidas indicações relativas à utiliza-

ção de novas tecnologias limpas ou menos poluentes. Esta nova unidade parece estar

equipada com uma estação de tratamento das águas residuais.

Carvalhas em Beja e Baleizão

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, vai estar no sábado em Beja e Baleizão, para prestar homenagem junto da campa de Catarina Eufémia, operária agrícola assassinada pelo regime fascista.

No programa do secretário-geral adjunto, estão previstas em Beja, visitas ao mercado 25 de Abril, à União dos Sindicatos, à cooperativa de consumo «Proletário Alentejano» e uma entrevista na rádio «Voz da Planície».

Em Baleizão, realiza-se pelas 15 horas uma romagem à campa de Catarina Eufémia e pelas 15,30 actua grupos corais alentejanos. Às 16 horas inicia-se um comício, em que intervirá Carlos Carvalhas.

Sindicatos contestam liberalização do gás e da electricidade

Dirigentes de organizações francesas representativas dos trabalhadores das empresas de gás e electricidade (EDF e GDF) e da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal reúnem amanhã e depois, em Lisboa, para debater as medidas preconizadas pela Comissão das Comunidades para a liberalização do sector de gás e electricidade na CE.

Este encontro segue-se a outras iniciativas de contestação das orientações liberalizadoras da Comissão (nomeadamente uma reunião realizada em Setembro, em Paris, que reuniu pela primeira vez organizações sindicais dos trabalhadores do sector de todos os países da Comunidade Europeia).

A Comissão das Comunidades, por sua vez, e sem ter

em conta a contestação que a sua política de liberalização do mercado da electricidade e do gás tem provocado (não só entre os trabalhadores, como da parte de empresas e governos), insiste na desregulamentação, pretendendo implementá-la em Janeiro de 1993. Depois da reunião informal do Conselho de Ministros da Energia, que teve lugar em Portugal no início de Abril, deverá reunir oficialmente o Conselho, para aprovar as primeiras decisões sobre a matéria, no próximo dia 21.

As federações sindicais das empresas francesas EDF e GDF (CGT, CFDT, CTT/FO, UNCM/CGC) anunciaram já que vão realizar uma manifestação em Bruxelas, no dia 20, apelando à adesão das organizações sindicais dos restantes países comunitários.

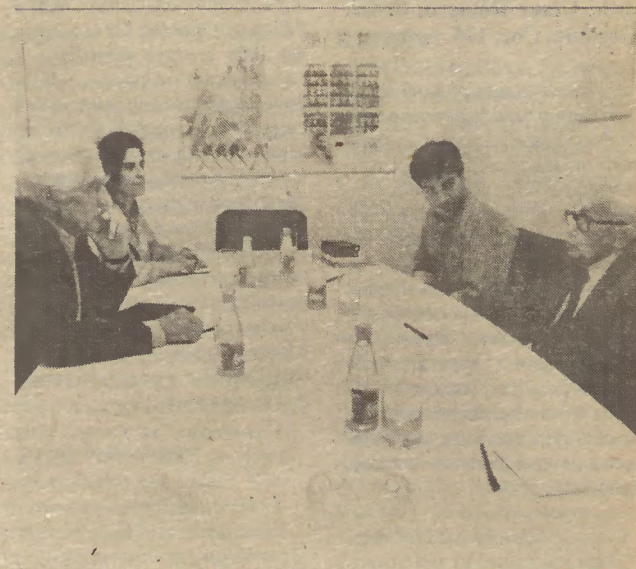
Reeleger Paulo Valadão

O deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pela CDU, Paulo Valadão, vai encabeçar a lista da coligação candidata às próximas eleições regionais pela ilha das Flores.

A Comissão Coordenadora da CDU das Flores decidiu voltar a escolher Paulo Valadão, eleito pelo círculo eleitoral daquela ilha, «tendo em consideração o trabalho que durante esta legislatura tem sido desenvolvido pelo ac-

tual deputado».

«A partir deste momento, todos os activistas da CDU irão trabalhar empenhadamente no sentido do seu primeiro candidato ser reeleito, para que a ilha mantenha na Assembleia Regional uma voz séria e competente, batilhando, como durante os últimos quatro anos, em defesa do progresso e do desenvolvimento das Flores», refere um comunicado da coligação.



Encontro PCP/PCB

Na passada sexta-feira, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu na Soeiro Pereira Gomes o secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas. Durante o encontro, em que participaram Luís Fernandes, da direcção do PC do Brasil, e Manuela Bernardino, membro suplente do CC e da Secção Internacional, foram trocadas opiniões e informações sobre a situação internacional e aspectos da actividade dos dois partidos.



Festa do Pravda

A festa do jornal Pravda realizou-se no passado dia 3 de Maio, no Parque Gorki, em Moscovo, que comemorou também o 80º aniversário da sua publicação, iniciada por Lênine, em 1912.

O «Avante!» foi convidado a enviar uma representação e, nessa qualidade, esteve presente na festa do Pravda o camarada Aurélio Santos, que teve ocasião de contactar com a actual realidade do país.